

MARTELO DOS HEREGES



RAFAEL BRONDANI DOS SANTOS

NITERÓI
2006

Rafael Brondani dos Santos

MARTELO DOS HEREGES

Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Georgina Silva dos Santos

NITERÓI
2006

*“Que seria de mim meu Deus
Sem a fé em Antônio
A luz desceu do céu
Clareando o encanto
Da espada espelhada em Deus
Viva, viva meu santo
Saúde que foge
Volta por outro caminho
Amor que se perde
Nasce outro no ninho
Maldade que vem e vai
Vira flor na alegria
Trezena de junho
É tempo sagrado
Na minha Bahia
Antônio querido
Preciso do seu carinho
Se ando perdido
Mostre-me novo caminho
Nas tuas pegadas claras
Trilho o meu destino
Estou nos teus braços
Como se fosse
Deus menino”*

(Música *Santo Antônio* – J. Velloso)

DEDICATÓRIA

Aos que se deixam tocar pela fé.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que direta ou indiretamente muitos são os que nos ajudam de diferentes formas.

Para começar, meu agradecimento a Deus (dos Exércitos) pela vida e por tudo.

Ainda na milícia celestial, descendo a hierarquia, agradeço a Santo Antônio, tão presente nesta dissertação.

A meus pais Zezito e Ágata, pelo empenho, dedicação e apoio que me trouxeram até aqui.

A meus irmãos Danielly e Bruno, que mesmo nas brigas, me ajudaram a alcançar meus objetivos.

A Priscilla – presente de Santo Antônio – pelo carinho, apoio, dedicação e amor incondicional.

Aos frades do Convento de Santo Antônio do Largo da Carioca que me abriram as portas para a pesquisa. De modo particular, Frei Clarêncio, guardião do Convento; Frei José Clemente que muito contribuiu com seus livros e sua sabedoria; e Frei Roger, um novo amigo, que me incentivou e apoiou desde o início.

A Ronaldo Vainfas, orientador da minha monografia e que me auxiliou na escolha do tema.

A Beatriz Catão e Rodrigo Bentes, pelas críticas e sugestões no exame de qualificação.

A todos os amigos que me ajudaram e incentivaram na “fé em Antônio”.

A meus companheiros professores, pelo apoio nas conversas “intelectuais” nas longas viagens do ensino com muita distância.

A todos os não citados que contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

E, por fim, a Georgina que aceitou me orientar nesta empreitada e, que com muita dedicação e paciência me ajudou a chegar até aqui.

Sumário

Lista de Figuras	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	9
Parte I - Do nascer ao pôr-do-sol	11
<u>Capítulo 1 – Sol de Lisboa</u>	15
1.1 Os pobres de Deus.....	17
1.2 Heresias Medievais.....	18
1.3 Fernando, irmão agostiniano.....	21
1.3.1 Fontes antonianas.....	21
1.3.2 O nascer do sol.....	22
1.4 Antônio, frade franciscano.....	27
1.5 Franciscanismo em Santo Antônio.....	37
1.4 Oficina de Milagres.....	41
Parte II – <i>Lux Mundi</i>	54
<u>Capítulo 2 – Lusitânia Félix</u>	55
2.1 Parenética antoniana.....	65
2.2 Defensor Português.....	74
<u>Capítulo 3 – Santo Universal</u>	82
3.1 Devoção antoniana no Império português na África.....	84
3.2 Santo Antônio no Império português do Oriente.....	88
Parte III – Santo Antônio do Brasil Colonial	92
<u>Capítulo 4 – Imaginário e Colonização: entre Deus e o Diabo na Terra de Santa Cruz</u>	93
4.1 Iconografia antoniana no Brasil.....	106
<u>Capítulo 5 – Santo Soldado do Brasil</u>	111
5.1 Santo Antônio da Bahia.....	114
5.2 Pernambuco antoniano.....	123
5.3 Santo Antônio militar no Rio de Janeiro.....	131
5.4 Pagamento dos soldos de Santo Antônio.....	141
5.5 Soldado do Brasil.....	143
Conclusão	147
Bibliografia	150

Lista de Figuras

- FIGURA 01 - *Santo Antônio de Lisboa com as insígnias militares na Igreja de São Francisco na Bahia. Ilustração de Wash Rodrigues e Percy Lau. Reproduzido de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, p. 93.....1*
- FIGURA 02 - *Santo Antônio do altar-mór do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.....107*
- FIGURA 03 - *Interpretação de Santo Antônio Militar, reproduzido da edição do Jubileu de 1925, do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Reproduzida de Roberto Ruiz. “Antônio: um santo que falava português”. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.129.....113*
- FIGURA 04 - *Insígnias militares da imagem de Santo Antônio da Igreja de São Francisco na Bahia. Foto reproduzida de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 72.....120*
- FIGURA 05 - *Fac-símile da carta patente promovendo o soldado Santo Antônio a Capitão no Rio de Janeiro. Existente no Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro. Reproduzido de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 88.....134*
- FIGURA 06 - *Santo Antônio do relento, do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. A lamparina acesa representa a gratidão do povo para com o santo que defendeu a cidade do ataque dos franceses em 1710. Ilustração de Wash Rodrigues e Percy Lau. Desenho reproduzido de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 67.....136*
- FIGURA 07 - *Castões das bengalas de comando de Santo Antônio do Convento do Rio de Janeiro. Entregues em 1705 pelo General Sebastião Xavier da Veiga Cabral e em 1814 pelo Príncipe Regente D. João. Ilustração de Wash Rodrigues e Percy Lau. Imagem reproduzida de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 76.....140*

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de militarização e politização de Santo Antônio no Brasil Colonial. Demonstra como o santo se tornou um importante instrumento de catolização nos territórios do Império Ultramarino português, durante a época moderna, e como foi associado à proteção e à defesa dos interesses do Estado luso, envolvido com as Guerras da Restauração, e à manutenção da ordem colonial, constantemente ameaçada pelas invasões estrangeiras. A partir dos relatos hagiográficos de Santo Antônio e do quadro religioso da cristandade na Baixa Idade Média, discute-se a devoção antoniana no Reino português e nas suas possessões ultramarinas, ressaltando as estratégias religiosas ligadas à missionação e à expansão da fé, e a especificidade do culto a Santo Antônio no Brasil Colonial, onde o santo passa a ser invocado e recrutado como restaurador da soberania luso-brasileira outrora perdida para os usurpadores estrangeiros.

ABSTRACT

This dissertation analyses the process of the soldierly use and politician use of Saint Anthony in Colonial Brazil. Demonstrates as the saint became an important catechesis instrument in the territories of the Portuguese oversea Empire, during the Modern Age, and as it was associated to the protection and the defect of the interests of the Portuguese State, involved with the Restoration's war, and to the maintenance of Colonial order frequently threatened by the foreign invasions. Starting from the hagiografic's report of Saint Anthony and the religious picture of the Christianity in Low Middle Age, examines the Saint Anthony's devotion in the portuguese kingdom and in your overseas possessions, pointing out the linked religious strategies linked to the missionary use and faith's expansions, and the specific cult of Saint Anthony in Colonial Brazil, in where the saint becomes invoked and recruited as restorer of the sovereignty luzo-brazilian lost for the foreign usurpers.

Introdução

Ao estudarmos a manifestação de uma religiosidade intimamente vinculada a uma das figuras de maior expressão do catolicismo, procuramos relacionar e realçar as múltiplas faces da devoção a Santo Antônio. Em torno de Santo Antônio, juntam-se feitos heróicos, práticas pouco ortodoxas, atividades militares e invocações as mais diversas que resultam da mescla entre história, folclore, fé, credence, literatura e arte. Nascido Fernando de Bulhões, ordenado sacerdote como Frei Antônio e venerado por uns como Santo Antônio de Lisboa, por ter nascido na capital lusa, e por outros como Santo Antônio de Pádua, por ali ter vivido e morrido, sua trajetória sempre esteve vinculada à união entre cruz e espada e alcançou grandes repercussões durante e após sua vida terrena.

O tema desta dissertação enfoca um dos valores mais importantes dentro do catolicismo, o culto aos santos. A atenção e a veneração que lhes é dedicada nos remetem a um campo ligado à própria memória coletiva e social, onde as lembranças dos feitos e das atitudes destes homens transitam entre o tempo e a história, sendo apropriados de forma a enquadrá-los como exemplos para a vida dos fiéis¹.

Ao longo dos séculos, a figura de Antônio foi-se modificando e se alterando. O eloqüente pregador do início do século XIII tornou-se com o tempo o santo do povo mais humilde e das moças casadoiras. Assim passou a fazer parte do devocionário de eruditos, mas também de populares, alcançando as mais variadas graças em favor de seus fiéis.

O presente trabalho possui como cenário algumas regiões do Império português da Época Moderna, especialmente o Brasil Colonial. A presença do santo português em terras brasileiras iniciou-se com a chegada dos primeiros desbravadores lusitanos que, ao desembarcarem, instalaram o culto aos santos e, de modo particular, o de Santo Antônio. Acompanhando o movimento da Reforma Católica e do direito do padroado concedido a Coroa portuguesa, o santo lisboeta atravessou o Atlântico e ganhou um novo continente para proteger. O culto antoniano foi incentivado e expandido por toda a Colônia, tornando-se importante instrumento de evangelização para o projeto colonizador português.

¹ LE GOFF, Jacques. “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 1, “Memória/História”: Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

Logo passa a estar presente nos nichos de pedra e pintado em azulejos, a guardar casas; em caixilhos de seda à cabeceira da cama, a vigiar o sono; nos escapulários, nos bentinhos junto ao peito, a cautelar os passos; esculpido ou pintado na canga dos bois para preservá-los do perigo; acolitando o Cristo nas *alminhas* pelos caminhos, para redimir as almas do purgatório; nas proas dos navios portugueses, dando-lhes nome para livrá-los da fúria do mar; nos bordados de crivo; pintado nas caixas de esmolos; amuleto no *vintém de santo Antônio*; nos santuários e nos oratórios, além de nomear cidades e emprestar seu nome a vários devotos na pia batismal.

A exacerbação do culto a Santo Antônio, no período Colonial, associado às constantes ameaças estrangeiras nas costas brasílicas, transforma o santo lisboeta em soldado da fé, alistado e recrutado para a defesa de portugueses e brasílicos contra os infiéis e os hereges. O objetivo desta dissertação é analisar os variados postos e patentes militares recebidos por Santo Antônio para que auxiliasse na defesa contra os invasores, e demonstrar como Santo Antônio retomou em terras americanas seus títulos de Pavor dos Infiéis e Martelo dos Hereges. Pretendemos, então, perpassar pela imagem popular de um santo intimamente ligado ao povo, acompanhando os caminhos de seu culto, sua militarização e politização no âmbito da América portuguesa.

A dissertação está dividida em três partes. A primeira, *Do nascer ao pôr-do-sol*, com um capítulo único – *Sol de Lisboa* – procura tratar da vida terrena de Santo Antônio nos séculos XII e XIII, analisando suas opções religiosas entre Agostinianos e Franciscanos e seus milagres, que lhe garantiram o título de santo. A segunda parte, *Lux Mundi*, está dividida em dois capítulos: o segundo – *Lusitania Felix* – procura reconstruir o culto lusitano a Santo Antônio, analisando sua presença na parenética seiscentista e sua incorporação às fileiras do exército luso. O capítulo três – *Santo Universal* – tem por objetivo perceber o culto antoniano nos espaço que formaram o império colonial português. A terceira parte, *Santo Antônio do Brasil Colonial*, está dividida em dois capítulos: o quarto – *Imaginário e colonização: entre Deus e o Diabo na Terra de Santa Cruz* – procura tratar do hibridismo cultural da religiosidade colonial, ressaltando o culto e suas especificidades dispensadas a Santo Antônio em terras brasílicas. O quinto capítulo – *Santo soldado do Brasil* – busca ressaltar as patentes militares recebidas pelo santo e suas intervenções, auxiliando nas batalhas, principalmente na expulsão de holandeses e franceses, bem como a utilização política do “santo soldado” para a manutenção da ordem interna.

Parte I

Do nascer ao pôr-do-sol

O culto aos santos encontra suas raízes na Antigüidade tardia, na figura dos primeiros cristãos, perseguidos e martirizados pelas autoridades romanas. Os relatos de suas vidas ganharam desde cedo ingredientes de caráter sobrenatural e muitos transformaram-se em lendas propagadas pela Igreja². Estes relatos, entendidos nesta dissertação como mitos, integram um conjunto diacrônico, a mitologia cristã. Segundo Hilário Franco Jr., o mito forma um elo entre o homem e o cosmos e constitui o elemento cultural mais próximo da mentalidade, sendo a forma privilegiada de uma sociedade enunciar e apresentar a essencialidade do Universo³. Para o medievalista brasileiro, o mito expressa os comportamentos da sociedade que o cria, o recebe, o adapta e o transmite. Por isto, defende o historiador: “o mito está na história e a história está no mito”⁴.

No imaginário cristão medieval, os santos ocupavam um lugar importante, daí que as narrativas sobre estes servos de Deus, os *miracula*, eram distinguidas, pela cultura eclesiástica, das narrativas de inspiração pagã, as *mirabilia*. Os primeiros, muito comuns na Alta Idade Média, eram os relatos, por vezes anônimos, reunidos em coleções por instituições eclesiásticas, tendo por função aumentar a reputação destas casas religiosas por meio de narrativas repletas de acontecimentos miraculosos que ali se produziram, ou que eram ligados ao santo local. Os últimos eram relatos de prodígios que, ao contrário dos milagres, não eram de forma imediata relacionados ao poder divino ou à glória de um santo, mas tinham origem na observação admirada das curiosidades da natureza ou do gênero humano, nas quais a marca do autor era mais sensível. O grande momento desta literatura, escrita em latim, foi a virada dos séculos XII-XIII⁵.

Considerados por laicos e religiosos como poderosos interlocutores entre os fiéis e o sagrado, os santos estreitavam laços sociais, circulando em diversos níveis, como intercessores celestes, competindo-lhes proteger os que os invocassem. Como a morte significava para os cristãos uma passagem para a vida eterna, o corpo destes mortos excepcionais era o ponto de contato entre o que havia passado por perseguições e tormentos por amor a Deus e os ávidos por uma maior aproximação com a esfera celeste.

² Legenda era o relato da paixão do mártir, que, alheio à precisão histórica, se lia na ocasião de sua festa. Visava instruir os pregadores na composição dos sermões e unificar uma versão do testemunho de fé legado pelos primeiros santos do catolicismo. Cf. SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Ed. Colibri, p. 33.

³ Entendemos mito como um relato sincrônico que, por extensão, retém, através de símbolos e figuras de linguagem, o ambiente cultural de sua formação e/ou adoção. Sujeito a variações, ele integra o processo histórico e simultaneamente é um nicho onde a própria história se abriga. Cf. FRANCO JR., Hilário. *A Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 35, e *Idem*, p. 23.

⁴ FRANCO Jr., Hilário, *op. cit.*, p. 38.

⁵ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 77-78

As relíquias não expressam somente um corpo dotado de poderes sobrenaturais, eram a prova material de uma vida que dominou e superou a própria natureza humana. Neste sentido, o corpo santo era verdadeiro sustentáculo para a Igreja e um exemplo para os fiéis cristãos.

Embora importantes, a Igreja agia com bastante tempo: os candidatos a santos tornaram-se objeto de um procedimento oficial de canonização apenas a partir do século XIII, no pontificado de Inocêncio III (1198-1216). Além de ter sido responsável por criar um grande número de comunidades e grupos, defensores da pobreza voluntária, este papa inovou, ao criar novos métodos para averiguação da santidade, evitando a banalização do título. O objetivo era fazer face à torrente de candidatos que, no século XII, eram propostos para a santificação⁶.

A santidade era entendida neste período, segundo Bolton, como um conjunto de poderes sobrenaturais, dentre os quais o principal era o de curar os doentes. O controle papal do processo de canonização era tradicionalmente exercido através de uma série de inquéritos, que permitiam a procura dos três sinais particulares da santidade: milagres de cura, profecia e morte no “odor de santidade”. O pedido de canonização era acompanhado por uma *vita* ou biografia do candidato a santo. O Papa Inocêncio III deu a este inquérito uma forma jurídica mais precisa, removendo dele elementos de superstição e realçando, em seu lugar, o que entendia como verdadeira espiritualidade. Afirmava que “não há[via] méritos sem milagres, nem milagres sem méritos”⁷, trazendo para a Igreja o entendimento de que só um homem ou uma mulher com forte apelo público poderia ser considerado santo.

A fórmula por ele definida manteve-se intocável e adentrou a Era Moderna. Quando o movimento protestante se alastrou pelos territórios do norte europeu, pondo em xeque o poder eclesiástico e negando a função medianeira dos santos, a Igreja respondeu com um plano de ação disciplinador e catequético para as massas, em que os santos desempenhavam papel fundamental. O decreto, elaborado em 3 de dezembro de 1563, na vigésima quinta sessão do Concílio de Trento reafirmava:

(...) santos reinam com Cristo e oferecem a Deus as suas preces pelos homens e que é bom e útil invocá-los com humildade, assim como recorrer a suas preces, à sua ajuda e à sua assistência, com o intuito de obter benesses

⁶ BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 120.

⁷ *Idem*, p. 122.

de Deus por intercessão de seu filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o nosso único Redentor e Salvador⁸.

Ligado visceralmente aos propósitos da Cristandade em cada período histórico, o conceito de santidade acumulou, porém, novas exigências. O impacto da Reforma Protestante, a reativação dos Tribunais da Inquisição, o surgimento de novas ordens missionárias e a conquista de novos territórios pelos Estados Católicos imprimiram outro sentido à espiritualidade cristã. No século XVII, o Papa Urbano VII decretou que todos os candidatos, exceto os mártires – que continuavam a ter sua canonização imediata, por morrerem pela causa de Deus, pois era o martírio uma prova adicional de santidade – deveriam satisfazer três requisitos: a pureza doutrinal, que distinguiu o católico do herege; a virtude heróica, que se ancorava nas idéias de Thomas de Aquino e demais teologias do século XIII, baseando-se nas três virtudes teológicas paulinas⁹ e nas quatro virtudes cardinais (prudência, temperança, justiça e fortaleza); e a intercessão através de milagres, depois da morte¹⁰.

Santo Antônio, um dos mais populares santos portugueses e, segundo consta, o segundo maior santo da Ordem Franciscana, correspondeu a todas as exigências impostas ao conceito de santidade nas épocas medieval e moderna. Fruto do seu tempo, este líder espiritual defrontou-se com o apelo do discurso mendicante e com os desafios das heresias medievais.

⁸ CONCÍLIO DE TRENTO. “De la invocación, veneración y reliquias de los santos y de las sagradas imágenes.” Disponível em <<http://www3.rcp.net.pe/IAL/vm/bec/etexts/trento/concil49.htm>> Acesso em 11 maio, 2004 (tradução livre).

⁹ As virtudes teológicas paulinas são esperança, fé e caridade. A Bíblia de Jerusalém, I Cor 13, 1-13. São Paulo: Paulus, 1996.

¹⁰ WEINSTEIN, Donald. *Saints and Society*. Chicago, USA: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 1982.

Capítulo 1
Sol de Lisboa

*A coroa de Santo Antônio
Santo Antônio é da Lisboa
Ele é da Lisboa
Santo Antônio é da Lisboa
(Religiosidade popular)*

A Cristandade, por volta dos séculos XI e XII, estava de forma muito íntima ligada a histórias de homens e mulheres que dispuseram de suas próprias vidas em prol da defesa da fé católica, por vezes ameaçada pelas constantes ondas de movimentos heréticos. Dentre estes personagens históricos, destacamos principalmente as figuras de São Francisco de Assis e de São Domingos, que formaram, a partir de si mesmos, as Ordens Mendicantes. Ambos convidavam cada cristão a viver de acordo com o Evangelho, no seio da Igreja e no coração do mundo, já que, nestas centúrias, o Evangelho tendia a tornar-se uma arma contra a Igreja, nas mãos dos hereges.

A fundação das duas Ordens Religiosas, de um lado os Franciscanos e do outro os Dominicanos, reforçou as hostes cristãs na luta contra os hereges, embora a ala mais radical da Ordem dos Frades Menores Franciscanos, dos séculos XIII e XIV, os chamados *Spirituali*, ou, mais tarde, *os Fraticelli*, tenham sido considerados hereges pelo Papa Clemente V, por sustentarem que a pobreza total era condição necessária para a vida perfeita, contrariando os interesses da Igreja, que detinha a posse dos bens da Ordem. Neste bojo, o conceito de ortodoxia, que historicamente se definira a partir da aceitação cega dos dogmas da Igreja, passou a fundamentar-se também a partir de uma postura submissa ao poder pontifício¹¹. Adaptados a esta orientação, os pregadores Dominicanos e os *minores* Franciscanos incumbiram-se de levar a mensagem do Evangelho à sociedade medieval, sublinhando os ideais de pobreza, cada qual à sua maneira.

1.1 Os pobres de Deus

A Ordem Dominicana foi fundada por São Domingos († 1221), um cônego regular castelhano que, ao perceber a grande difusão dos movimentos heréticos e, principalmente, do catarismo no Languedoc, durante os primeiros anos do século XIII, decide consagrar-se totalmente às atividades apostólicas nessa região. Reuniu em torno de sua figura uma ordem de pregadores reconhecida e aprovada pelo papa, que, porém, se dispersou em 1217-1218, devido ao crescimento da violência no sul da França. Após a morte do fundador, a Ordem estava em pleno desenvolvimento e teve incontestável sucesso, já que, em quase todas as

¹¹ KOCHAKOWICZ, Leszek. “Heresia”, *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, v. 12, “Mytos/Logos – Sagrado/Profano” (1987), v. 30, “Religião – Rito” (1994), pp. 301-325.

idades importantes da cristandade latina, havia um convento de Dominicanos ou até mesmo de dominicanas¹².

Vivendo inspirados na regra de Santo Agostinho, como os cônegos regulares, porém com Constituições próprias definidas, os Dominicanos desempenharam importante papel na transmissão e na educação da doutrina cristã. Mas o próprio São Domingos, que freqüentara suficientemente os valdenses e os cátaros¹³, sabia que a ciência dos pregadores não bastava para conquistar a adesão de seus ouvintes. Convenceu-se de que a mensagem evangélica só seria aceita se apresentada na humildade e na pobreza, por isto quis fazer de seus pregadores homens desprovidos de possessões fundiárias e de rendas fixas, prezando, no entanto, uma educação esmerada. Para ele, a pobreza se justificava como uma arma contra as heresias e uma condição necessária. Segundo Vauchez, a grande contribuição dada pela Ordem Dominicana para a espiritualidade medieval foi o misticismo renano, que procede de São Tomás de Aquino.

Os *minores* de São Francisco formam a outra ordem mendicante deste período. Desenvolveu-se ao redor da espiritualidade do jovem Francisco (1182-1226), que abandonou uma vida confortável, já que seu pai era mercador em Assis, para se lançar ao mundo. Tornou-se adepto da pobreza de Cristo, levando sua pregação itinerante e fascinando seus contemporâneos, que observavam nele um grande pregador. Juntamente com mais onze companheiros, Francisco de Assis solicitou ao Papa Inocêncio III a aprovação da nova fraternidade, obtendo primeiro apenas uma autorização oral para a formação de uma nova ordem religiosa, que adotou desde cedo o nome de Frades Menores. A esta ordem religiosa masculina seguiu-se uma segunda ordem, formada por mulheres, pois o franciscanismo não distinguia homens e mulheres para a pregação do Evangelho. Em 1212, esta ordem feminina teve o auxílio de outra jovem de Assis, Clara.

Francisco conseguiu reunir em torno de si o desejo de viver na pobreza mais total e na humildade, mantendo sua fidelidade à Igreja. Segundo Vauchez¹⁴, poucos homens de Deus conjugaram, como ele, em grau excepcional, o objetivo apostólico, a experiência ascética, o evangelismo integral e o espírito de obediência. A grande originalidade franciscana estava na vontade de uma vida na pobreza errante, como Cristo e seus apóstolos, “que não tinham onde repousar a cabeça”¹⁵. Isto se traduziu numa recusa em possuir bens não só individualmente,

¹² VAUCHEZ, A. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, pp. 134-139.

¹³ *Idem*.

¹⁴ *Idem*, p. 127.

¹⁵ A Bíblia de Jerusalém. Mt. 8, 20, *op. cit.*

mas também em comum. Outra grande inovação do *Poverello* era a concepção de uma ordem na qual os clérigos e os leigos estivessem reunidos em pé de igualdade, dando a todos os membros os mesmos direitos e deveres, pois o ideal era uma prática comum e sem restrições da pobreza evangélica.

A mensagem franciscana, ao chegar a clérigos e estudantes, causava admiração, mas não tardaria a levantar problemas, pois mesmo não sendo inimigo do saber letrado, Francisco primava pela igualdade e, tendo em vista que o saber conferia necessariamente uma superioridade, preferia evitá-lo, pois poderia levar às vezes à riqueza e ao orgulho. Portanto, era cauteloso quanto a estes assuntos, pois os irmãos que estudavam corriam o risco de se afastarem do principal ideal Franciscano, seja acumulando de modo egoísta o conhecimento, seja pela demanda de livros que custavam muito caro. É neste sentido que devemos entender o bilhete que Francisco envia ao Frade Antônio, que despontaria na ordem como grande intelectual: “Agrada-me que ensines aos irmãos a santa teologia, com a condição de que aqueles que se dediquem a esse estudo não apaguem em si o espírito de santas oração e de devoção, como está indicado na Regra”.

Nascidas com finalidades distintas, porém, com o mesmo objetivo de propagar a fé católica em um momento de afirmação frente às crescentes heresias, as Ordens Mendicantes se distinguiam na forma: os Dominicanos, com a pregação e a conversão dos hereges, enquanto os Franciscanos se mostravam mais preocupados em difundir a pobreza e a caridade pelo exemplo e palavras ditadas pelo coração.

1.2 Heresias Medievais

O conceito de heresia vem do grego *airésis*, que significa escolha, entendido como o ato ou objeto da própria escolha¹⁶. No Cristianismo medieval, herege era aquele que apelava para a mesma ortodoxia, mas que a interpretava de modo diferente, pretendendo restaurar a mensagem divina original. Por este motivo, os ortodoxos foram freqüentemente acusados de heresia.

As primeiras heresias do Ocidente Medieval apareceram nas décadas iniciais do século XI em diversas regiões da França, especialmente em Tours, Orleans, Aquitânia e norte da Itália. A grande revolução deste período estava no pensamento, com o renascimento da dialética a partir da lógica de Aristóteles, que trouxe preocupações à Igreja, diante da ameaça

¹⁶ KOCHAKOWICZ, Leszek. “Heresia”, *op. cit.*, pp. 301-325.

do racionalismo, tido como inimigo da Fé e da autoridade pontifícia. Assim, o que até então era absoluto passou a ser contestado e discutível. A dissolução moral da Igreja era o alvo preferencial para as críticas e a causa do afastamento de muitos da ortodoxia. Buscando uma comunicação direta com Deus, as heresias rejeitavam racionalmente, com um lastro filosófico e teológico, os sacramentos da eucaristia e do batismo e o poder dos bispos de conferir as ordens sacras.

Berengário de Tours foi o primeiro a manifestar-se contrariamente à ortodoxia, pois relegava a hóstia consagrada a simples “pão bento”. Na sua opinião, era o “Corpo de Deus” somente por uma questão de convenção, tendo sua doutrina considerada herética nos Concílios de Vercelli (1051), de Paris (1051) e de Tours (1054).

Outro movimento considerado herético foi o dos paulicianos, seita gnóstico-maniqueia surgida ao final do século IX, na Armênia. Não aceitavam nenhum dos sacramentos e chegaram a formar um estado independente, na Anatólia. Uma vez desbaratados, uniram-se no século seguinte aos bogomilos, na Bulgária. Antecessor dos albigenses, este grupo conseguiu grande repercussão entre os camponeses e os pequenos artesãos. Seus adeptos acreditavam que, pelo espírito, o homem poderia subir até a divindade original, desde que se destacasse no mundo material. Veneravam o sol, para eles o princípio do *Logos* ou Verbo Sagrado, do qual Cristo era o enviado. Rejeitavam a cruz, considerada símbolo de suplício, e a substituíam por outra, inscrita em um círculo com a luz solar. Desaconselhavam o casamento e absolviam-se uns aos outros, adotando uma atitude de resistência passiva aos poderes locais, embora tenham sido alvo de quatro Cruzadas¹⁷.

Nos séculos XII e XIII as heresias de caráter filosófico e teológico deram lugar a movimentos heréticos de caráter popular, assentados sobre uma nova visão ética da Igreja e do cristianismo. Estes movimentos heréticos buscavam apontar os desvios da Igreja, do clero e da sua intervenção no poder secular, porque viam nesta postura crítica a forma de alterar a sociedade cristã, desvirtuada pelos maus costumes, que manchavam a verdadeira imagem da religião fundada por Cristo. Os hereges visavam uma volta ao passado cristão em oposição à vida dissoluta do clero, que não era aceita. O herege buscava o devaneio místico para tentar fugir desta realidade e, por fim, construir uma nova Jerusalém¹⁸.

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva. Coleção Khronos, 1976, pp. 13-15.

O mais importante movimento herético, para nossos objetivos, foi o dos cátaros ou albigenses¹⁹. No dualismo cátaro, punham-se em confronto carne e espírito, pois, para eles, Jesus Cristo, um anjo, revestiu-se de corpo aparente (ilusório), a fim de ensinar o método da libertação ao homem. A salvação consistiria em libertar as parcelas da luz perdidas nas trevas do corpo. As igrejas cátaras eram compostas por eleitos ou perfeitos e simples crentes ou auditores. Os perfeitos, de ambos os sexos, entregavam-se a um rigoroso ascetismo, totalmente contrários à união carnal homem-mulher, por perpetuar a vida terrestre, considerada um castigo. Por três vezes, durante o ano, praticavam o jejum absoluto. Condenavam o juramento e a vida militar, mas não o suicídio, porque deixar-se vencer pela fome era um ato santo, a forma mais perfeita de morte.

O catarismo se disseminou principalmente entre os artesãos, pois pregava ao extremo a purificação e a simplicidade, contrapondo-se aos costumes corrompidos do clero, que praticava o nicolaísmo, ou seja, o casamento dos padres, e a simonia, isto é, a comercialização de cargos e bens eclesiásticos.

No Ocidente, os indícios deste grupo apareceram na primeira metade do século XI. Conhecidos como Irmãos do Livre Espírito, surgiram em Flandres, na Inglaterra, na França e no norte da Itália. Tiveram tamanha expressão, que o Papa Inocêncio III promoveu contra eles as Cruzadas, trazendo sérias conseqüências ao quadro feudal, principalmente por terem contribuído para o aumento excessivo do poder da Inquisição, que havia sido instituída pelo Papa Lúcio III (1181-1185), confirmada pelo Quarto Concílio de Latrão e pelo Papa Gregório IX (1227- 1241). Os cátaros foram praticamente exterminados pelos cruzados, porém a seita ainda se reconstituiu em vários pontos da Europa, somente desaparecendo em fins do século XIV²⁰.

Os movimentos heréticos, que punham em risco a ortodoxia religiosa, reclamaram uma ação enérgica por parte da Igreja e de seus seguidores. É neste quadro que Santo Antônio desponta como grande pregador, como grande defensor da fé católica. A trajetória que o levou a ser reconhecido, posteriormente, como o “martelo dos hereges”, é o que veremos na seção seguinte.

¹⁹ A palavra grega *Katarós* significa “puro”. Os termos tornam-se sinônimos porque o catarismo encontrou em Albi, no sul da França, um de seus principais redutos.

²⁰ Ao longo do século XII, outros movimentos heréticos surgiram. Os valdenses, seguidores de Valdes, um abastado comerciante de Lyon, apareceram por volta de 1176 e se distinguiram dos cátaros por se oporem ao ascetismo e não possuírem um sacerdócio oficial, embora conservassem uma tríplice hierarquia, composta de diácono, presbítero e bispo. Nestes tempos, surgiram também os beguinos, os begardos e os Apóstolos de Cristo. O ápice destes movimentos se deu com John Wycliffe (1330-1384), que levantou a luta contra os abusos e as desordens morais no interior da Igreja.

1.3 Fernando, irmão agostiniano

1.3.1 Fontes antonianas

Santo Antônio não nos deixou livros. Todo o material, escrito de próprio punho, são alguns esquemas de sermões que foram redigidos em latim, de forma organizada, para o auxílio dos jovens frades que se iniciavam na pregação do Evangelho. Estes sermões, no entanto, não foram os pronunciados em suas pregações itinerantes²¹.

Para a compreensão da vida de Santo Antônio, fazemos uso de algumas legendas, que, como já explicitamos, eram o relato sobre a vida do santo que se lia por ocasião de sua festa. Dos santos mais conhecidos e mais celebrados havia uma *vita* mais pormenorizada e uma mais resumida, segundo o tempo de que se dispunha ou o grau de solenidade com que era celebrado²².

Sobre Santo Antônio temos seis legendas, que nos trazem a vida e os feitos realizados por ele. O título de cada uma delas é retirado ou da primeira palavra com que começa o texto, ou se prende ao nome do autor. As principais são:

1 – ***Legenda Prima, ou Legenda Antiquissima, ou Legenda assidua***²³, que é a *vita* prima, escrita por volta de 1232, menos de um ano depois da morte do santo, de autoria duvidosa. Nela percebemos claramente que o autor conviveu pessoalmente com o santo. Esta hagiografia tem por principais fontes as recordações pessoais dos contemporâneos do santo, informações orais e escritas e dossiê de canonização. É obra fundamental por ser a primeira, porém é bastante sucinta. Nada descreve sobre a atividade na França e pouco sobre a atividade na Itália, antes de chegar a Pádua.

2 – ***Vida Segunda ou Vida de Santo Antônio confessor***, escrita por Frei Juliano Spira, antes de 1235. De autoria do mesmo frade também são o *Ofício Rítmico de Santo Antônio*, contendo os hinos e as antifonas das vésperas, das matinas, das laudes e das horas menores da festa do santo e o *Si quaeris miracula*, principal responsório do santo.

3 – ***Diálogo*** sobre as gestas de Santo Antônio. Escrito por um frade anônimo, entre 1245 e 1246.

²¹ RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo que falava português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

²² *Idem*.

²³ Cf. Fonti Agiografiche Antoniane. Vita Prima di S. Antonio o “ASSIDUA” (c.1232). Introduzione, texto critico, versione italiana e note a cura di Vergílio Gamboso. Padova: EMP – Edizione Messagero, 1981.

4 – *Legenda Benignitas*, escrita por Frei João Peckham, por volta de 1276. Nesta legenda, encontram-se narradas a inauguração da Basílica de Pádua e a solene exumação dos ossos do santo.

5 – *Legenda Raimundina*, de Frei Pedro Raymond de Saint Roman²⁴, escrita por volta de 1295. Esta obra traz à luz os milagres *post mortem* e as tradições do convento antoniano de Pádua. Também nos relata os milagres e os escritos extravagantes, como a pregação aos peixes, além de ditos populares sobre o santo. Editada em Bolonha, em 1883, traz pormenores acerca da vida do santo.

6 – *Legenda Rigaldina*, escrita entre 1298 e 1317, por Frei João Rigauld. Recolhe os milagres e os fatos prodigiosos do santo em vida e depois de sua morte.

O gênero hagiográfico, que tem por principal objetivo a edificação e a vida exemplar dos personagens santos, visa a monumentalidade de sua vida e obra. Sendo um discurso de virtudes, que se aproxima do extraordinário e do maravilhoso, em que estas virtudes se revestem de tal consistência que se transformam em “milagres”, é apreendido como modelo para as vidas dos fiéis²⁵.

A *Legenda Prima*, a *Legenda Raimundina* e a *Legenda Rigaldina* são as principais sobre Santo Antônio e nos trazem os relatos sobre sua vida e seus milagres, sendo, portanto, as fontes principais para este capítulo. Por ser a mais contemporânea do santo, a *Legenda Prima* torna-se a principal fonte para reconstruirmos os passos do nosso personagem.

1.3.2 O nascer do sol

Em 1195, no reinado do monarca português D. Sancho I (1154-1211), à sombra da catedral lisboeta, junto à Porta de Ferro, em um lugar chamado “Pedreira da Sé”, nasceu Santo Antônio. Filho de Martin de Bulhões e de sua esposa Maria Teresa Taveira, recebeu na pia batismal o nome de Fernando. Seu avô paterno fora Vicente de Bulhões, por sua vez, neto

²⁴ Cf. *Fonti Agiografiche Antoniane. Vitae “RAIMUNDINA” e “RIGALDINA”*. Introduzione, testo critico, versione italiana e note a cura di Vergílio Gamboso. Padova: EMP – Edizione Messagero, 1992.

²⁵ CERTEAU, Michel. “Uma variante: a edificação hagiográfica”, in *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 266-278.

de um cruzado francês, também chamado Martin, que viera a Portugal acompanhando o conde Henrique para combater os mouros²⁶.

Nestes tempos, a Igreja era responsável por quase toda a cultura intelectual da época, a educação estava nas mãos dos clérigos e dirigia-se aos próprios clérigos, atendendo sempre às necessidades do culto. Fernando foi entregue, por volta de 1205, aos padres da Sé de Lisboa para ser doutrinado nas Sagradas Escrituras, numa escola fundada pelo cruzado britânico D. Gilberto, primeiro Bispo de Lisboa. Nas escolas de catedral e, sobretudo, nos mosteiros, ensinavam-se as chamadas sete artes liberais, as únicas consideradas dignas dos homens livres. O jovem Fernando estudou, então, Retórica, que englobava a estilística e os textos históricos; Gramática, que compreendia o estudo do latim; e Literatura e Dialética, que tinham por conteúdo uma iniciação filosófica. Enquanto estudava, Fernando apurava ao mesmo tempo a inteligência e o gosto pela oração, desenvolvendo interesse pela liturgia, com todo o seu mistério e apelo místico. Os hinos, as pompas do culto, a beleza dos altares, o significado dos paramentos, o deslumbramento com as cerimônias especiais e tudo o que seus olhos pudessem enxergar o fascinavam. Mas, segundo seus biógrafos, o impacto das primeiras tentações foi grande. Uma passagem bastante destacada em sua hagiografia é o seu encontro com uma figura feminina de extraordinária beleza, que interrompia constantemente suas orações²⁷. Conta-se que, certa vez, para desembaraçar-se da aparição, orou em voz alta e desenhou com o próprio dedo o Sinal-da-Cruz na parede, fazendo-a desaparecer.

Destacado pelos hagiógrafos, este episódio nos sugere uma grande transformação na vida do jovem Fernando, que recusa os prazeres mundanos, personificados naquela figura feminina. Em alguns relatos, diz-se ser uma judia e, como já percebemos, assim como as mulheres, os judeus estavam relacionados ao satanismo²⁸. A figura de uma judia encerrava em si uma dupla manifestação do discurso antifeminino produzido pela cultura cristã que promovia uma demonização da mulher, a fim de exaltar os ideais de virgindade e de

²⁶ As biografias feitas sobre nosso personagem histórico esbarram em dúvidas sobre o ano do nascimento do santo. Porém, quase todos se dispõem a acreditar em Frei Marcos de Lisboa, que não tem dúvidas em datar seu nascimento em 15 de agosto de 1195, dia marcado pela festa da Assunção da Virgem. Pesquisas mais contemporâneas apontam dúvidas sobre esta data, subtraindo-a em alguns anos, como é o caso do Padre francês André Callebaut, que recua até 1192. De qualquer modo, estaria datado o nascimento de Santo Antônio entre 1190 e 1195, sendo este último ano o mais aceito e tomado aqui como marco inicial da sua vida. LISBOA, Frei. Marcos de. *Primeira Parte das Chronicas dos Frades Menores do Seráfico Padre São Francisco*. Lisboa, 1556.

²⁷ Cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 310-349.

²⁸ A figura feminina personificava, assim como o judeu, um perigoso agente de Satã, e não apenas para homens da Igreja, mas igualmente para juízes e leigos. No século XIII, o sermão, que se tornara o meio mais eficaz de cristianização, irradiou entre a massa o medo da mulher. O que na Alta Idade Média era apenas um discurso monástico, se tornou, em seguida, pela ampliação progressiva das audiências, advertência inquietada para uso de toda a Igreja discente que foi “convidada a confundir vida dos clérigos e vida dos leigos, sexualidade e pecado, Eva e Satã.” Cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, op. cit.*, pp. 310-349.

castidade, pois desde cedo os limites entre a sexualidade e o pecado da luxúria eram tênues aos olhos da Igreja²⁹. Fazendo opção por vida regrada, de oração, voltada para os estudos, Fernando obtinha a primeira vitória contra as forças do demônio.

Cumprida a primeira parte de seus estudos e vencidos os medos e os receios que ainda o prendiam ao mundo terreno, Fernando se ligava cada vez mais às “coisas do alto”, resolvendo, por volta de 1210, ingressar no Mosteiro de São Vicente de Fora, que fora fundado por D. Afonso I, no ano da conquista de Lisboa (1147), como cumprimento da promessa que havia feito, em prol da vitória decisiva contra os mouros. Inicia, assim, sua carreira religiosa junto aos Regrantes de Santo Agostinho, onde pretende completar sua formação e dedicar-se inteiramente ao estudo e à prática do serviço religioso. Longe das tentações mundanas, de tudo e de todos, fica dois anos incompletos neste mosteiro, onde buscava “uma iniciação progressiva numa ordem de pensamentos e de finalidades que se lhe afigura cada dia mais digna de condensar os seus interesses daí por diante”³⁰.

Embora recluso, familiares, antigos companheiros de estudos, amigos e conhecidos ainda o encontravam e o visitavam, causando uma certa perturbação, pois eram o vínculo com o mundo que optara por abandonar. Como não estava em seus propósitos voltar atrás em sua decisão de seguir seus estudos e sua fé, faz um pedido ao Prior do Mosteiro dos Cônegos Regrantes para mudar-se para Coimbra³¹, onde, diante da mesma confissão agostiniana, poderia dedicar-se mais e com maior tranqüilidade às atividades religiosas. Não encontrou muita aceitação por parte dos que habitavam o mosteiro de São Vicente de Fora, pois sabiam que se estariam privando de um grande interessado pelas coisas da Igreja. Porém, mesmo a contragosto do Prior, lhe é concedida a permissão para que passasse ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o principal centro da vida monástica portuguesa.

Em sua nova casa, foram-lhe revelados os segredos da Aritmética, da Geometria – que a este tempo incluía a Geografia – da Astronomia e da Música. Assim, com toda a carga de estudos que já recebera em São Vicente de Fora, acrescida desta, adquirida em Coimbra, o jovem estava apto ao estudo da Teologia, que era, por excelência, o saber da Idade Média. Como afirma João Ameal, em Santa Cruz Fernando recebeu um ensino desenvolvido das Ciências da Natureza, da História, da Medicina, assim como do hebraico, do caldeu e das línguas vivas.

²⁹ *Idem.*

³⁰ AMEAL, João. *Santos Portugueses*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1957, p. 62

³¹ O pedido se faz necessário para a transferência, de acordo com a obrigação imposta pelo Papa Adriano IV aos Cônegos Regrantes de não abandonarem um convento sem a autorização de quem o rege. Cf. AMEAL, João, *Santos Portugueses, op. cit., loc. cit.*

Segundo a *Legenda Prima*³², a que já nos referimos anteriormente e que compreende o primeiro compêndio de seus feitos, o irmão Fernando

(...) dava-se a estudos não vulgares para este fim, ao mesmo passo que adestrava o seu espírito à força de continuadas meditações, e nem por isso, quer fosse dia quer noite, conforme o tempo lhe dava lugar, deixava de entregar-se à lição das Escrituras Divinas. Umas poucas socorrendo-se do sentido literal, e enriquecendo-o de bem chamadas alegorias, roborava a crença dos fiéis, e outras vezes acomodando as palavras da Escritura ao seu intento melhorava os costumes. Resolvendo pois com a mais bem sucedida curiosidade as profundezas da Palavra do Senhor, munia o seu entendimento dos testemunhos das Letras Divinas para zombar dos laços de subterfúgios do erro; e por outra parte examinava com uma indefesa aplicação as doutrinas dos Santos Padres, e desta maneira guardava na sua memória, por extremo fiel, tudo quanto há no Convento, para que uma ciência não esperada das Escrituras houvesse de sair algum dia como improvisadamente de sua boca³³.

Irmão Fernando, portanto, dedica-se cada vez mais aos estudos, principalmente às Sagradas Escrituras, aos autores da Antigüidade Clássica e da Patrística. Santo Agostinho (354-430) é um de seus mestres, não apenas por ser patrono da Ordem dos Cônegos Regrantes, mas em especial por seu humanismo religioso, que o discípulo tão profundamente aprecia e absorve³⁴. Para Santo Agostinho, as verdades da Fé não poderiam ser demonstradas pela razão, porém esta poderia confirmar aquela. Se a base dos seus estudos era a Patrística, seus conhecimentos teológicos foram ampliados com o gradual avanço da Escolástica, na busca de argumentos que lhe fornecessem subsídios para fortificar sua Fé e argumentar sua Razão. Em Santa Cruz de Coimbra, lecionavam, ao tempo de Frei Fernando, mestres conhecedores das doutrinas de Platão e Aristóteles e que se tinham aperfeiçoado em Paris nas letras Sagradas. Os cônegos Frei João, Frei Raimundo e Frei Pedro Pires foram seus professores.

A despeito do conjunto de informações precisas nas Legendas de Santo Antônio, nas quais boa parte dos episódios são datados ou datáveis, percebemos alguma divergência sobre o lugar onde foi ordenado. Frei Marcos de Lisboa, Franciscano, juntamente com Mariano de Florença e Frei Peregrino baseiam-se na *Legenda Raimundina* de Frei Pedro Raymond de Saint Roman³⁵, que afirma que foi ordenado em Coimbra, portanto, na Ordem Agostiniana. Lourenço Surio, Wadingo e Leandro Alberto baseiam-se no AGIOLÓGIO LUSITANO, um

³² Cf. Fonti Agiografiche Antoniane. Vita Prima..., *op. cit.*

³³ *Vita et Miracula S. Antonii*, p. 20-1, *apud* RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo...*, *cit.*, p. 51.

³⁴ CAEIRO, F. da Gama. *Santo Antônio de Lisboa*. 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, Apêndices, p. 322-323.

³⁵ Cf. Fonti Agiografiche Antoniane. Vitae "RAIMUNDINA" e "RIGALDINA", *op. cit.*

compêndio de hagiografias organizado no século XVII³⁶, que afirma que a ordenação se efetuou já na Itália, quando estava entre os Franciscanos.

As diversas posições acerca da ordenação sacerdotal de Fernando nos levam a considerar a primeira vertente como mais verossímil. É difícil crer que os cônegos regrantes, em sua companhia por quase oito anos, sendo testemunhas de sua dedicação, não o tivessem dado por apto a receber o grau de sacerdote. Mesmo que se considere que, no último terço de 1219 ou primeira metade de 1220, houvesse determinações clericais que exigiam a idade de trinta anos para os ordenados, já que, por volta de 1220, Fernando estaria com mais ou menos vinte e cinco anos, e mesmo parecendo discutível tal autorização, como nos parece ser este caso, ocorreram exceções³⁷. Portanto, aceitamos a ordenação em terras lusas sob a Regra Agostiniana.

Tenha sido ou não ordenado entre os Agostinianos, a vida no Monastério de Coimbra mostrou-se, com o tempo, incompatível com as intenções de isolamento do Irmão Fernando. No século XIII, Santa Cruz de Coimbra era uma das casas religiosas mais privilegiadas pelas doações da nobreza e, por isto, também muito freqüentada.

Por volta de 1218, Fernando foi designado para exercer a função de porteiro dos Agostinianos. O cargo requeria que tivesse contato novamente com o mundo exterior e com todos os que procuravam o mosteiro pelos mais diversos motivos. Foi como porteiro que recebeu em seu convento alguns frades errantes com aparência pobre, mas muito alegres e que pareciam estar sempre indiferentes ao tamanho das esmolas. Era o seu primeiro contato com os filhos do *Poverello* de Assis.

Francisco de Assis espalhou pelo mundo a mensagem da pobreza voluntária e da fidelidade às Sagradas Escrituras, encarregando seus frades de propagar o Evangelho. Sensibilizada com o espírito religioso Franciscano, a Rainha D. Urraca conseguiu de seu marido, o rei D. Afonso II, que os Frades Menores fossem recebidos no reino luso e se instalassem numa ermida abandonada, a modestíssima Casa de Santo Antão dos Olivais, próxima de Coimbra.

Imbuídos de um espírito missionário, como o do apóstolo Paulo, cinco frades franciscanos partiram da Itália para o Marrocos, a mando de São Francisco de Assis, passando

³⁶ AGIOLOGIO LUSITANO dos Sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio, insignes patronos desta cidade de Lisboa. Composto pelo Licenciado George Cardoso. Lisboa: Oficina Craesbeckiana, 1652. Jorge Cardoso. Porto: [s.n.], 2002, ed. *Fac-simile*.

³⁷ No século VIII, o Papa São Zacarias, respondendo a uma consulta de São Bonifácio, Bispo de Mogúncia, esclarecia que “considerava legítimo antecipar-se a idade referida [trinta anos] a de vinte e cinco anos, segundo a remota tradição hebraica”. Cf. AMEAL, João. *Santos Portugueses, op.cit.*

pela Península Ibérica. Por volta de 1219, passaram por Santo Antão e por Santa Cruz de Coimbra. Fernando, ao ver o desprendimento dos Freis Bernardo de Córdob, Pedro de São Geminiano, Adjuto, Acúrcio e Otto, sente o ardor missionário e começa a ter idéia de deixar a vida de contemplação do convento para vivenciar no mundo as experiências de Deus, sofrendo pela fé.

A jornada dos frades franciscanos rumo ao Marrocos seguiu com enorme entusiasmo. Porém, o martírio almejado seria sentido na pele. Presos, mantiveram firme a fé e foram sacrificados e queimados em praça pública, em 16 de janeiro de 1220. Por não abjurem a fé católica, como queria o Miramolim, depois de terem comparado Maomé e Cristo, aquele deixa-se levar pela cólera. Saca de sua cimitarra e, um a um, mata-os ali mesmo, na praça em que pregavam³⁸. O Infante D. Pedro intercedeu junto aos chefes mouros e recuperou da multidão as cinzas dos cinco mártires, que morreram em nome de sua fé. Entregou-as ao Cônego João Roberto para que as transportasse para Portugal. A Rainha D. Urraca as acolheu no desembarque e, com procissão solene, as conduziu até Santa Cruz de Coimbra, para ali ficarem.

O Irmão Fernando mais uma vez tem contato com a mensagem franciscana, agora com os mártires do Marrocos. Decide trocar o refúgio pacífico dos Agostinianos pela vida humilde e incerta dos Frades Menores.

Almejava, neste momento, lançar-se ao mundo, combatendo as heresias que a todo instante encontravam eco nas diversas camadas sociais, insatisfeitas principalmente com os abusos da Igreja e do clero. O martírio era considerado a este tempo uma prova de santidade, destinado aos que se entregavam à luta contra os hereges na pregação do Evangelho. Fernando foi buscar entre os Franciscanos este ideal.

1.4) Antônio, Frade Franciscano

Por volta de 1220, Fernando é recebido pelo Frei João Parente, Provincial da Ordem Franciscana na Península Hispânica, abandonando de vez a vida de agostiniano para instalar-se entre os seguidores do *Poverello* de Assis, assumindo o nome de Antônio, pelo qual ficará conhecido e será celebrado.

³⁸ Na ordem franciscana, a figura destes mártires é representada pelos frades degolados diante de um sultão para representar o ideal do martírio frente aos infiéis.

A troca do nome e de ordem como demonstração da mudança de vida e da entrada em uma nova fase era bastante comum à época de Santo Antônio. Alguns autores consideram que a escolha do nome Antônio foi uma homenagem ao patrono da comunidade que o abrigou, Santo Antão. Outros vão ligá-la à sua intenção de livrar-se definitivamente da intromissão de familiares e amigos na nova vida mendicante que adotara, enfim, de tudo que o prendia ao passado. É a *Legenda Prima* que nos esclarece melhor a posição do novo Franciscano:

Começa de se chamar Antônio, o que foi uma espécie de prognóstico de que seria um pregador muito abalizado; e, com efeito, dizemos Antônio, como quem diz Altitonio ou Altitonante, pois a sua voz, qual trombeta sonora, quando falava “entre os perfeitos da sabedoria divina, misteriosamente encoberto”, como que tropeja tão profundas coisas da Sagrada Escritura que os próprios mais habituados a decifram o sentido da palavra de Deus tinham muito que admirar em sua eloquência³⁹.

Ao assumir de vez o franciscanismo, o novo frade poderia manifestar a sua eloquência e disseminar todo o conhecimento adquirido entre os Agostinianos, além de estar mais próximo do tão almejado martírio. Desta forma, a *Legenda Prima*, escrita pouco depois da morte e da canonização do santo, traz-nos uma de suas importantes facetas, unindo-o à experiência religiosa de outros contemporâneos. A entrada para o franciscanismo abriu a porta para que o jovem frade pudesse colocar-se como “trombeta” a proclamar o Evangelho. Ao fim, a pregação seria a grande marca da vida de Santo Antônio entre os menores.

O franciscanismo surgia neste momento como um movimento vigoroso de crítica à sociedade e à própria Igreja medieval. A condenação que fazia à concentração de riquezas e contra os privilégios da nobreza e do clero, colocara, num primeiro momento, em lados opostos a nova ordem e a instituição eclesiástica, já que os privilégios de uns se tornavam a opressão de outros: os pobres.

Assim, a troca de ordem realizada por Fernando/Antônio pode ser lida como algo além de uma “vocação religiosa sincera”, mas como também um ato político. Trocava os Agostinianos e o principal mosteiro luso, que mantinha importantes relações com o poder régio, por um convento Franciscano localizado na periferia de Coimbra e dedicado ao auxílio dos pobres de Deus.

Antônio, desta forma, se enquadrava num ideal bastante comum das primeiras décadas do século XIII, ou seja, era um típico jovem de família abastada, que faz uma opção por uma ordem religiosa, abraçando voluntariamente a pobreza e o franciscanismo, que ganha grande

³⁹ *Apud* “Vita et Miracula S. Antonii”, p. 27, in AMEAL, João, *Santos Portugueses, op. cit.*

eco social através desta pobreza voluntária em favor da fé, abandonando toda a herança anterior, inclusive o nome⁴⁰.

Segundo a *Legenda Prima*, Frei Antônio passou então a cumprir as tarefas próprias dos menores, não se furtando dos trabalhos mais humildes executados pelos Franciscanos. Trabalhou no campo, pediu esmolas, ajudou a tratar os enfermos, trabalhou na cozinha, na limpeza. Mas não tardou a encontrar o claustro do mundo⁴¹. Não se demorou nos Olivais, porque o noviciado de um ano na ordem só foi imposto pela bula de Honório III. Em 1221, passado este período de noviciado, seguiu então para Marrocos, decidido a vencer a guerra para Cristo, combatendo os infiéis.

Ao chegar às terras marroquinas, encontrou um ambiente hostil. O clima era impiedoso, a região vivia uma grande seca, as ruas eram desertas, as casas estavam abarrotadas de enfermos. O caos tomava conta do lugar e o próprio Antônio se viu atingido pelas enfermidades durante meses, ficando debilitado e incapacitado para realizar seu grande ideal, ou seja, o martírio que talvez pudesse merecer no mesmo local onde os mártires franciscanos haviam padecido. Porém, não o consegue. Doente e contrariado, decidiu retornar aos Olivais, até que se recuperasse para que pudesse tornar a enfrentar os infiéis. Mas, de acordo com a *Legenda Prima*, o destino lhe reservou outros caminhos. Em abril de 1221, a embarcação em que seguia de volta para Portugal foi tomada por uma forte tempestade e, quando parecia ser o Mar Mediterrâneo o sepulcro de Frei Antônio, avistaram-se as terras sicilianas, perto da cidade de Taormina, onde, não muito distante, havia um convento dos Frades Menores. Pediu abrigo, repousou e se curou das enfermidades, ficando ali durante toda a semana da Páscoa⁴².

Neste mesmo ano, em Assis, foi convocado o quarto Capítulo Geral da Ordem dos Franciscanos. Marcado para o domingo dedicado ao Espírito Santo, 30 de maio, Antônio viu pela primeira vez o próprio fundador da ordem, Francisco, que regressara do Oriente após dois anos. Juntamente com seus confrades, Antônio juntou-se aos três mil irmãos que tomaram parte do Capítulo, em que o Bispo de Viterbo, Cardeal Painerio Capocio, delegado do Cardeal Ugolino, protetor da Ordem e futuro Papa Gregório IX, celebrou a missa do dia de Pentecostes. O próprio Francisco pregou na homilia, exortando os irmãos à obediência à Santa Madre Igreja e conclamando-os a que permanecessem nas trilhas do pauperismo evangélico, do amor incondicional e integral ao próximo. Exortava-os a nunca pensarem em si mesmos,

⁴⁰ KRUS, L., CALDEIRA, A. *Oitavo Centenário do nascimento de Santo Antônio*. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1995.

⁴¹ Para os Franciscanos, a máxima para a vida na regra é “minha cela é meu corpo e meu claustro é o mundo”.

⁴² RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo...*, *op. cit.*, pp. 68-70.

mas apenas no dever de dar tudo pela paz e pelo bem do mundo. O Capítulo foi presidido pelo Frei Elias de Crotona, cabendo ao *Poverello* de Assis humildes intervenções, quando julgava oportuno falar a seus *minores*. É neste conclave que Francisco conhece o martírio dos cinco franciscanos que entregaram suas vidas pelo serviço do Evangelho, sacrificando-se pela fé. Ao final do encontro, que passa à história como Capítulo das Esteiras, pela quantidade de esteiras que tiveram que ser utilizadas pela falta de alojamentos para tantos frades, espalharam-se os irmãos pelos caminhos do mundo a levar o ideal franciscano.

Foi neste momento que o jovem Frei Antônio se sentiu perdido e, de certa forma, esquecido, pois não tinha um local para levar sua Fé. Seu Portugal se encontrava distante e ninguém até então lhe atribuía um destino. Procura, então, o Frei Graciano, novo escolhido para Provincial da România, que estava preocupado com a falta de sacerdotes em sua região. Frei Graciano lhe indaga apenas se obtivera o sacramento da ordem e, mediante a resposta afirmativa, pede ao Vigário Geral a autorização necessária. Antônio é enviado ao Eremitério de Monte-Paulo, perto da cidade de Forlívio, nos montes Apeninos, um local deserto, longe de perturbações, propício à meditação e ao serviço humilde. Neste local, manifestar-se-ia de forma decisiva toda a sua sabedoria⁴³.

O Cardeal Ugolino, que, por estes tempos, se colocava a percorrer a região da Emilia, pacificando questões locais e preparando uma nova cruzada, decide realizar uma solene festa para os membros das duas ordens que mais estimava, a dominicana e a franciscana. Constatando em ambas uma extrema falta de sacerdotes, pretende promover uma importante ordenação de frades das dioceses do norte italiano, pertencentes às duas ordens. Para presidir tal cerimônia, o Cardeal designa o Prelado de Forlívio, marcando para 19 de março de 1222, quarto domingo da Quaresma, o dia da ordenação.

A cidade de Forlívio se prepara como nunca para receber a honra de ser o palco principal de uma ordenação conjunta de Franciscanos e Dominicanos. Fiéis e clérigos chegam de diversas partes, atraídos pela grande celebração eclesial. O bispo, ao perceber tamanha quantidade de interessados no evento, quer que seja dirigida ao povo uma pregação à altura. Afinal, era uma oportunidade ímpar para pregar a tanta gente ao mesmo tempo. O prelado dirige-se aos superiores das duas ordens envolvidas no acontecimento e solicita que designem alguém capaz de caracterizar a importância do ato religioso e animar a fé dos presentes com sua oratória.

⁴³ *Idem*, p. 71.

Frei Graciano se apressa em tentar conseguir alguém que preenchesse tais requisitos. Não teve dúvidas ao se dirigir primeiramente aos dedicados à pregação, os Dominicanos. Porém a negativa foi imediata. Ninguém entre os seguidores de São Domingos se julgava preparado para tal responsabilidade. Entre os Franciscanos, considerados mais eloqüentes, também não encontrou um voluntário. Quase sem esperanças, o bispo repara no humilde Frei Antônio. Frei Graciano julga, então, que uma improvisação, oriunda do mais puro sentimento franciscano, seria o melhor para retratar tal momento festivo. Antônio foi designado para a função. Justo ele, que nunca havia ocupado a tribuna em ocasiões solenes, teria de fazê-lo agora, na Catedral de Forlívio. Santo Antônio prostra-se diante do altar, concentra-se em forte oração, sobe os degraus do sôlio pontifical, toma a benção ao bispo, sobe ao púlpito e fala. Segundo o Padre Brás Luis de Abreu⁴⁴, neste momento, sua mente faz uma viagem, revistando tudo o que havia aprendido desde pequeno à sombra da catedral lisboeta, passando pelos Mosteiros de São Vicente de Fora, Santa Cruz de Coimbra, pelo Eremitério de Santo Antão e pelo mundo que buscava como claustro. Coloca para fora todas as imagens guardadas, todos os seus árduos estudos, todas as meditações a que se lançou. As palavras fluem como o mais eloqüente e experiente dos pregadores. Falando em latim universal, para que todos o entendessem, seu tema central é o texto da Carta de São Paulo aos Filipenses: “Cristo, por nosso amor, foi obediente até morrer; até a morte de Cruz”⁴⁵. Segundo Padre Brás, a pregação é incomparável, as palavras se encadeiam, as citações bíblicas são feitas com extrema facilidade, como se as estivesse lendo. Revela-se, enfim, um apóstolo missionário, de grande vocação doutrinal. Frei Antônio, que havia subido à tribuna como infeliz neófito, por ordem superior, desce consagrado por sua eloqüência e por sua ciência teológica⁴⁶.

Após este episódio, a vida do Frade Antônio não seria mais a mesma. No Capítulo Provincial que se segue, a Antônio é atribuído o ofício da pregação. Sua luta contra a heresia será por intermédio das palavras. Seu primeiro campo de batalha é a própria România, onde se encontra. Está repleta de hereges que, cada vez mais, proliferam à sombra dos

⁴⁴ Padre Brás Luis de Abreu (1692-1756) foi clérigo do hábito da Ordem Terceira de São Francisco em Lisboa. Sua principal obra sobre Santo Antônio demonstra um estilo requintado, onde abundam conceitos metafóricos. Cf. ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido no occidente, posto ao nascer do sol. Santo Antônio português luminar mayor no Ceo da Igreja entre os astros menores na esphera de Francisco*. Epítome histórico e panaryco de sua admirável vida e prodigiosas acções. Coimbra, 1725.

⁴⁵ A Bíblia de Jerusalém, Fil 2, 1-11, *op. cit.*

⁴⁶ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. XIII- XIV, 1942.

comportamentos desregrados de muitos clérigos, das confusões e dos equívocos em torno da doutrina cristã. Segundo Ameal⁴⁷,

Antônio é uma alma abrasada em piedoso zelo; é também uma inteligência culta, apetrechada para os debates teológicos. A formação adquirida em Santa Cruz dá-lhe segurança e profundidade de conceitos que, iluminados e alteados pelos raros dotes do pregador, lhe granjeiam por toda parte o êxito.

Em 1223, em outro Capítulo Geral, Francisco é informado dos novos acontecimentos e toma conhecimento dos sermões proferidos por Antônio. Dá-se, neste momento, a maior aproximação do Pobre de Assis com o pregador lusitano. O Frade Francisco exorta Antônio a pregar aos irmãos, porém sem que se esqueça da Regra⁴⁸. Francisco podia não privilegiar os doutos, mas certamente sabia reconhecer os que supriam com saber e inteligência a pureza de coração que mais apreciava, o sentimento exaltado pela fé. Sabia que Antônio reunia tanto a eloquência dos doutos como a pureza dos humildes.

Antônio desenvolveria, então, um incansável combate contra os hereges, entre 1224 e 1230. Ao findar o ano de 1224, aquele que se dedicara aos trabalhos mais humildes era, agora, um iluminado, uma “trombeta” na proclamação e na pregação do Evangelho, tido por todos que o conheciam, ou que dele haviam ouvido falar, como um santo ainda vivo⁴⁹. É neste ano que Francisco envia Antônio à França, com a missão de combater pela fé, lutar contra os hereges albigenses.

Antônio se dirige para a cidade de Montpellier, com uma dupla função. Primeiramente, renovar os estudos teológicos entre os seus irmãos franciscanos. Em segundo lugar, usar de sua oratória e, através da argumentação, combater os hereges que ali se tinham alicerçado. De Montpellier, após participar do Capítulo de Pentecostes, coloca-se a caminho de Tolosa, onde havia um convento que serve de concentração a todos os que se empenhavam na defesa da Fé cristã, em oposição ao avanço dos heréticos albigenses. Antônio empenha-se em ensinar aos Frades Franciscanos a argumentação teológica básica destinada à pregação aos infiéis e aos hereges. Em 1225, por todo o seu empenho em combater os inimigos da fé, é nomeado guardião do Convento de Puy-em-Velay, região que estava, literalmente, tomada pela heresia e onde sua ação pessoal se fará sentir de forma muito positiva. Neste momento, segundo Ruiz,

Antônio já não é mais o humilde fradinho, recolhido à contemplação e ao estudo. As ordens de Francisco dele fizeram um bravo e vigilante

⁴⁷ AMEAL, João, *Santos Portugueses*, *op. cit.*, p. 101.

⁴⁸ A carta aqui referida já foi citada neste capítulo, e é a que foi enviada por Francisco a Antônio.

⁴⁹ Fonti Agiografiche Antoniane. Vita Prima..., *op. cit.*

combatente da fé, um duro batalhador da eloqüência, que não foge ao debate com os heréticos que se agigantam a sua volta⁵⁰.

Neste momento, “a voz de Antônio ecoa como a trombeta que anima para a batalha”. É ouvida e acatada por toda a ordem e fora dela. Devido ao que leu e ao que discutiu, torna-se o primeiro Doutor Franciscano nas suas três manifestações características: teólogo na cátedra, pregador no púlpito, missionário no mundo⁵¹. Em novembro de 1225, ocorre um Sínodo, ao qual assiste o Legado Pontifício, Cardeal de Santo Ângelo, de onde sai a resolução para que o rei da França, Luís VIII, exercesse o comando do exército que tinha por objetivo destruir os hereges albigenses. Neste momento, ocorre um episódio importante na vida de Antônio: o pregador acusa, do alto do púlpito, o Bispo de Bourges, Simão de Suly, de ser um inimigo dos Frades Menores. Suas palavras surpreenderam a todos, porém, após o término da pregação, o bispo procura Antônio e reconhece suas culpas, dizendo-se arrependido e dispondo-se a ser, dali por diante, um dedicado auxiliar e protetor da ordem⁵². Antônio recebe por toda a França os epítetos de “Trombeta do Evangelho” e “Martelo dos hereges”⁵³, pela sua função missionária e pela árdua batalha para disseminar os desviantes da fé.

Com seu prestígio nas alturas, toma parte, em Arles, no ano de 1226, de mais um Capítulo Provincial. Ali, prega na Festa de Exaltação da Santa Cruz. É eleito por unanimidade Custódio da Província de Limoges. O reconhecimento pelos seus feitos chegam de todas as partes, todos exaltam sua forma de quebrantar os hereges pelas palavras e de converter os infiéis à Fé Católica. Era, neste momento, um grande propagador da Fé, imbatível quando deixava fluir os pensamentos e a erudição que o tornaram logo o segundo religioso mais importante na ordem seráfica. Porém, toda a alegria pelo trabalho desenvolvido por ele seria interrompida pela tristeza que se instalou na ordem. Em 3 de outubro de 1226, o *Poverello* de Assis entregava sua alma ao Criador, deixando órfãos seus irmãos de hábito. Porém, permaneceria espiritualmente com todos, já que teve sua santidade reconhecida pela Igreja, em menos de dois anos após sua partida.

⁵⁰ RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo...*, op.cit., p. 78.

⁵¹ CARVALHO, Joaquim de. *História de Portugal*. Barcelos, [s.n.], 1932 Vol. 6, p. 479.

⁵² RIGAULD, João. “La vie de Saint Antonie de Padoue”, pp. 86-88, apud RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo...*, op. cit., p. 79.

⁵³ O título de Martelo dos Hereges conferido a Santo Antônio pelo Rei francês Luís VIII evoca sua força e disposição para desferir inúmeros golpes contra as seitas heréticas. A associação entre o martelo e os seres sagrados está presente entre as matrizes culturais da Idade Média Ocidental. Na mitologia germânica, é instrumento do deus do trovão, Thór. Na mitologia grega, era a ferramenta de Hefesto, deus do fogo e dos ferreiros, entre os celtas era o martelo objeto de culto. Cf. CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 18ª ed., 2003.

Mal conseguiram recuperar-se da morte de Francisco, outro acontecimento fúnebre consterna a todos, em plena batalha contra os hereges: falece o Rei Luís VIII, exatamente quando já havia submetido Leão e “Avinhão” e se preparava para o golpe final às portas de “Tolosa”. Era preciso continuar os trabalhos da ordem e prosseguir no combate contra os hereges. Antônio continua sua empreitada de conversões e ensinamentos, fundando novos núcleos Franciscanos. Por ordens superiores, deixa Limoges. Já se encontrando em Marselha, é convocado para fazer parte do Capítulo Geral, para decidir sobre o sucessor de Francisco. A difícil escolha recai sobre Frei João Parente, Provincial da Espanha, o mesmo que havia enviado Antônio ao Marrocos. Desta vez, Frei Parente o envia como Provincial da Emilia, outra região fortemente invadida pelas heresias. Antônio, neste momento, parece incansável, pois, por toda parte, surgiam os hereges. Na România, os cátaros; no Milanês e na Sardenha, os valdenses. Era preciso combater e reconquistar os territórios para a Cristandade.

Antônio passa a ser uma verdadeira usina de realizações e de milagres. Pregador itinerante, passa por Rimini, atravessa o Adriático e vai à Ilíria. Evangeliza no Golfo de Trieste, de Aquilea a Veneza, passando depois por Goritzia, Udine, Gênova, Conegliano e Trevisa. Por fim, dirige-se a Pádua, que ficará para sempre marcada em sua biografia. Ali, não encontra mais um burgo dominado por heréticos, mas a “moleza sensual de um meio licencioso que se afunda no luxo, no prazer e na dissolução”⁵⁴.

A fama do frade cresce entre os paduanos e logo Antônio conquista uma popularidade impressionante. Segundo a *Legenda Prima*,

(...) com tanta admiração escutavam, subindo muitas vezes o número dos ouvintes a trinta mil, que não se ouvia uma só palavra ou rumor em tão numeroso concurso, porém continuando o silêncio até o fim do sermão poderia dizer-se que todos, suspensos da doutrina do santo, a apanhavam com os ouvidos da alma e do corpo, como que eram uma só pessoa que atentamente o ouvisse⁵⁵.

Comum nos relatos hagiográficos de sua *vita*, percebemos uma grande manifestação das hipérboles e dos exageros como forma de exaltar a figura e os feitos milagrosos deste frade Franciscano.

Em Pádua, Antônio terá que enfrentar o tirano Azzolino ou Ezzelino, que desejava o controle total da cidade e da região com o auxílio de um exército mercenário, que disseminava morte e terror por toda a cidade. Segundo a *Legenda Prima*, “Antônio o enfrenta de frente [*sic*], impressionando o tirano, que se retira da cidade para espanto geral e júbilo

⁵⁴ AMEAL, João, *Santos Portugueses, op. cit.*, pp. 113-114.

⁵⁵ Fonti Agiografiche Antoniane. Vita Prima..., *op. cit.*

maior dos paduanos, que passaram o dia em loas ao Frade Franciscano, cuja força era tanta que mesmo o tirano mais cruel não ousara enfrentar”. Em 1228, passa por Ferrara e depois por Bolonha, mas o Provincial Geral o solicita para Florença, onde se fazia necessária sua presença pacificadora, ante as lutas travadas pelos partidários dos Buondelmonti e dos Amadei, famílias rivais na busca do domínio político. Antônio prega pelo Advento e pela Quaresma, alcançando o que parecia improvável, uma trégua entre as famílias.

Seguindo o destino que escolhera, funda vários núcleos franciscanos na Itália. Porém, os hereges ainda são um incômodo, e ele se empenha em desgastantes discussões teológicas em Milão, Verona e Mântua, onde persistiam os valdenses. Por volta de 1230, no Capítulo Geral, pede o seu desligamento de qualquer cargo de governo eclesiástico, voltando para Pádua, onde pretende ficar e retomar alguns de seus estudos. O descanso, porém, não duraria muito. A pedido do Cardeal Reinaldo Conti, futuro Papa Alexandre IV, começa a dar forma a seu saber e piedade em obras escritas, capazes de servir por mais tempo que as palavras pronunciadas enquanto pregava. O frade se esforça ao máximo e se esgota num labor incansável para terminar o pedido. Fica recluso e passa dias seguidos oculto, só se juntando aos demais frades nas refeições.

Enfraquecido, sem conseguir disfarçar o cansaço, pede que o levem para o Convento de Santa Maria, em Pádua. A hidropisia já o abate por completo. Tinha cerca de trinta e seis anos e seus irmãos de ordem compreendiam que seu fim estava próximo. Organizam o cortejo para levá-lo ao seu destino final. No meio do caminho, encontram Frei Ignoto, que ia ao seu encontro. Este se espanta com o estado de saúde do irmão e pede para que não entrem em Pádua, pois seria importunado pela comoção popular, recomendando-lhe que ficasse no Oratório de Arcela, próximo ao local. O cortejo chega a Arcela, Antônio confessa, recebe os sacramentos, entoia um hino à Virgem Maria e ergue suas mãos para serem unguidas. Acompanha com alguma dificuldade o canto dos irmãos e, indagado sobre o que via naquele momento, não teve dúvidas em responder: “Vejo meu Senhor!” Guarda silêncio profundo e morre em 13 de junho de 1231. Com o consentimento do bispo, os Franciscanos cumprem seu último desejo e o levam para Pádua, templo que havia escolhido como morada definitiva. A manifestação da cidade é incrível. Fiéis surgem de todos os lugares para prestar homenagens ao corpo daquele que tinham certeza ser um santo em vida⁵⁶.

⁵⁶ No percurso da santidade, o corpo recebe importância especial, pois lhe é atribuído, inclusive depois da morte, um poder taumatúrgico que se torna a prova da sobrevivência da alma. As relíquias dos santos passam a ser as garantias tangíveis de uma comunicação permanente entre a terra e o céu. Cf. “Santidade”. LE GOOF, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 449-463.

O número das manifestações em menos de um mês, após a sua morte, foi tão grande, que o Bispo Jacob Conrado, a clerezia paduana e os representantes das famílias proeminentes da cidade dirigem ao pontífice um pedido formal de canonização. O Papa Gregório IX, que era um grande defensor da ordem seráfica, hesita, pelo pouco tempo de morte. É nomeada uma comissão de inquérito, muitas pessoas são interrogadas, muitas narrativas são colhidas e o processo é encaminhado ao papa. A muitos fatos, dados como miraculosos, não se conseguia dar uma explicação natural. No Colégio Cardinalício, onde não é unânime a motivação para a canonização, um dos cardeais tem um sonho no qual vê descoberto o cadáver de Santo Antônio dentro do sepulcro e se espanta ao vê-lo incorrupto. O sonho o leva a mudar de opinião e a dar voto favorável à canonização. Assim, de forma mais acelerada que seu irmão Francisco, Antônio recebe o título de santo. Em 30 de maio de 1232, festa do Espírito Santo, ao soar dos sinos da Catedral de Espoleto, residência do Papa Gregório IX, que lhe dá o epíteto de “Arca do Testamento”, pela eloquência com a qual desempenhava seu papel de pregador e pelo conhecimento que tinha das Sagradas Escrituras. Na bula de canonização⁵⁷, escrita menos de um mês depois, o papa afirma:

(...) damos graças ao despenseiro de todas as graças, se não tantas quantas devemos, pelo menos quantas de que somos capazes. É que em nossos dias, para confirmação da fé Católica e confusão da maldade herética, Deus visivelmente renova os sinais e emprega com poder as maravilhas, fazendo brilhar por meio de milagres aqueles que robusteceram a fé Católica com o ardor das suas convicções, com a eloquência da sua palavra e o exemplo da sua virtude. No número destes acha-se o bem-aventurado Antônio, da Ordem dos Frades Menores, de santa memória. Enquanto viveu no mundo, possuiu grandes méritos. Agora, vivendo no céu, brilha com muitos milagres, que demonstram de forma evidente a sua santidade⁵⁸.

Como podemos observar, a santidade de Antônio seria reconhecida pouco tempo depois de sua morte. Através da bula de canonização, Gregório IX, que já tinha contato com a Ordem Franciscana quando era seu protetor, enquanto era cardeal, vemos um conjunto de informações que relatam milagres do santo provavelmente realizados ainda em vida⁵⁹. A devoção a Santo Antônio entre seus contemporâneos garante um rápido processo de canonização, como já havia ocorrido com São Francisco de Assis, que também teve seu reconhecimento como santo pouco depois de sua morte.

⁵⁷ A Bula de canonização é o documento oficial elaborado pelo papa após a canonização.

⁵⁸ Bula de Canonização de Santo Antônio. Dada em Espoleto, 11 de junho de 1232, ano sexto do Pontificado do papa Gregório IX (1227-1241).

⁵⁹ Fonti Agiografiche Antoniane. Vita Prima..., *op. cit.*

1.5) Franciscanismo de Santo Antônio

Ao considerarmos os episódios da vida de Antônio num quadro de referências mais amplo, podemos perceber que está inserido no padrão hagiográfico da santidade medieval. Era um homem da Península Ibérica do século XIII, região marcada pelo conflito entre mouros e cristãos, sendo o Algarve a área de fronteira entre a Cristandade e o Islã. Assim, a experiência do confronto entre as duas religiões e o ideal de Reconquista estaria ligada de modo muito particular ao jovem Fernando, que se sentiria chamado a em partir em missão para o Marrocos, para pregar o Evangelho aos muçulmanos, pondo em risco a própria vida. É neste sentido que compreendemos a troca de ordem realizada por Santo Antônio, que era um jovem sacerdote agostiniano⁶⁰, pertencente ao mosteiro mais importante de Portugal, que mantinha estreitas relações com o poder régio. Sua decisão em migrar para uma ordem mendicante, instalada na periferia de Coimbra, coincide com uma trajetória bastante recorrente nas primeiras décadas do século XIII, ou seja, um jovem de família abastada que opta pela vida religiosa não apenas pelas conveniências familiares, econômicas ou políticas, mas a partir de uma vontade autêntica de viver o Evangelho e combater os desviantes.

O sucesso das novas ordens, e de modo particular o do franciscanismo, deve ser atribuído à resposta que ofereceu a um quadro social marcado pela pobreza e pela efervescência religiosa. Ao encorajar a pobreza voluntária, ou seja, a valorização social do ato de tornar-se pobre por uma opção de fé, de entregar-se totalmente aos desígnios de Deus e viver da caridade alheia, a Ordem dos Frades Menores preencheu as expectativas de fé, esperança e caridade definidas por São Paulo. Desenvolveu uma nova sensibilidade para excluídos e desvalidos, contemplando a demanda dos pobres e amainando a angústia dos ricos. Como exemplo de aceitação deste ideal de pobreza voluntária, temos a “adoção” dos Frades Franciscanos pela rainha de Portugal, D. Urraca, que viria a se tornar grande protetora da ordem em Portugal.

Os autores mais recentes que se debruçam sobre o opção franciscana de Santo Antônio afirmam que ele teria vivido o franciscanismo originário, por captar a essência da vida do *Poverello*, sendo fiel ao seu apelo na pregação itinerante e, sobretudo, porque a imitação franciscana exprimia a imitação radical do Cristo humilde e pobre. A grande originalidade de Santo Antônio reside na radicalização do franciscanismo como afirmação do “novo”, como modelo de vida desconhecido anteriormente.

⁶⁰ Aceitamos aqui, como já expusemos, sua ordenação vinculada aos Agostinianos.

Para entendermos, portanto, estes aspectos, devemos ater-nos primeiramente à figura de São Francisco em sua experiência reconciliatória consigo mesmo e com a realidade que o cercava. Há quem o olhe como o protótipo do santo universal, amado por Deus, respeitado pelos homens e irmanado com a natureza. O centro desta reconciliação está no ato de fazer de cada pobre um Cristo⁶¹, manifesta-se no beijo que dá no leproso, na decisão firme de compartilhar sua vida com os excluídos. Cada uma destas experiências não é vivenciada em separado. Todas se entrelaçam de tal forma que compõem uma unidade, onde os contrastes psicológicos, humanos e sociais se reconciliam⁶².

Em seu testamento, São Francisco afirma que, ao beijar o leproso, o que antes lhe parecia *amargo*, a seguir parece-lhe muito *doce* para a alma e para o corpo⁶³.

Para demonstrar seu novo estado de penitente, veste-se como os penitentes. O silêncio e a contemplação põe em prática, escondendo-se em lugar secreto. A humildade manifesta-se ao comer o alimento esmolado de casa em casa e, por vezes, dividindo-o no mesmo prato com os leprosos. Além do mais, o encontro com Cristo foi de tal intensidade, que não se envergonha de chorar, pública e constantemente, os sofrimentos dEle e, coerentemente, assume o compromisso de, em toda a sua vida, seguir-lhe os passos para, mais e mais, identificar-se com Jesus⁶⁴. Francisco, então, renuncia a tudo para viver plenamente o Evangelho e o pauperismo. Desperta ao seu redor um sentimento que atrai jovens dispostos a abraçar o mesmo ideal. Estava, assim, criada a *fraternitas*, que seria aprovada verbalmente pelo papa em 1209, à qual, segundo o próprio fundador, se foram juntando mais pessoas dispostas a entregar-se à Mãe Pobreza e a dedicar-se aos pobres de Cristo.

Estes jovens buscavam viver os ideais da primitiva Igreja⁶⁵, porém não reivindicavam uma vida que retornasse aos tempos evangélicos. O franciscanismo buscava uma atualização destes ideais, o que lhe dava um ar de originalidade para os novos pobres no claustro do mundo. As conseqüências práticas desta escolha se mostram no estilo de vida que assumem, mas também na forma exterior com que se apresentam à sociedade. A respeito do vestir, escreve São Francisco, ele e seus companheiros se contentavam com uma túnica apenas, mesmo que fosse remendada por dentro e por fora, com uma corda que lhe servia de cinto. E nada mais desejavam ter. Vestidos desta maneira, muito se pareciam com os penitentes da época. Para eles, porém, este tipo de indumentária possuía uma função simbólica e social,

⁶¹ BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*, op. cit., p. 120.

⁶² BERNARDI, Frei Orlando. *O Franciscanismo de Santo Antônio*. Cadernos do IFAN, n. 18, 1997, p. 45-81.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ A Bíblia de Jerusalém, At 2, 42-47, op. cit.

uma vez que os distinguia dos monges, dos camponeses e dos trabalhadores mais humildes, indicando uma escolha pela pobreza evangélica, que mandava possuir apenas uma veste⁶⁶.

Ao perceber que o número de novos seguidores aumentava a cada dia, Francisco sente a necessidade de escrever uma Regra para si e para seus companheiros, versando sobre o comportamento dos Franciscanos, apresentada para a aprovação papal, e não seria sem esforço aprovada. Mas, a partir do momento em que recebe a benção do Pontífice, volta a Assis e, junto à igreja da Porciúncula, estabelece seu centro de encontro. Recebe também do papa um cardeal para ajudar a ordem. Para esta função é designado o Cardeal Ugolino, que, como já dissemos, será o futuro Papa Gregório IX, e irá canonizar Francisco e Antônio.

Assim, estabelecida como Ordem Religiosa e aprovada pelo papa é que Antônio vai encontrar os *minores*, em 1221, no Capítulo das Esteiras. Ali, inicia-se verdadeiramente na vida franciscana, com a opção de viver o Evangelho segundo o Cristo humilde, pois, na realidade, o jovem Antônio, maravilhado com o desejo de martírio, se havia tornado Franciscano apenas pelo fato de trocar o hábito de Santo Agostinho pelo dos Frades Menores. Antônio deixava para trás quase toda a sua vida, pois não poderia esquecer o estudo que adquirira em Coimbra e, unindo o ideal Franciscano à teologia, desperta em alguns frades o desejo pelo conhecimento. A posição de Francisco quanto aos estudos era conhecida. Segundo ele, o conhecimento poderia intervir nos ideais de pobreza, já que pressupunha livros que necessitavam de casas para guardá-los. Além disto, o saber era elemento de hierarquização social. Quando dirige a Antônio uma carta em que permite que o frade ensine teologia aos irmãos, diz que deve fazê-lo sem perder o “espírito de oração”. Antônio passa então a pregar não só para os irmãos franciscanos, mas ganha o mundo como pregador, como já pudemos observar.

Sua pregação era diferente da almejada por Francisco, que, na Regra, pedia que fosse “ponderada e piedosa, para utilidade e edificação do povo, ao qual se devia anunciar os vícios e as virtudes, o castigo e a glória, com brevidade, por que o Senhor na Terra, us[ara] ou de palavra breve”⁶⁷. A pregação de Antônio acompanhava um outro estilo, mais erudito e teológico, embora soubesse que pregava para pessoas simples e sábias, pecadoras e santas, pertencentes ao clero e leigas, e até para o próprio papa e seus cardeais, que o escutavam com ardente devoção.

⁶⁶ *Idem*, Lc 9, 3.

⁶⁷ REGRA BULADA 9 é a regra franciscana apresentada e aprovada pelo Papa Inocêncio III, substituindo a regra Não-Bulada.

Segundo Frei Orlando Bernardi, pesquisador do Instituto Franciscano de Antropologia do Brasil,

Sua mensagem fundamentava-se sobre o Evangelho e, de modo particular, sobre o projeto de reforma da Igreja; possuía, além disso, o objetivo imediato de levar seus ouvintes a um rápido processo de conversão. Para conseguir este resultado, suas palavras eram arrojadas ao atacar, com veemência, os erros da heresia e os abusos do clero e dos religiosos. Disso se conclui que a nota mais destacada desta pregação é seu caráter moralizante, isto é, visava chegar rapidamente à mudança de comportamento, através do modelo: contrição-confissão-satisfação-consumação. Cada uma destas etapas comporta uma atitude do cristão frente a seus compromissos religiosos. Conseqüentemente os apelos eram os mais veementes para que todo o processo se realizasse no curto espaço da pregação. O resultado prático da pregação era a procura imediata da confissão. Apesar de moralizante, não era uma prédica pessimista ou derrotista que acentuava apenas o lado negativo do comportamento humano. Sua formação teológica sabia também desvendar aos ouvintes as grandezas e as glórias divinas, prometidas a quem soubesse viver de acordo com os ditames evangélicos⁶⁸.

Apesar das diferenças quanto ao modo de se dirigir aos fiéis, Antônio se aproxima do franciscanismo pelo novo modelo de santidade adotado pelo *Poverello*, que se dirigia aos homens e às mulheres leigos sem distinção. Francisco, assim, não estaria para sua ordem apenas como fundador, mas como modelo de santidade a ser seguido. Embora este aspecto fosse *tabula rasa* entre os Franciscanos, o projeto de evangelização tornou-se alvo de discordâncias. A diferença entre conventuais e espirituais, dualismo estabelecido dentro do franciscanismo, remete-nos também a pensar, como aponta Frei Orlando, se o franciscanismo de Assis era o mesmo vivido em Pádua e em outras partes da Europa, já que se percebiam particularidades e novas formas de viver o ideal Franciscano. Assim, na passagem da *fraternitas* para a ordem, surgem forças que impulsionam o franciscanismo para a conventualização, como é o caso da Cúria Romana, o que deixa de lado alguns dos primitivos ideais Franciscanos de pobreza radical, ocasionando a formação de grupos dissidentes que acabam adaptando e alterando a Regra para não perder o ideal do pauperismo Evangélico. Frei Antônio também esteve envolvido nestas querelas, pois era objetivo do papa que a região paduana fosse ocupada pelas ordens mendicantes e o deslocamento de Antônio para lá provavelmente fazia parte destes planos. Nesta conjuntura, Francisco passava a ser um obstáculo, sua postura parecia não entusiasmar mais os Franciscanos ligados ao conventualismo, convencidos da importância da instrução religiosa.

A bula papal *Quo elongati*, de 28 de setembro de 1230, poria fim às discussões, primando pelo conventualismo. O Papa Inocêncio III dizia-se muito próximo do santo, pois

⁶⁸ BERNARDI, Frei Orlando. *O franciscanismo...*, op. cit.

fora o responsável pela ordem enquanto ainda era cardeal. Dizendo-se conhecedor dos desejos de Francisco, causara várias conseqüências ao movimento franciscano, ao optar pelos conventuais.

Percebemos, então, que, ao tomar parte neste processo, Frei Antônio estava comprometido ideologicamente com a pastoral adotada pelos conventuais. Era o grande expoente deste movimento e tornou-se seu importante defensor, o notável pregador franciscano e a segunda maior figura a vestir o hábito de São Francisco.

Os atributos iconográficos de Santo Antônio expressam em imagem seu vínculo com os conventuais. Via de regra, o santo é representado com um hábito Franciscano, exibindo na mão direita um lírio ou ramo de açucenas, enquanto carrega no braço esquerdo o menino Jesus, que segura nas mãos um livro. As vestes representam seu pertencimento à ordem, as flores expressam sua pureza e castidade, o livro representa sua atuação como teólogo. A presença do Deus menino evoca, por sua vez, outra faceta deste prodigioso pregador. Conta-se que, quando não obtinha êxito pela eloqüência, realizava milagres como se verá a seguir.

1.6) Oficina de Milagres

O milagre, expressão máxima do maravilhoso cristão, foi para a Igreja uma manifestação da presença ativa de Deus na história dos homens, um sinal de sua participação, quando há uma alteração repentina nos rumos inalteráveis da natureza.

Antônio se tornou um santo de realizações, o “Santo dos Milagres” para usar a expressão de Amadeu Amaral⁶⁹, pois, segundo o autor,

(...) ninguém fez tantos e tão notáveis milagres, nem mais copiosos, nem mais diversos, uma vez que todo o campo das ações prodigiosas, dividido para os outros santos em departamentos mais ou menos extensos, para o Franciscano português [Santo Antônio] foram muito ilimitados, pois alcançava e fazia alcançar todo e qualquer milagre⁷⁰.

Porém, era um dos poucos a ser deparador do perdido.

A amplitude dos milagres de Santo Antônio pode ser percebida no seu principal “responso”, recuperado por Juliano de Spira, e que se encontra na *Vida Segunda ou Vida de Santo Antônio confessor*, que, em seu original latino, é o seguinte:

*Si quaeris miracula,
Mors, error, calamitas.*

⁶⁹ AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*, op. cit., pp.357-358.

⁷⁰ *Idem*.

*Daemon, lepra fugiunt,
Aegri surgunt sani.*

*Cedunt mare, vincula;
Membra resque perditas,
Petunt, et accipiunt
Juvenes et cani.*

*Pereunt pericula,
Cessat et necessitas:
Narrent hi, qui sentient
Dicant Paduani⁷¹.*

Crentes em seus dons extraordinários, os paduanos acreditavam que *seu* santo era digno, como fora São Francisco, de um local para o culto e a devoção. Portanto, em 1232, inicia-se a construção do santuário dedicado a Santo Antônio, tendo-se as obras arrastado até 1263, quando o Senado da cidade resolveu realizar a primeira transladação solene dos preciosos restos mortais do santo para a nova basílica. Inúmeras pessoas se aglomeravam para acompanhar este momento, pela oportunidade de estar perto do corpo do santo. Entre os presentes estava Frei Boaventura, Geral da Ordem. Quando aberto o sarcófago, como era de se esperar, carne e ossos eram pó, mas no meio do crânio estava incorrupta a língua de Santo Antônio, conservada como se pertencesse a um vivo. O frade responsável pela ordem pediu que o órgão fosse guardado em relicário apropriado e que se encontra até nossos dias no santuário paduano.

Entendida como um sinal de santidade, a língua incorrupta recordava o grande pregador eloqüente, o desafiador dos movimentos heréticos, que utilizava sua oratória como instrumento para propagar a palavra de Deus. Mas, segundo os relatos hagiográficos, este não foi o primeiro, nem o último feito extraordinário de Santo Antônio.

Segundo os relatos hagiográficos, o primeiro grande feito maravilhoso do santo ocorreu em Rimini, na Itália, enquanto pregava e os hereges se recusavam a ouvi-lo. Conta-se que o santo se colocou à beira da água e pediu aos peixes que o escutassem e estes o ouviram até o final, recebendo sua bênção.

Meus irmãos peixes, muito obrigados estais, segundo a vossa possibilidade, de agradecer ao nosso criador que vos deu tão nobre elemento para vossa habitação, porque, como for de vosso agrado, tendes água doce e salgada. (...) Bendito seja Deus eterno, porque mais os honram os peixes dos que os

⁷¹ A tradução encontrada pelo autor para tal responso é a seguinte: “Quem milagres quer achar / Contra os males e o demônio / Busque logo a Santo Antônio / Que só há de encontrar. // Aplaca a fúria do mar, / Tira os presos da prisão, / O doente torna são / O perdido faz achar. // E sem respeitar os anos / Socorre a qualquer idade; / Abonem esta verdade / Os cidadãos paduanos”. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. 3ª ed. Rev. Aum., Vol. 2, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, p. 70.

homens heréticos, e melhor escutam a sua palavra os animais irracionais do que os homens infiéis⁷².

A curiosidade e o espanto dos hereges diante de tal fenômeno fez com que muitos se arrependessem e retornassem à Igreja, convertendo-se graças ao pregador.

O segundo milagre mais conhecido de Santo Antônio é o do “jumento e da hóstia”, quando um herege propõe um desafio de fé ao santo e ele o aceita. O herege, que escolhe o milagre, propõe: “Sustento em minha casa um jumento. Se depois de três dias, em que não tenha comido ou bebido, à vista da hóstia sagrada não apetecer, nem olhar para o sustento, por mais que lho ofereçam, creerei firmemente ser verdade infalível que está Cristo o Sacramento”⁷³. Chegando o dia escolhido, ajuntou-se numeroso concurso de ambas as partes. Celebrou Antônio o sacrifício da missa, no mais vizinho templo, e levando em suas mãos, com toda a reverência, a hóstia consagrada, saiu ao encontro do faminto animal. Puseram-lhe diante dos olhos e bem junto da boca uma crescida ração de cevada e, ao mesmo tempo, com imperiosa voz, lhe disse Frei Antônio:

Em virtude e em nome de Jesus Cristo, que tenho em minhas mãos indignas, te mando, ó criatura irracional, que desprezado este sustento, chegues a dar a devida adoração a teu Criador, para que convencida a obstinação dos homens, confesse as verdades da Fé Católica Romana, obrigada do instinto menos obstinada dos brutos⁷⁴.

Ainda nem bem Antônio acabara de pronunciar tais palavras, o jumento torpe, vencendo em si as instâncias de seu natural apetite, se chegou ao santo e prostrado de joelhos adorou a Cristo Sacramentado, causando admiração a todos. O herege não só se converteu, mas também seus pais e todos os seus parentes e amigos⁷⁵.

Estes milagres, o da pregação aos peixes e o da conversão do herege pela prostração do animal, inscrevem-se no maravilhoso Franciscano, para os quais a natureza era parte importante da vida. Por vezes humanizada, a natureza era instrumento para a conversão e a edificação dos fiéis. Os casos mais conhecidos são os do próprio São Francisco, que se “comunicava” com os animais. Conta-se que, na cidade de Gubio, Itália, o *Poverello* pregou a um lobo selvagem, que aterrorizava os moradores, devorando animais e homens. O santo

⁷² Os *Fioretti* formam uma coletânea maravilhosa e inimitável de episódios significativos da vida de São Francisco e de seus companheiros. Frutos tardios da hagiografia franciscana, refletem a tradição oral da ordem na região das Marcas de Ancona, na Itália Central. Seu autor principal é Frei Hugolino de Monte Santa Maria. Sua redação data de 1331 – 1337. Cf. *I FIORETTI de São Francisco de Assis*. Trad. Durval de Moraes. Ed. Livraria Católica, RJ, 1932, pp. 106-107. FONTES FRANCISCANAS. Coord. Geral Dorvalino Francisco Fassini; ed. João Mamede Filho. Santo André, SP: Ed. “O mensageiro de Santo Antônio”, 2004.

⁷³ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, op. cit.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, op. cit., p 123.

converteu o lobo em dócil cordeiro, conversando com ele, fazendo-o prometer que não mais atacaria e o animal passou a segui-lo. Outro relato semelhante é aquele em que São Francisco observa um jovem que havia apanhado várias rolas selvagens para vendê-las. O santo sentiu piedade dos animais e pediu que o jovem as desse. O jovem atendeu ao pedido do santo e este começou a pregar aos pássaros. Levou-as, fez um nicho para todas e elas começaram a pôr ovos e criar os filhotes diante dos frades. Viviam domesticamente. O jovem que lhe havia dado as rolas se converteu e tornou-se frade, vivendo em grande santidade na ordem⁷⁶.

Desta forma, percebemos como a ação de Santo Antônio se dá de acordo com uma inspiração franciscana. Segundo o relato de Frei Brás, o santo converteu os hereges através dos que eram tidos como irracionais, mostrando-lhes que até mesmo eles reconheciam nele o grande pregador da palavra de Deus.

Como verdadeiro “Martelo”, Santo Antônio buscava desbaratar os movimentos heréticos com sua eloqüência. Talvez por isto se contem aos montes os milagres realizados quando convertia os hereges. Neste rol está o ocorrido na casa de um herege que o convidara para uma refeição. Na intenção de pôr o santo à prova, o anfitrião ofereceu-lhe um sapo para comer, mas o santo não se abateu e, fazendo o Sinal-da-Cruz sobre o sapo, este se converteu num formoso capão. Então, trinchou-o e o repartiu aos mesmos que tentaram escarnecer dele e, depois de comer com todo o gosto a parte que lhe coubera, os animou para que comessem e sentissem o gosto. Os hereges, atônitos com a repentina mudança, vergaram-se perante o santo.

Conta-se que outro fato parecido ocorreu ao santo quando, em outra cidade, o convidaram a comer na Sexta-Feira Santa. À mesa, o anfitrião ofereceu-lhe apenas um prato, um formoso capão cuidadosamente preparado. Santo Antônio estranhou a iguaria, pelo desrespeito à data religiosa, mas o herege disse-lhe que não tinha outro prato a oferecer. O santo fez o Sinal-da-Cruz e o capão converteu-se em um formoso peixe. Antônio trinchou-o e comeu com satisfação. “O malicioso duas vezes cego na sua intenção depravada”⁷⁷ guardou com cuidado os ossos, sem reparar que eram espinhas. A intenção era mostrá-los ao bispo daquela cidade que tinha grande opinião e conceito altíssimo das virtudes de Frei Antônio. Quando chegou o bispo, ele lhe mostrou o que seriam os ossos de uma ave e se espantou ao perceber que eram espinhas de peixe. Vendo-se confuso e envergonhado, confessou sua culpa

⁷⁶ I FIORETTI de São Francisco de Assis, *op. cit.*

⁷⁷ *Idem.*

e, abjurando os erros, partiu em busca do santo para pedir-lhe perdão, fazendo-se, daí por diante, incansável pregoeiro de sua virtudes⁷⁸.

Marca de sua hagiografia, o duelo entre Santo Antônio e os hereges tem como cenário também uma narrativa em Rimini, Itália. Um grupo de hereges, provavelmente cátaros, o convida para uma refeição, na qual o principal prato tinha o veneno por condimento principal. Planejando acusar o santo de não querer comer com hereges e pobres, caso recusasse a refeição, dizia o grupo que aos que tinham fé nem o mais forte dos venenos poderia fazer mal. Porém, dizia também abjurar das idéias heréticas, retornando à Igreja que Santo Antônio defendia, se nada acontecesse após o santo provar da iguaria. Frei Antônio se entregou à graça divina, traçou mais uma vez o Sinal-da-Cruz sobre o alimento e tranqüilamente, “com a vida nas mãos de Deus”, comeu o alimento e não deixou nada no prato para que não restassem dúvidas. Ao final, serenamente, agradeceu o alimento, e repetiu-lhes a frase “na verdade está escrito que aos que tem fé nem o veneno lhes fará mal.”. Agradeceu a Deus pela oportunidade que lhe deu e também aos anfitriões, pela refeição. Rimini inteira tomou conhecimento do ocorrido e Santo Antônio saiu da cidade aclamado e com muitos seguidores convertidos⁷⁹.

Segundo os milagres descritos em seus relatos hagiográficos, Santo Antônio reunia em torno de si os critérios de aferição da santidade estabelecidos pelo Papa Inocêncio III, que associava milagres ao mérito. E em Santo Antônio também estavam incrustados os ideais de união entre a cruz e a espada, instrumentos indissociáveis para o combate aos hereges. Nos milagres citados, percebemos similitudes entre os relatos e podemos perceber que há uma seqüência que se repete e que garante a vitória do santo sobre os hereges⁸⁰:

- 1- O santo é convidado a cear com os hereges, mas o alimento servido é sempre um tabu religioso ou uma ameaça à vida do santo;
- 2- O alimento é transformado pela ação divina depois de o santo traçar o Sinal-da-Cruz;
- 3- Santo Antônio é posto à prova e consegue livrar-se da provação sem fugir do contato direto com os hereges, mantendo incorrupta sua fé e sua vida.

Através da estrutura narrativa destes relatos, percebe-se que Santo Antônio tinha méritos que lhe garantiam os milagres. Seus atributos permitiam-lhe desbaratar a heresia e

⁷⁸ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, op. cit.

⁷⁹ RUIZ, Roberto, *Antônio: um santo...*, op. cit., pp. 82-83.

⁸⁰ BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*, op. cit., p. 120.

permanecer são diante das adversidades. Sua língua concentrava o poder da conversão e a força para superar os obstáculos impostos pelos desviados da fé.

Outro grande tema das lendas deste santo taumaturgo é o que lhe garantiria a eleição como santo ligado ao doméstico, ao cotidiano e às querelas do lar. Como Franciscano, Santo Antônio se voltava para o púlpito, preocupado com a questão dos menos favorecidos e principalmente com as mulheres, opção típica das novas Ordens Mendicantes que buscavam integrar toda a humanidade ao Evangelho, sem distinção de gênero. Assim, é no tocante ao feminino e ao doméstico que opera grande parte de seus prodígios.

Conta-se que, na cidade de Limoges, havia uma devotíssima mulher que muito se identificava com os Frades Menores, para os quais comprava e buscava as coisas necessárias. Mas tinha um marido muito incrédulo. Em uma tarde, porque demorou, assistindo o frade, tardou muito a retornar para casa. Quando chegou, o marido repreendeu-a, dizendo sobre sua insatisfação com o tardar do horário em que chegava, respondendo a mulher ser necessário ajudar os frades que tanto amava por amor a Deus. Insatisfeito com a resposta afrontosa, o marido pegou-a pelos cabelos e deu-lhe tantas voltas que todos os fios ficaram em suas mãos. A mulher, com muito pesar, juntou os cabelos e, com ardente fé, mandou chamar Frei Antônio, que, ao chegar, se espantou com o cenário que encontrou. O Frei entoou uma oração a Deus e, colocando os cabelos novamente na cabeça da mulher, estes se juntaram e ficaram como antes. Quando chegou o marido, a mulher contou-lhe como, por orações do servo de Deus, fora realizado tal milagre. Espantado e tocado de Deus, o marido deixou para trás todo ciúme e suspeita sobre sua esposa, tornando-se muito devoto de todos os Frades Menores⁸¹.

O tema em que o marido é o obstáculo a ser transposto para que a fé feminina possa ser vivida plenamente aparece em outros relatos da hagiografia do santo.

Conta-se que uma mulher, muito devota de Santo Antônio, determinou-se a ir ouvi-lo, num dia em que o concurso, como sempre, era numerosíssimo. Porém, seu marido a impedira de sair de casa. Ficou, então, a pobre mulher com inconsolável aflição e, para enganar seu piedoso desassossego, subiu ao telhado da casa em que vivia, de onde se avistava o lugar em que pregava o frade, em distância de mais de uma légua. A lastimada devota só subira ao telhado com intenção de observar, para “temperar o martírio dos ouvidos com o lisonjeiro emprego dos olhos”. No entanto, “sem que esperasse, começou a ouvir o sermão e as palavras do santo com tanta distinção e clareza, como se estivera restituída a parte mais acomodada do auditório”. Atônita com o prodígio, gritou para o marido, convocando-o para ser também

⁸¹ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, *op. cit.*

ouvinte e para que lhe confirmasse o milagre. O marido, que estava cego de ciúmes, atende com cólera aos insistentes gritos da mulher e sobe ao telhado, com o intuito de arrancar dali sua esposa. Porém, ao chegar perto dela, também ouviu a pregação. Após o ocorrido, ele “revestiu-se de zelo pelo Amor Divino e passou a venerar as doutrinas de Antônio”⁸².

Em outro relato, uma mulher vai à pregação de Santo Antônio e, quando volta, encontra seu filho morto. Desesperada, sai em busca do santo, pois tinha medo de que o marido a culpasse. O santo, porém, disse-lhe para que tornasse para casa, pois o encontraria com vida. A mulher deu-lhe crédito, pela fé que lhe tinha, e, chegando a casa, se encheu de alegria pela promessa cumprida.

Podemos observar como as lendas hagiográficas construíram em torno da figura de Santo Antônio uma mensagem ligada ao cotidiano, apontando-o como advogado das mulheres, ora afastando o ciúme dos maridos, ora reparando seus arroubos de violência, ora protegendo seus filhos. As narrativas retratam, por outro lado, o apelo do discurso franciscano/antoniano junto às mulheres que, submetidas, via de regra, à autoridade masculina, sofrem toda sorte de suspeitas e acusações. Estas narrativas apresentam invariavelmente, a seguinte seqüência:

- 1- Uma mulher casada dedica-se aos serviços ou às cerimônias religiosas;
- 2- A mulher é punida pelo marido pela sua devoção extremada ou por algum incidente grave;
- 3- O santo é chamado a intervir de modo a solucionar o problema familiar;
- 4- A fé da mulher devota permite a realização de um milagre;
- 5- O marido se verga ao santo e torna-se devoto.

Também se insere neste conjunto de milagres domésticos antonianos o caso das mulheres que foram ouvir uma pregação de Santo Antônio e esqueceram seus filhos nas caldeiras de águas ferventes. Ao voltarem, dando-se conta do que tinham feito, caíram em prantos, ao encontrarem as crianças brincando com a água fervente. Há ainda o caso de uma mulher que, visando servir ao santo e a outros frades em sua casa, pegou copos emprestados para uso dos hóspedes. Ao final da ceia, um dos comensais derruba alguns copos no chão, reduzindo-os a pedaços. O companheiro do santo intercede junto a ele pela devota e este faz uma oração e os pedaços de vidro começam a juntar-se, tomando a mesma forma de antes⁸³.

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

A força destas imagens veiculadas nas legendas do santo demonstram por que ele se tornou, nos períodos medieval e moderno, advogado celeste dos assuntos relacionados ao cotidiano familiar e ao espaço privado, espaço reservado especialmente às mulheres. Podemos notar, porém, que as mulheres beneficiadas são devotas que insistiam em acompanhar sua pregação.

Tais pregações tornaram-se, segundo os relatos hagiográficos, uma oportunidade para manifestação de seus prodígios, servindo como ponte de ligação entre Deus e os fiéis. Certa vez, convocado a pregar em Limoges, muitos se dispuseram a ouvi-lo. Como todos não couberam na Igreja, levou-os a um lugar mais largo. Durante a pregação, ouviam-se trovões e viam-se relâmpagos grandes e a chuva já perto. O povo, temendo a tempestade, começou a se espalhar em busca de um abrigo, mas o santo pregador os confortou com doces palavras, dizendo: “Não vos movais de vossos lugares, nem hajais medo da chuva, que eu espero em aquele, cuja esperança nunca fica confusa, que a chuva não chegará até vós”⁸⁴. O povo quietou-se, tendo fé nas palavras do pregador e, assim, a água, que não parava de cair nos arredores do local da pregação, não caiu sobre o povo atento em ouvir a palavra de Deus⁸⁵.

Santo Antônio também operava seus milagres entre os mais necessitados. Foi o caso do milagre dos pães, que se insere também no maravilhoso Franciscano e estava, de modo particular, ligado ao feminino⁸⁶. Conta-se que, certa vez, Antônio distribuiu aos famintos todo o pão do convento em que vivia. O frade padeiro, ao descobrir a despensa vazia, foi correndo a Frei Antônio relatar-lhe o que havia visto e dizer-lhe que o alimento fora roubado. Antônio mandou que verificasse novamente a despensa e, para surpresa de todos, os cestos encontravam-se transbordando de pães. Outros personagens Franciscanos, sobretudo mulheres, fizeram milagres semelhantes. Conta-se que a Rainha Santa Isabel, quando levava donativos aos pobres, foi interpelada por seu marido, o Rei D. Dinis. Surpreendida pelo monarca, a rainha transformou o alimento em rosas, iludindo o rei. Santa Isabel de Hungria, Santa Rosalina, entre outras, encontravam-se também neste rol de mulheres franciscanas que transformaram em rosas os alimentos como forma de atender às agruras cotidianas dos pobres.

Frequente na hagiografia de Santo Antônio, como podemos perceber em sua opção pela mudança de uma ordem abastada para abraçar a pobreza voluntária de Francisco, o tema da riqueza *versus* pobreza é abordado em outra narrativa. Conta-se que, pregando nas

⁸⁴ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, *op. cit.*

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ Cf. SANTOS, Georgina Silva dos. *A Senhora do Paço: o papel da Rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

exéquias de um homem abastado, na cidade de Florença, o santo tomou por tema as palavras de Cristo no Evangelho de Mateus: “onde está o teu tesouro ali está o teu coração”⁸⁷, e disse: “morreu este rico e foi sepultado no inferno”. O santo pediu depois aos parentes do morto que abrissem a arca de dinheiro deixada, pois no meio do tesouro encontrariam o seu coração, porque não o trouxera à sepultura no corpo. Fizeram como o frade havia pedido e encontraram entre os tesouros o coração que ainda estava quente⁸⁸.

A tradição hagiográfica também atribuiu ao santo intercessões como a do jovem louco que lhe pede para tocar em sua feira e, ao tocar, sai curado de sua loucura, ou como o jovem paduano penitente que não conseguia confessar ao santo seus pecados. Santo Antônio lhe pede que escreva em um papel todos os pecados que cometera e de que se lembrasse e que os trouxesse por escrito. Ao apresentar o papel, o santo o absolveu dos pecados relatados, que, por divina graça, se foram apagando do papel. Outro jovem que também recebe a misericórdia do frade é o paduano que aparece nos relatos com o nome de Leonardo, que, após uma discussão com sua mãe, a insulta e a chuta. Depois, arrependido do ato, corta os próprios pés, como a seguir os mandamentos que recomendavam que “se um dos teus membros te leva a pecar é preferível que o cortes, pois é melhor que perca um só membro que o corpo inteiro”⁸⁹. Os pés lhe são restituídos pela compaixão de Santo Antônio frente ao arrependimento sincero do rapaz.

No caso de Santo Antônio, a máxima popular, “santo de casa também faz milagre” encontra razão de ser. Também entre os seus irmãos de hábito, o santo manifesta seus prodígios como canal da graça divina. Os mais célebres milagres compilados são os que se referem a uma especificidade de Santo Antônio, o dom da bilocação, ou seja, o de estar em dois lugares ao mesmo tempo. O padre Brás Luis de Abreu⁹⁰ nos relata dois episódios deste tipo.

O primeiro ocorre na semana santa, na noite de quinta-feira, quando pregava Frei Antônio ao povo às horas de matinas na Igreja de São Pedro de Quadrivio, na cidade de Limoges. No seu convento, os frades, àquela hora, quase meia-noite, cantavam as matinas solenes e Frei Antônio que, nesta época, era custódio, tinha uma lição que havia de dizer naquelas matinas. Os frades procederam no ofício até a lição que era do custódio Frei Antônio, quando subitamente apareceu ele em meio ao coro, dizendo sua lição. Os frades ficaram pasmados, porque sabiam que ele estava pregando ao povo na cidade. A potência

⁸⁷ A Bíblia de Jerusalém, Mt 6, 19-21, *op. cit.*

⁸⁸ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, *op. cit.*

⁸⁹ A Bíblia de Jerusalém, Mt. 5, 29-30, *op. cit.*

⁹⁰ ABREU, Padre Brás Luis de. *Sol nascido...*, *op. cit.*, pp. 130-132.

divina o fez em uma mesma hora estar em espírito com os frades no coro e cantar a lição e com os seculares na Igreja.

O segundo relato contado por Padre Brás ocorre em Montpellier, França, quando pregava o santo em uma festa solene em que toda a clerezia e o povo estavam juntos. Procedendo o sermão, Santo Antônio lembrou que tinha um ofício no coro e que não o encomendara a ninguém. Inclinou-se então sobre o púlpito, como se quisesse dormir, e naquela mesma hora foi visto a cantar no coro dos frades o *aleluia* por um bom espaço de tempo e depois prosseguiu a pregação que havia começado.

Percebemos a grande plasticidade do santo que também se utiliza deste dom da ubiqüidade para salvar o próprio pai, quando fora acusado injustamente de um assassinato que não cometera. O frade, querendo evitar uma injustiça, sai espiritualmente do púlpito em que estava pregando, em Pádua, a milhares de quilômetros no tribunal em Lisboa, sua terra natal, para, com a sua presença, ressuscitar o cadáver do morto para que este inocentasse o seu pai, apontando com sinais de cabeça e de mão o verdadeiro culpado. Após ter resolvido esta querela, o santo continua sua pregação em Pádua, estando, pois, em dois lugares ao mesmo tempo, à semelhança do próprio Cristo, que estaria no Céu e ao mesmo tempo no Sacramento do altar.

Inserido no contexto do maravilhoso franciscano, associado aos milagres próprios do circuito da ordem que abraçara, Santo Antônio inovaria ao se tornar único na especialidade da bilocação. Preenchia todos os ideais franciscanos de santidade e, sobretudo, os ideais pontifícios, aliando em torno de si os méritos que lhe garantiam operar milagres em benefício de laicos e religiosos.

Conta-se que, no bispado de Limoges, padecia um monge de gravíssima tentação da carne e, mesmo com jejuns e disciplinas, não tinha refrigério. Santo Antônio então o tomou à parte despiu a própria túnica que trazia vestida e deu ao monge para que a vestisse. Acabando de vestir a túnica, como se ela fosse uma virtude derivada do santo, nada mais sentiu o monge. Outro caso ocorreu com Frei Pedro, um noviço tentado a sair da ordem. Ao saber desta tentação, Frei Antônio o tomou à parte e assoprando-lhe a boca e dizendo “Recebe o Espírito Santo” resolveu o problema e o noviço não mais se sentiu tentado.

Rica em relatos extraordinários, a hagiografia do santo destaca também sua competência para recuperação do perdido. Ele depara com especial providência muitas coisas perdidas, como o próprio saltério que lhe havia sido extraviado por um outro frade. Restitui ainda um precioso anel ao Cônsul de Pádua, outro ao Bispo de Córdova, vários papéis ao Bispo Ambrósio Catherino, outro anel em Trento e em Alcácer do Sol. Recuperou, também,

uma conta a um leigo na Sicília e uma agulha a um religioso de Alcalá. Santo Antônio também fazia uso do dom da ressurreição dos mortos. Conta-se que ressuscitou a infanta D. Sancha, de Portugal, e por quinze dias lhe conservou a vida. Também animou o lastimoso cadáver de um sobrinho, afogado no rio Tejo, em Lisboa.

Enfim, tantos e tão copiosos milagres são atribuídos ao santo em vida que, apesar de toda a humildade, sua legenda está repleta de realizações sobrenaturais. Neste sentido, Santo Antônio é uma verdadeira oficina de milagres. Tantos prodígios o levam, inclusive, a ser recebido pelo Papa Gregório IX. Por decreto especial do pontífice, o santo prega no grande Jubileu da Cruzada, em favor dos católicos, ocasião em que mais um prodígio se realiza. Conta-se que, enquanto o santo pregava em língua toscana, os ouvintes, de diversas partes do mundo, o entendiam como se estivesse falando em sua própria língua. O papa se impressiona. Frei Marcos de Lisboa relata que parecia trazer na memória não só todas as sentenças, mas todas as palavras do Velho e do Novo Testamento⁹¹.

Antônio, como grande taumaturgo, estava no lugar mais próximo de Deus a que se podia chegar, em um momento de várias tensões e incertezas frente aos conflitos espirituais e temporais por que passava toda a Europa. Conta-se que estava tão perto do Criador que chegava a receber duas “ilustres visitas”. A primeira ocorre na cidade de Forlívio, onde lhe é revelada em admirável visão a Virgem Maria, na sua assunção gloriosa aos céus, para que se sanassem todas as dúvidas que afligiam o pobre franciscano. Por meio de seus estudos, realizados através das obras dos antigos padres, restava-lhe uma dúvida relacionada a tal mistério, referente à glorificação da carne virginal de Maria. Outra visita recebida por Antônio é a do próprio Cristo, que se revela ao franciscano para atar o frade a Deus⁹². Já o havia atado pela correia de Santo Agostinho, depois com o cordão de São Francisco, agora o ata com os próprios braços⁹³. Segundo os relatos hagiográficos, a aparição do menino-Deus a Santo Antônio teria ocorrido segundo a descrição que se segue.

Um homem rico, mas piedoso e esmolero, ofereceu, durante uma das peregrinações de Antônio, a sua casa, para hospedá-lo. Sabendo que o frade procurava a solidão e o silêncio, deu-lhe um quarto escuro e retirado. Durante a noite, por acaso, passou junto à porta deste quarto e intrigou-se com a luz intensa que escoava por baixo da porta. A curiosidade venceu-o. Olhou e viu o santo, de joelhos, em êxtase, abraçando um belo Menino de pé, que lhe falava e sorria, com um dos braços em seu pescoço. O homem não duvidou. Era o menino

⁹¹ LISBOA, Frei. Marcos de. Primeira Parte das Chronicas dos Frades Menores do Seráfico Padre São Francisco. Lisboa, 1556.

⁹² A Bíblia de Jerusalém, I Samuel, 1, 3, *op. cit.*

⁹³ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1959, p. 318.

Jesus. No dia seguinte, o hospedeiro correu deslumbrado a Santo Antônio a dizer-lhe o que tinha visto. Antônio pediu-lhe que nada dissesse a quem quer que fosse, enquanto vivo estivesse. O homem cumpriu a vontade do santo, diz esta tradição, mas o fez a quantos quisessem ouvi-lo, depois de morto Santo Antônio, e o afirmava sob juramento.

Nasceu deste relato a junção das imagens de Antônio e do Jesus Menino, este de pé, sobre o livro – a Bíblia – que lhe servia às meditações no momento da decantada aparição, servindo este episódio de inspiração para várias obras da literatura e das artes plásticas, como o “Passeio de Santo Antônio”, de Augusto Gil (1873-1929), que adaptou certa plasticidade da imaginação simbolista a um lirismo e uma sátira muito populares:

Saíra Santo Antônio do convento,
a dar o seu passeio acostumado
e a decorar, num tom rezado e lento,
um cândido sermão sobre o pecado.

Andando, andando sempre, repetia
O divino sermão piedoso e brando,
E nem notou que a tarde esmorecia,
Que vinha a noite plácida baixando...

E andando, andando, viu-se num outeiro
Com árvores e casas espalhadas
Que ficava distante do mosteiro
Uma légua das fartas, das puxadas.

Surpreendido por se ver tão longe,
e fraco por haver andado tanto,
sentou-se a descansar o bom do monge,
com a resignação de quem é santo...

O luar, um luar claríssimo nasceu.
Num raio dessa linda claridade,
o Menino Jesus baixou do céu,
Pôs-se a brincar com o capuz do frade.

Perto, uma bica de água murmurante
Juntava o seu murmúrio ao dos pinhais...
Os rouxinóis ouviam-se distante,
o luar, mais alto, iluminava mais.

De braço dado, para a fonte vinha,
um par de noivos todo satisfeito.
Ela trazia ao ombro a cantarinha,
ele trazia... o coração no peito.

Sem suspeitarem de que alguém os visse,
trocaram beijos ao luar tranqüilo.
O Menino, porém, ouviu e disse:
-Oh Frei Antônio, o que foi aquilo?...

O Santo, erguendo a manga do burel
para tapar o noivo e a namorada,
mentiu numa voz doce como mel:
-Não sei de fosse. Eu cá não ouvi nada...

Uma risada límpida sonora,
vibrou em notas de oiro no caminho.
-Ouviste, Frei Antônio? Ouviste agora?
-Ouvi, Senhor, ouvi. É um passarinho...

-Tu não estás com a cabeça boa...
Um passarinho a cantar assim!...
E o pobre Santo Antônio de Lisboa
Calou-se embaraçado, mas por fim,

Corado como as vestes dos cardeais,
achou esta saída redentora:
-Se o Menino Jesus pergunta mais,
...queixo-me à sua mãe, Nossa Senhora!

Voltando-lhe a carinha contra a luz
e contra aquele amor sem casamento,
pegou-lhe ao colo e acrescentou:-Jesus, são horas...
E abalaram p'ro convento"⁹⁴.

Capaz de convencer multidões e de animar a luta contra os que se colocassem como obstáculos ao crescimento da Igreja, ganhando o reconhecimento e a veneração de uma cidade como Pádua e o orgulho de um país inteiro como Portugal, que vê nele a figura de seu grande padroeiro e protetor, terra da qual sairia para luzir no mundo, irradiando seu culto para o ultramar.

⁹⁴ GIL, Augusto César (1873-1929), *apud* RUIZ, Roberto, *Antônio: um santo...*, *op. cit.*, pp. 193-194.

Parte II
Lux Mundi

Capítulo 2

Lusitania Félix

Exulta ó feliz Lusitânia; regozija-te, ó feliz Pádua, porque a terra e o céu vos deram um homem que, qual astro luminoso, não menos brilhante pela santidade da vida e pela insigne fama dos milagres do que pelo esplendor da doutrina, iluminou e continua a iluminar todo o Universo!

(Trecho da Carta Apostólica em que Santo Antônio de Lisboa é proclamado Doutor da Igreja Universal. Redigida pelo papa Pio XII em 16 de janeiro de 1946, festa dos protomártires Franciscanos.)

Segundo Le Goff, no domínio da História, sob as influências das novas concepções do tempo histórico, desenvolve-se uma nova forma de historiografia – a história da história – que, de fato, é, o mais das vezes, o estudo da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que só a história tradicional tinha até então estudado⁹⁵. Deste modo, algumas imagens e mitos se tornam inseparáveis da memória histórica e da sua construção, pois muitas das vezes a “verdade histórica” lança mão de imagens construídas para preencher as lacunas do que “realmente aconteceu”.

A crença na intervenção divina em favor dos portugueses, através da ação dos santos patronos que a nação consagrou, resulta de uma concepção providencialista, construída pela crônica régia e pelo sermonário. O mito fundador de Portugal – o milagre de Ourique – tornou-se o sustentáculo ideológico e afetivo de uma explicação multissecular da nacionalidade lusa e de seu destino⁹⁶.

Segundo a crônica régia, desde cedo D. Afonso Henriques (1139-1185)⁹⁷, o primeiro rei português, estava ligado ao sagrado, já que aos cinco anos de idade teria recebido a graça de um milagre da Virgem Maria, que o curara de uma deficiência na perna. Conta-se que, certa noite, a Virgem teria aparecido ao seu aio, Egas Moniz, indicando-lhe um local onde encontraria os alicerces de uma igreja que havia sido dedicada em outros tempos a seu nome e que ali encontraria também uma imagem sua⁹⁸. Disse-lhe que recuperasse a tal imagem e que levantasse um altar para depositá-la. Depois, pediu-lhe que fizesse uma vigília em sua presença e pusesse no altar o menino, que ele recobriria a saúde. A Virgem concluiu, dizendo que, por meio do pequeno, seu filho (Jesus) iria destruir os inimigos da fé. Uma vez levantado o altar, ao colocarem o menino com os pés aleijados sobre ele, a criança logo se levantou em perfeita saúde. Após este episódio, Afonso Henriques teria a vida acompanhada pelo sagrado. Desta forma, seriam constantes as alusões que se faziam ao fundador da monarquia lusa como rei a quem, segundo a crença comum, Cristo privilegiara com a sua aparição em Ourique, durante a batalha em que o monarca vencera cinco reis e quatrocentos mil mouros⁹⁹.

⁹⁵ LE GOFF, Jacques. “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Memória-História, Lisboa: INCM, 1984, p. 45.

⁹⁶ BUESCU, Ana Isabel. “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in BETHENCOURT, F. & CURTO, D. R. (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991, p. 51.

⁹⁷ 1139 é o ano em que Afonso Henriques obtém a primeira grande vitória em Ourique contra o exército muçulmano, porém o título de rei só lhe é conferido pela Santa Sé em 1179, aparecendo pela primeira vez na Bula *Relatum est*, assinada pelo papa Alexandre III. Cf. MARQUES, Gentil. *Lendas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, p. 16.

⁹⁸ SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. “Senhora dos Sete Mares: devoção mariana no Império Colonial Português”. Niterói, 2002, Tese de Doutorado, pp. 55-58.

⁹⁹ MARQUES, J. F. “A tutela do Sagrado: a proteção sobrenatural dos santos padroeiros no período da Restauração”, in BETHENCOURT, F. & CURTO, D. R. (orgs.), *op. cit.*

Segundo Ana Isabel Buescu¹⁰⁰, o relato mais elaborado acerca do milagre de Ourique é aquele em que

Afonso, antes de dar sinal aos soldados, estando ajoelhado a orar, viu o Salvador pendente da cruz; era tal a confiança do ânimo real, tal a fé gravada no seu coração, que, longe de perturbar-se com tão estupendo milagre, ousou dizer estas palavras: que não era ao homem que crê firmemente que Jesus Cristo devia mostrar-se, mas aos hereges e apartados dessa fé ou a ela contrários é que era preciso que se mostrasse daquela forma¹⁰¹.

Assim, segundo a crônica régia, ao receber a visita do próprio Cristo com as cinco chagas, e com o auxílio do mesmo Cristo, Afonso Henriques vencera os reis infiéis, fundando o reino luso. Como demonstra a historiadora, estes relatos são uma construção do século XV, que elege o milagre de Ourique como referência da fundação do reino português. No século XVII, este recurso, criado pela Dinastia de Avis, será mais uma vez utilizado para reforçar a nacionalidade e legitimar a independência portuguesa diante da Espanha.

A consagração do milagre de Ourique ocorre no contexto da Restauração Portuguesa, que marca o fim do período filipino. Logo após o movimento restauracionista, nas primeiras cortes celebradas Pós-Restauração, D. João IV, o novo monarca, retoma o processo de canonização de Afonso Henriques¹⁰². A Restauração significaria uma “re-fundação” do reino, seria o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique, confirmada pelo episódio várias vezes lembrado do braço de Cristo que se desprendera da Cruz, nos mesmos dia e hora da aclamação de D. João IV como rei. Assim, a mão de Cristo, que ajudara Afonso Henriques contra os infiéis em Ourique, se despregava do lenho da Cruz para abençoar a retomada do Reino usurpado pelos castelhanos.

A sacralidade da monarquia portuguesa, que é percebida desde sua fundação através do “milagre de Ourique”, é aumentada com a suposta intervenção de diversos heróis e mártires, que, ao mesmo tempo, encarnavam o corpo individual e coletivo do rei. Assim, de acordo com a crônica régia, Afonso Henriques obteve do próprio Cristo as forças necessárias para a vitória. D. João I, apesar da desigualdade numérica de seus soldados e da falta de apoio da nobreza lusa, fez da vitória em Aljubarrota um acontecimento que contou com auxílio divino. O martírio do Infante Santo, D. Fernando, e do rei D. Duarte também se tornaria célebre pela introdução do sacrifício resignado frente ao inimigo infiel. São todos exemplos da imortalidade

¹⁰⁰ BUESCU, Ana Isabel, “Um mito das origens...”, *op. cit.*, p. 53.

¹⁰¹ *Valasci Ferdinandi utriusque juris consulti, Illustrissimi Regis Portugalliae oratoris, ad Innocentium VIII, pontificem maximum de obedientia oratio*, publicado em *fac-simile*, com tradução e leitura actualizada de Basílio de Vasconcelos, in COSTA, A. Fontoura da. *As Portas da Índia em 1484*, Lisboa, 1936.

¹⁰² BUESCU, Ana Isabel, “Um mito das origens...”, *op. cit.*, pp. 58-59.

da dignidade real e da luta pela soberania lusitana. Todos eles sendo divinamente auxiliados pelas hostes de Deus contra os inimigos do reino português¹⁰³.

Após a sua afirmação como reino independente de Castela, Portugal seria governado pela dinastia de Borgonha até 1383. A rivalidade entre os portugueses e os castelhanos vinha de longe. Em 1383, após a morte do Rei D. Fernando o Formoso (1367-1383), que não havia deixado descendente varão, Portugal mergulhou num período de instabilidade. A única filha do rei morto estava casada com D. João I, Rei de Castela, que demonstrava pretensões de anexar o reino luso. A crise institucional só foi superada quando o mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I, pai de D. Fernando, foi aclamado Rei em Cortes, em 1385, com o nome de D. João I. Mas a independência não estava garantida.

Três meses depois de aclamado Rei português, D. João I teve que enfrentar os exércitos castelhanos em Aljubarrota. Para tal empreitada, nomeou Nuno Álvares Pereira, que um ano antes alcançara grande vitória na batalha dos Atoleiros. D. João I, devoto de Nossa Senhora, havia prometido erguer na região um mosteiro em honra da Virgem, em caso de vitória, o que veio a ocorrer. A dinastia de Avis estaria também intimamente ligada, como estava a de Borgonha, ao culto aos santos e, de modo particular, ao da Virgem Maria. Armando dos Santos ressalta a importante contribuição de Santo Antônio de Lisboa na difusão da devoção Mariana, pois, natural de Lisboa, foi devoto extremo da Virgem e defendeu a crença na sua Assunção em corpo e alma¹⁰⁴.

Percebemos, então, que a presença do sagrado no imaginário político português recebe grande estímulo com a dinastia de Avis. Mas também que os períodos excessivamente belicosos, que puseram o reino sob cerco, favoreceram a manutenção destas imagens. Em 1580, a situação política em Portugal tornou-se muito delicada, devido ao período do domínio filipino, ou seja, da “usurpação” do reino por parte dos espanhóis. A tragédia portuguesa se iniciara em 1578, quando o jovem rei D. Sebastião (1554-78) optou por intervir nas disputas entre os xarifes do norte da África, ambicionando reafirmar a influência portuguesa na região. A iniciativa resultou em completo desastre, caindo morto o próprio rei, na batalha de Alcácer-Quibir e sendo seu numeroso exército completamente destruído. Como não tinha herdeiros diretos, pois não se casara, o trono português foi assumido pelo tio-avô do “malsinado” rei, o cardeal D. Henrique, cujo maior esforço foi o de evitar que a Espanha de Felipe II anexasse Portugal. E foi mesmo

¹⁰³ Cf. HERMANN, Jacqueline. *No Reino do desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.149-156, e KANTOROWICZ, E.H. *Os dois corpos do rei – um estudo sobre teologia política medieval*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁰⁴ SANTOS, Armando A. dos. *O culto de Maria Imaculada na tradição e na história de Portugal*. Porto: São Paulo: Livr. Civilização, Ed. Artpress, 1996, p. 33.

isto o que ocorreu, quando da morte do Cardeal, em 1580, apesar de algumas resistências internas¹⁰⁵.

Felipe II (I de Portugal), ao assumir a Coroa portuguesa, dava início ao que os castelhanos chamaram de União Ibérica, ou seja, o período de anexação de Portugal pela Espanha, entre 1580 e 1640, ou período de dominação filipina ou *habsburgo*, segundo os portugueses¹⁰⁶. A maioria da nobreza e do clero português tinha aderido às ambições filipinas em Portugal e nos domínios ultramarinos. O ressentimento pela perda da soberania deitou raízes na alma popular e nos setores nobiliárquicos dissidentes, reunidos em torno do principal opositor da entronização filipina, D. Antônio, Prior do Crato, e mesmo que este período não significasse a perda da independência de Portugal, já que, segundo o próprio Filipe II, o período se caracterizava pela formação de uma monarquia dual, preservadas as instituições políticas e administrativas portuguesas, foi um período desfavorável pelo lado dos interesses lusos¹⁰⁷. No âmbito do clero, houve resistência, desde os primeiros tempos, por parte das ordens religiosas, sobretudo da Companhia de Jesus. Segundo Guilherme Pereira das Neves, a Companhia possuía original administração colegiada e desenvolveu estratégia própria de difundir a fé através do uso do conhecimento, embora sempre experimentada e corrigida, concebendo a fé como algo interior, a que se ascendia por meio de exercícios espirituais¹⁰⁸. Contrapôs-se ao período da união das Coroas Ibéricas, porque a era filipina reforçaria imensamente o poder da Inquisição no reino, ofuscando o dos jesuítas¹⁰⁹.

Apesar de estar sob o jugo de Castela, o culto a Santo Antônio não cessaria, sendo incentivado até mesmo pelo próprio Filipe II, que, em 1599, reforça e exalta este culto, dizendo:

A devoção que dizeis, que se tem nessa çidade com Santo Antônio, he mui devida, e dina de louvor pellos grandes merecimentos deste Santo e por seu natural, e eu me y por obrigado a se partispe nela; e por yso aprovo aver na sua ygreja, que tem nessa çidade, na casa em que nação e se criou, huma miza resada cada dia, e outra cantada cada mês, perpetuas paguas a custa de minha fazenda e que se digão por minha tenção e dos reis meos soçesores; e isto quero que seja por agora pela defemsam e conservação do comércio de Yndia, e dobem e acresentamento deste reyno, em serviço de Deus e meu. E ey por bem que a esmola que se ouver de dar para estas missas, se entregue

¹⁰⁵ HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI – XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰⁶ *Idem*, “União Ibérica”, in VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 570-573.

¹⁰⁷ *Idem*.

¹⁰⁸ NEVES, Guilherme Pereira das. “Jesuítas”, in VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário... op. cit.*, pp. 326-328.

¹⁰⁹ VAINFAS, Ronaldo. “Santo Antônio na América portuguesa: religiosidade e política”. *Revista USP*, São Paulo, nº 57, mar-maio 2003, pp. 28-37.

aos officiaes da Câmara desa cydade, para que tenham cuidado de as fazer dizer; e vereis quanto será esta esmola e onde se tyrara, e avisarmoeis¹¹⁰.

Mesmo sob a égide castelhana, Portugal pôde manter seus cultos e ritos. A intenção dos castelhanos com a anexação das Coroas Ibéricas não foi a de desarticular Portugal, mas de incentivar e manter os costumes e as crenças portuguesas. Seria um processo de exaltação dos valores ibéricos. A união Ibérica seria para Filipe II, como já percebemos, a formação de uma monarquia onde estariam preservadas as instituições políticas e administrativas portuguesas, além das questões relacionadas ao aspecto religioso. Para Eduardo D'Oliveira França, esta União seria um império ibero-cristão, momento de auge e ocaso das monarquias ibéricas na Europa¹¹¹.

O período da chamada união das Coroas Ibéricas seria bastante fértil para uma constante reafirmação dos valores nacionais, que estavam ofuscados pela presença incômoda dos castelhanos. Assim, os portugueses buscavam privilegiar os heróis que a nação havia consagrado e, de modo muito particular, os heróis da fé, homens e mulheres que, de diversas formas, estiveram sempre prontos a intervir para o bem do reino. Era a “tutela do sagrado”¹¹², na qual os advogados celestes da terra lusitana intervinham em prol do restabelecimento da soberania lusa. Eram os santos, que em sua maioria falavam português, que estariam presentes, intervindo em prol dos lusitanos, frente a um contexto histórico onde a fé era a grande mola propulsora e motivadora dos ânimos abatidos. A Restauração só teria sido possível através da ajuda sobrenatural, segundo o Padre Antônio Vieira, que dizia que o milagre de Deus era evidente e provado e, mais uma vez, Deus manifestava o desejo de defender o seu povo.

Percebemos, assim, uma concepção de realeza ligada ao sagrado, fundamentada em lendas, crenças e mitos, pois o papel que caberia ao rei português, neste contexto, era o de um rei propagador da fé cristã, que se diferenciava dos demais monarcas europeus, que se especializaram em exercer seu poder taumátúrgico e curativo para com seus fiéis súditos¹¹³.

A batalha de Ourique, marco militar que, segundo a crônica régia, havia inaugurado o reino português, demonstra o auxílio divino, que explicaria um país tão pequeno e um povo tão reduzido alcançarem tão grandes conquistas. Portugal receberia, desta forma, a confirmação dos céus para ser o grande propagador da fé a todos os cantos do mundo¹¹⁴.

¹¹⁰ Carta Régia escrita em Lisboa, em 2 de outubro de 1599. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit., 1942.

¹¹¹ FRANÇA, E. d'O. *Portugal na época da Restauração* (1952). 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

¹¹² MARQUES, J. F., op. cit., p. 268.

¹¹³ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio*. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹¹⁴ HERMANN, Jacqueline. *No Reino do desejado...*, op. cit., p.24.

Esta intervenção divina para o processo restauracionista se manifestou através de seus santos e da interferência destes pelos sucessos lusitanos, como nos aponta João Francisco Marques¹¹⁵, apresentando a Restauração como obra do céu e merecedora de celebrações e atos de devoção para com a Virgem e os santos protetores.

Como a “realçar” os fatos com cunho providencialista, pois o Reino era de Cristo e da Virgem¹¹⁶, todos os fatos tidos como míticos eram agora retomados e ressignificados para atender a esta linha. É neste sentido que a simbologia eucarística e mariana, cujas raízes se encontram no Apocalipse de São João¹¹⁷, recebiam cerimônias festivas em todo o Reino pelos auxílios prestados. A devoção eucarística tinha uma irradiação muito grande em território português e principalmente entre os membros da família real que, com frequência, recorria ao simbolismo eucarístico no período da Restauração.

O papel desempenhado pela Virgem nesta empreitada é de crucial importância, pois desde cedo ela apareceria ligada ao Reino, como já percebemos em Ourique. Estaria, assim, sempre vinculada aos caminhos pátrios, pronta a dar seu valimento nos momentos mais difíceis. Era a fé a serviço da pátria e a figura da Imaculada Conceição seria, sobretudo, um baluarte do qual D. João IV seria grande paladino. Em 1640, a figura de Maria pairava sobre a grei portuguesa como a incutir no povo o desejo e a esperança da vitória sobre as hostes castelhanas. Assim, a imagem da Imaculada Conceição de Vila Viçosa seria proclamada Rainha e Padroeira de Portugal, tornando-se símbolo da alma pátria, dando sentido e consistência à luta pela restauração. A partir de 1646, há uma promessa por parte do rei de um pagamento anual de um tributo de cinquenta cruzados de ouro à Virgem pelos serviços espirituais em prol dos lusitanos.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição surge em Portugal ainda com a Reconquista. O culto se desenvolveu durante o período avisino e foi incrementado no período da dinastia filipina. Mas seria mesmo com a Restauração que o culto alcançaria seu ápice, quando, a 8 de dezembro de 1640, D. João IV assiste à festa da Imaculada Conceição na capela real e escuta o Franciscano João de São Bernardino pregar, lembrando que o Duque de Bragança descendia de Nuno Álvares, Condestável de D. João I, fundador do Mosteiro da Batalha e do Convento do Carmo, e dos Infantes D. Fernando e D. Beatriz, fundadores do Convento da Conceição, em Beja. O franciscano sugere então uma homenagem à Virgem, que fosse “eterno monumento da Restauração de Portugal”. Em 1644, escrevendo o rei à Universidade de Coimbra, comunica

¹¹⁵ *Idem*, p. 270.

¹¹⁶ SPINOLA, Antônio Ardizone. “Firmezas e perpetuidade do Império Português”, in *Cordel Triplicado*, Lisboa, 1680, p. 68, *apud* MARQUES, J.F., *op. cit.*

¹¹⁷ A Bíblia de Jerusalém, *op. cit.*

“haver resoluto e ordenado (...) que todas as cidades e vilas, e lugares de meus reinos, tomassem por padroeira a Virgem Nossa Senhora da Conceição”¹¹⁸.

Além da proteção do próprio Cristo, que tomara o Reino português como seu, ao aparecer a Afonso Henriques, e da de sua Mãe Santíssima como protetora e Padroeira do reino, outros entes celestes estiveram ligados ao processo restauracionista, dando valimento às petições encaminhadas frente às constantes necessidades terrenas. Este outro núcleo de intercessores é formado por anjos, santos e almas do Purgatório e pelo mistério da comunhão dos santos, como entende a doutrina católica, reafirmada pelo Concílio de Trento. Cristo mantém-se como único Salvador e Redentor dos homens, mas permite e incentiva recorrer ao valimento dos santos por declarar ser bom e útil invocá-los para se obter de Deus as graças almeçadas¹¹⁹.

Deste modo, tanto nos infortúnios individuais, como nas grandes crises e angústias, redobram-se as orações e as invocações a estes advogados dos fiéis, que, na maioria, tinham suas vidas ligadas ao reino e a seu vasto Império. Primeiramente, lembremos da presença do Anjo Custódio de Portugal que, na qualidade de “vigilante protetor do reino”, seguindo a teologia bíblica como espírito invisível, destinado a missões junto dos homens e dos povos, estava pronto a dar seu valimento pelo reino que lhe foi designado por Deus. De acordo com Marques, esta tradição encontra sua origem num passado distante e a associação do maravilhoso, como apoio sobrenatural à Aclamação, é utilizada para dar maior força persuasiva ao discurso, evocando, como sinal evidente da proteção do Anjo Custódio, uma divulgada visão da

(...) imagem de hum anjo com a insígnia de uma custódia na mão, para que nos animássemos todos, podendo crer por este sinal que em nossa defesa a custódia, e guarda do Anjo, a quem este Reyno está encomendado porque como sabeis, muitas pessoas segundo elas mesmo affirmão, virão hua figura na Lua da forma, e feição de hum Anjo com uma custódia na mão, donde se pode crer piamente que nos certifica Deos, que o Anjo Custódio do nosso Reyno está aparelhado, não só a nos defender, mas a ofender quem nos vier cometer, e que se cá vierem os Castelhanos, que os há de cegar de modo, que não hão de atinar com cousa que fação, & hão de ficar nossos prisioneiros, como sucedeu a Eliseu com seus inimigos¹²⁰.

Assim, também os seres angélicos podiam interceder nos momentos difíceis por que passavam os portugueses, defendendo o Reino que lhes fora confiado, sendo merecedores dos louros pelas vitórias alcançadas. Os santos também encheriam o rol de agradecimentos dos portugueses, aparecendo no sermoneário da Restauração, surpreendendo-nos pela grande

¹¹⁸ SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de, “Senhora dos sete mares...”, *op. cit.*, p. 149.

¹¹⁹ MARQUES, J. F., *op. cit.*, p. 275.

¹²⁰ LISBOA, Frei Cristóvão de. “Sermão da Quarta Dominga da Quaresma”. Lisboa, 1641, f. 21v., *apud* MARQUES, J.F., *op. cit.*, p. 278.

quantidade e diversidade com que são destacados. O elo de ligação que os torna parte integrante deste momento histórico-político vai desde a relação do acontecimento com os dias litúrgicos em que eles são venerados até a obrigatoriedade de um “patrocínio histórico” vinculado ao povo português¹²¹.

No caso de São Francisco Xavier, que fora um jesuíta e que buscara o Oriente para sua missão, ocorre que, em 1640, nas comemorações pela vitória e pela aclamação de D. João IV, se percebe como milagre e sinal divino o reino português ter ressurgido justo no dia do santo. Em sua vida, havia ressuscitado 25 mortos, e não seria difícil que em seu dia ressuscitasse a Coroa para maior cúmulo de suas glórias. A Aclamação havia ocorrido na véspera do dia de São Francisco Xavier, ou seja, 2 de dezembro, e na véspera do primeiro domingo do advento, que, segundo a narrativa de Mateus, é o do Juízo final¹²². Segundo os sermonistas, os Duques de Bragança ouviam a missa de São Francisco Xavier na igreja dos jesuítas, quando receberam as notícias sobre a Aclamação e agradeceram ao santo e o louvaram, pois em seu dia entraram com excelência na Igreja e dela saíam majestade. Assim, o Apóstolo das Índias estaria intimamente ligado ao processo da Aclamação.

Completando o elenco da sagrada família, São José também faria parte do coro celestial pela vitória dos lusitanos, pois a devoção ao santo fora recomendada a D. João IV por seu pai, D. Teodósio. Este pedido não seria esquecido pelo novo monarca, já que o dia do santo coincidia com seu aniversário natalício. Assim, nascer no dia de São José era uma dádiva e um presságio de Deus, que o conservaria encoberto até a revelação como grande libertador do solo português do jugo castelhano¹²³. As crônicas chegam até mesmo a comparar D. João com o próprio Cristo, caracterizando-os como dois reis encobertos, que só revelam sua missão ao tempo escolhido por Deus, tendo então o rei o dever de ter São José como protetor e padroeiro de seu reino, já que este santo era destinado a ser patrono (e pai) de reis.

Como a encher do “odor de rosas” o momento restauracionista, a rainha Santa Isabel também aparece evocada, inserindo-se no sermonário através de uma tríplice circunstância: a edificação em Coimbra do novo Mosteiro de Santa Clara, patrocinado por D. João IV; o voto do príncipe D. Teodósio de mandar construir uma igreja no local onde ela falecera, fato ocorrido ao passar em Estremoz; a conclusão das pazes com Castela, em 1668, e o

¹²¹ MARQUES, J.F., *op. cit.*, p. 275.

¹²² A Bíblia de Jerusalém, Mt. 24, 32-44, *op. cit.*

¹²³ MARQUES, J. F., *op. cit.*, pp. 281-282.

reconhecimento por parte da Igreja, em 1669¹²⁴. Tudo isto seria realizado em favor da advogada da família real portuguesa e patrona de toda a nação lusa, pois a tradição oral lhe impôs a tarefa de salvaguardar a prosperidade e a abundância do Reino e desde 1556 foi evocada como protetora e defensora de toda a nação portuguesa¹²⁵. Pregado em Roma em 1674, o sermão do Padre Antônio Vieira, intitulado *Sermão da Rainha Santa*, escrito após a Espanha reconhecer a independência portuguesa, compara por vezes a Rainha a personagens masculinos, pois Santa Isabel havia superado, segundo o autor, a própria condição feminina, que o discurso misógino reinante acusava de todas as torpezas. Segundo Vieira, embora mulher, como rainha e santa, D. Isabel esteve sempre pronta a responder às agruras cotidianas, ao lado da fé e praticando as virtudes teológicas paulinas. Por isto, ele a compara à esposa do Patriarca Jacó, denominando-a “nossa Raquel”, que estaria destinada a defender os portugueses dos ataques castelhanos.

Para completar o elenco dos grandes santos portugueses “responsáveis” pela Restauração, surge a figura de Santo Antônio de Lisboa (que, a contragosto dos portugueses, é dividido com Pádua). A devoção a este santo parece transpor barreiras sociais e alcançar a todos, sendo sua devoção utilizada politicamente na parenética da dominação filipina, como testemunham diversos sermões dedicados ao “padroeiro das coisas perdidas”. O providencialismo do santo na restauração inicia-se com o fato de o primeiro sinal interpretado como ação divina para a Restauração ter sido no grande 1º de dezembro de 1640, quando o braço do Cristo que estava na Igreja de Santo Antônio, fronteira à catedral lisboeta, se desprende, dando novo alento ao sentimento patriótico que se acumulava. Assim, é neste contexto que o franciscano Frei João da Natividade, ao pregar no Convento de Santo Antônio dos Capuchos, se refere ao santo como o “alferes-mor do exército espiritual formado pelos eclesiásticos para a defesa do reino, a quem Cristo crucificado convidara ao desprender o braço da cruz”¹²⁶. A partir deste episódio, Santo Antônio, que havia deixado Lisboa para luzir para todo o mundo, estaria agora ligado aos destinos pátrios, como veremos através dos diversos sermonistas que exaltaram suas vitórias à frente dos portugueses. O grande arquiteto desta construção no imaginário luso é o padre jesuíta Antônio Vieira, que, sozinho, dedica nove de seus sermões exclusivamente a Santo Antônio.

¹²⁴ *Idem*, p. 289.

¹²⁵ SANTOS, Georgina Silva dos. “Padre Antônio Vieira e a Rainha Santa: o paradigma isabelino sob as vestes da Restauração”, in *Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira*, Congresso Internacional. *Actas*, III Volume, Braga, 1999, p. 1582.

¹²⁶ NATIVIDADE, Frei João da. *Sermão do IV domingo do Advento*. Lisboa, 1641, pp. 20-21.

2.1) Parenética antoniana

No universo católico, o sermão aparece como estruturador e organizador da fé, ordenando-se sob um *modelo sacramental*, que supõe a projeção permanente de Deus nas formas de existência do universo criado. Desenvolve-se a partir de um texto bíblico que se comenta de acordo com o tema e as teses que o orador se propõe a desenvolver. O sermão alcançou seu apogeu em Portugal no século XVII, estabelecendo uma relação entre a tradição cristã da exegese bíblica com a retórica antiga e persuasiva, levando a uma versão “atualizada” dos eventos bíblicos, por vezes exemplificadas pelas vidas dos santos¹²⁷. Para Alcir Pécora, os sermões e, de modo particular, os proferidos pelo Padre Antônio Vieira, são uma interpretação tipológica da história de Portugal, onde o autor busca nos casos retóricos o sentido literal e alegórico, distribuindo em vários temas adequados as diferentes ocasiões¹²⁸. No sermonário português, Santo Antônio aparece representando um grande ícone, pois, tal como Santo Agostinho para os Padres da Igreja, Santo Antônio é o mais nomeado pregador, não havendo um só orador sacro que não tenha ao menos um sermão dedicado ao taumaturgo. Assim, desde Frei Paio de Coimbra, no século XIII, até o Padre Antônio Vieira (1608-1697), muitos se empenharam em realçar as múltiplas facetas de Santo Antônio em seus sermões, exaltando seus feitos e o celeste patrocínio nas querelas cotidianas. Segundo João Francisco Marques¹²⁹, encontramos prédicas em honra a Santo Antônio nos sermonários de Diogo de Paiva de Andrade (1528-1575)¹³⁰; Francisco Fernandes Galvão (1554-1610)¹³¹; João de Ceta

¹²⁷ Cf. PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994, e *idem*, “Sermões: o modelo sacramental”, in JANCSÓ, Istvan & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3), pp.717-731.

¹²⁸ *Idem*.

¹²⁹ MARQUES, J. F. “Santo Antônio na Parenética Seiscentista Portuguesa”, in Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. *Actas*, Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa, Braga, 1996, p. 853.

¹³⁰ Nascido em Coimbra, presbítero secular e Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Foi enviado pelo rei D. Sebastião ao Concílio de Trento em 1561. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, 7 vols.

¹³¹ Nascido em Lisboa, foi presbítero secular e Doutor em Teologia. Considerado um dos maiores teólogos e pregadores. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*, *op. cit.*

(1578-1633)¹³²; Cristóvão de Almeida (1620-1679)¹³³; Luis da Ascensão (1638?-1693)¹³⁴; Francisco Vieira (1649-1720)¹³⁵; e Diogo da Anunciação Justiniano (1654-1713)¹³⁶.

Deste modo, religiosos de todas as regras e mesmo os seculares, naturais de Portugal e do Brasil seiscentista, como Antônio de Tomar, Cristóvão de Almeida, Antônio do Rosário, Luis de Lemos, Manuel Pereira e Lourenço Ribeiro enfatizam o valimento do santo nos momentos decisivos do Reino. Assim como acontece com São Francisco de Assis, os dados hagiográficos invocados remontam a uma memória coletiva, sendo repetidos constantemente nas pregações festivas, difundindo os feitos miraculosos e edificantes do santo.

As pregações são feitas escolhendo-se como temas, quase que invariavelmente, trechos do Evangelho de São Mateus, sendo preferencialmente escolhidos os epítetos *sal terrae e lux mundi*¹³⁷, metáforas aplicadas por Cristo a seus Apóstolos e atribuídas na tradição eclesiástica a quantos os imitassem na missão de mestres e pastores da Igreja. Os epítetos expressavam o momento pelo qual se passava no Reino. Era uma forma de doutrinar, utilizando os atributos hagiográficos do santo como exemplos que, aliados aos ensinamentos bíblicos, ganham sentido pela hermenêutica barroca.

Em meio a um período bastante conturbado por que passava Portugal, resgatar a figura de Santo Antônio era um grande desafio. Era necessário que não se repetisse a mesma ladainha de sempre, em que o santo apareceria como alguém distante do momento vivido. Era necessário inovar na metodologia e na escrita para que resplandecesse um santo português que os imbuísse do desejo de lutar pela liberdade do reino.

Seguindo estes preceitos, o Franciscano Frei Antônio de Tomar, ao pregar na Sé de Lisboa, a 18 de setembro de 1628, na festa que o Cabido fazia em honra a Santo Antônio, expressava o agradecimento pelo milagre realizado pelo santo. O pregador fazia referência a alguns moradores da rua dos Cônegos, que se beneficiaram, ao saírem ilesos dos efeitos de um raio caído em 23 de agosto, quatro anos antes, pela intercessão do santo. Entre uma extensa apologia à castidade e à virtude, tão caras ao santo em questão, e que, segundo os pregadores, era uma virtude muito necessária a toda a sociedade, o Franciscano Frei Antônio

¹³² Natural de Lisboa, foi Franciscano da Província dos Algarves. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, op. cit.*

¹³³ Agostiniano e Doutor em Teologia e eloqüente orador. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, op. cit.*

¹³⁴ Cônego regrante de Santo Agostinho, natural de Lisboa e Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, op. cit.*

¹³⁵ Eremita agostiniano. Foi Doutor em Teologia e era natural de Villa Real de Traz-os-montes. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, op. cit.*

¹³⁶ Cônego secular de São João Evangelista. Doutor em Teologia. Natural de Lisboa e Arcebispo de Cranganor. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português, op. cit.*

¹³⁷ A Bíblia de Jerusalém, Mt. 5, 13-19, *op. cit.*

de Tomar frisava que Santo Antônio era um **defensor de Portugal** e sentia as desgraças da monarquia. Insistia que não se temessem os que o perseguiram por ambição e zelo, pois Deus era solícito e pontual no remédio¹³⁸.

Ainda no contexto da dominação filipina, os autores de sermões não cansavam de exaltar a vida de Antônio e de relacioná-la com os fatos que ocorriam. O Dr. Luis de Lemos, a partir do atributo que a religiosidade popular confere ao santo taumaturgo, o de “advogado das coisas e causas perdidas”, principia por expor o que já se perdera para justificar o que, por seu intermédio, era forçoso recuperar¹³⁹. Um engenhoso componente retórico, no qual se percebe claramente que o Portugal perdido é o símbolo do Portugal dominado, o que cumularia de indignação o sentimento patriótico dos ouvintes. O tema o ajuda a pensar o santo como advogado das coisas perdidas e regra das línguas desordenadas, reforçando o apelo para que Santo Antônio pudesse restituir tudo o que está perdido, inclusive o amor ao reino e, por conseguinte, o próprio reino. Seria, portanto, uma atualização dos atributos que o santo demonstrava em vida, quando recuperava objetos perdidos e, de modo mais destacado, estava sempre pronto a enfrentar os que ameaçavam sua Pátria. O inimigo a ser enfrentado agora não era mais o herege, mas os castelhanos que ameaçavam a autonomia da terra natal de Santo Antonio. É deste período que surge o primeiro sermão do Padre Antônio Vieira, tendo Santo Antônio como título.

Antonio Vieira, nascido em Lisboa, em 1608, veio para o Brasil com sua família em 1614, entrando logo para o colégio dos jesuítas, dando início a seu noviciado na Companhia de Jesus. Logo os jesuítas descobriram seu raro talento para a oratória e para a escrita. Em 1626, com pouco mais de 18 anos de idade, foi incumbido de redigir a Carta Ânua – relatório das atividades das Províncias da Companhia de Jesus no mundo católico – a ser enviada a Roma. Como religioso, mesmo antes de sua ordenação já pregava na Bahia, atividade que o tornaria célebre, tanto pela sua retórica incontestável como pela grande profundidade e visão crítica que dispensava aos fatos que descrevia. Seria depois da Restauração portuguesa e sob o reinado de D. João IV que Vieira alcançaria seu auge. Obtém autorização para retornar ao reino e é recebido pelo monarca que o tinha como importante aliado. Esta proximidade lhe garantiu viajar pela Europa e travar contato com comunidades judaicas na Holanda, o que

¹³⁸ TOMAR, Frei, Antônio de. *Sermam que na Santa See de Lisboa em 18 de Setembro de 1628[...]* a Santo Antônio em memória do milagre do Rayo que cahio na rua dos conejos desta cidade no anno de 1624[...]. Lisboa: Antônio Álvares, 1629, apud MARQUES, J. F. *Santo Antônio na Parenética Seiscentista...*, op. cit., pp. 856-7.

¹³⁹ LEMOS, P. Luis de. *Sermam que [...] Pregou na See na festa do glorioso S. Antônio Año 1633[...]* Lisboa, Antônio Álvares, 1637, 1v-2, apud MARQUES, J. F. *Santo Antônio na Parenética Seiscentista...*, op. cit., pp. 857-8.

mais tarde agravaria sua situação diante do Santo Ofício. Apesar de seus escritos proféticos condenados pela Inquisição, Vieira foi, sobretudo, um grande articulista das palavras, fazendo de sua oratória importante arma para marcar suas convicções e seus princípios. A idealização nostálgica do passado e a esperança profética de um futuro grandioso e barroco dão-lhe o *status* de grande arquiteto da devoção antoniana no Brasil. Com seus sermões eloqüentes, Vieira transforma o santo lisboeta em presença fundamental na vida de colonos e colonizados¹⁴⁰.

A vasta obra deste jesuíta nos remonta a um dos principais personagens de seu tempo, que tinha estilo próprio para tratar dos mais diversos assuntos. A obra do Padre Antônio Vieira é composta por cerca de duzentos sermões, que começaram a ser editados ainda em vida do autor, mais de meio milhar de cartas, numerosos relatórios, representações, pareceres e outros documentos de natureza política ou diplomática, além de opúsculos religiosos ou de exegese profética, além de sua defesa perante o Santo Ofício. De modo particular nos sermões, e principalmente nos nove sermões que dedica a Santo Antônio, Vieira tem por base articulatória a impregnação do divino, manifestado pela sacramentalidade¹⁴¹.

Segundo Saraiva, o Padre Antônio Vieira não escolheu Santo Antônio aleatoriamente para ser importante inspiração e contraponto para seus sermões. Além de serem ambos lisboetas, e, portanto, ligados aos caminhos pátrios, Santo Antônio desperta o interesse do jesuíta pelos seus esquemas de sermões deixados como fonte de inspiração para os pregadores no século XIII. Do ponto de vista da estrutura geral, não encontramos diferenças entre um sermão do jesuíta Antônio Vieira e um sermão de Santo Antônio de Lisboa¹⁴². Ambos utilizavam-se de passagens bíblicas para se remeterem aos problemas e às questões que queriam levantar e solucionar diante das dificuldades que se apresentavam. Como exemplo, podemos observar a pregação de ambos em torno do Evangelho sobre a dracma perdida¹⁴³.

Santo Antônio, em seus esquemas de sermões, nos deixa para a terceira domingo de Pentecostes este trecho,

Jesus fala da dracma perdida. Perde a dracma quem abandona a caridade, na qual está a imagem do Sumo Rei. E sem ela ninguém poderá chegar à bem aventurança¹⁴⁴.

¹⁴⁰ VAINFAS, R. “Padre Antonio Vieira”, in VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*, op. cit., pp. 444 - 447.

¹⁴¹ Cf. PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*, op. cit.

¹⁴² SARAIVA, António José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 8ª ed., Porto: Bloco Gráfico, 1975, p. 562.

¹⁴³ A Bíblia de Jerusalém, Lc. 15,8, op. cit.

¹⁴⁴ Cf. Antônio, Santo, 1195?-1231. *Ensinaamentos e admoestações / Santo Antônio de Pádua*; seleção e disposição de Frei Clarêncio Neotti. Petrópolis: Vozes, 1998.

Sobre o mesmo Evangelho, Vieira, influenciado pelos esquemas antonianos, prega, no sermão dedicado a Santo Antônio, no Maranhão, em 1657,

A dracma é a alma (...) A graça perdida, a alma perdida, o homem perdido; e sendo estas as maiores perdas que se pode padecer nem imaginar, porque juntamente com elas se perde a Deus (...) ¹⁴⁵.

Vieira seria o grande arquiteto da transformação de Santo Antônio no grande padroeiro e protetor de todo o Império português, realçando os feitos gloriosos do santo, relacionando-os com o momento em que pregava, fazendo uso de retórica riquíssima e dos textos da Sagrada Escritura.

No primeiro sermão a Santo Antônio, o santo lisboeta ganha ares de defensor português. O contexto é o início do século XVII, que seria testemunha do assustador ataque realizado pelos holandeses que ocuparam o nordeste brasileiro. A vitória, segundo o jesuíta, fora alcançada pelo grande protetor do Reino, Santo Antônio, e completa:

Porque sendo a Bahia, Bahia de Todos os Santos, a todos os santos pertencia a defesa dela. Logo se a todos os Santos pertencia a defesa da Bahia, por isso a defendeu Santo Antônio, porque Santo Antônio sendo um só é todos os Santos ¹⁴⁶.

Para Vieira, Santo Antônio seria primeiramente *Lux Mundi*, pois Deus o havia criado para o mundo e não só para Portugal, daí o nascer em Portugal e morrer em Pádua, como é obrigação do sol. Foi “luz do mundo porque foi bom português e foi bom português porque foi luz do mundo”, já que, segundo Vieira, os outros homens têm “por instituição divina a obrigação de ser[em] católicos, e de ser[em] apostólicos, os outros cristãos têm por obrigação de crer[em] na fé, o português tem por obrigação de a crer, e mais de a propagar” ¹⁴⁷. Por isto, Santo Antônio deveria sair de sua pátria para luzir para o mundo, pois era preciso que se retirasse de Portugal para realizar sua divina missão.

Lembrava Vieira que, no Apocalipse, São João descrevera uma mulher vestida de sol, coroada de estrelas e com a lua debaixo dos pés. A mulher, que estava para parir e dava gritos, viu diante dela um grande dragão com a boca aberta, esperando que desse à luz para tragar e comer seu filho, logo que nascesse ¹⁴⁸. Sua interpretação para a narrativa era a seguinte.

O enigma é tão claro que pelas figuras sem letras se pode entender. A mulher vestida de luzes, o mesmo nome diz que é a Lusitânia, as luzes são as que

¹⁴⁵ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., p. 258.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 36.

¹⁴⁷ *Idem*, pp. 65-66.

¹⁴⁸ A Bíblia de Jerusalém, Apocalipse 12, 1-17, op. cit.

ouvistes o ano passado [Santo Antônio, luz do mundo] e o ter a lua debaixo dos pés é a maior expressão da mesma figura, porque a Lusitânia foi a primeira em toda a Espanha, que sacudiu o jugo dos Sarracenos, e tantas vezes então, e depois meteu debaixo dos pés as luas maometanas. O parto, que a fazia bradar, são os filhos, ou partos da Lusitânia, não todos, senão aqueles com que ela dá brado no mundo. E o dragão, finalmente, já preparado para tragar estes filhos, é aquele mesmo dragão que Portugal tem por timbre das suas armas, porque é timbre da nossa nação, tanto que sae à luz quem pode luzir, tragá-lo logo, para que não luza¹⁴⁹.

Assim, para Vieira, Santo Antônio deveria deixar sua terra, pois não deveria ficar em um lugar uma terra onde não pudesse luzir, já que o próprio Cristo o havia mandado que luzisse. Para Vieira, Santo Antônio não seria *Lux Mundi* se tivesse ficado em sua terra, pois suas obras não seriam bem interpretadas, já que, para o jesuíta, o santo não alcançaria em terras lusas todo o prestígio que adquiriu tendo encontrado o mundo como claustro. Santo Antônio também sairia à luz para com sua glória combater os inimigos que visavam impedir a luz da Lusitânia.

Além de luz do Mundo, Santo Antônio apareceria no sermão Vieira como sal da terra. Desta forma, não por acaso, em um dos primeiros sermões que Vieira pregou em Lisboa, Santo Antônio figuraria como “Procurador do Céu nas Cortes”¹⁵⁰, sob encomenda de D. João IV, com o propósito específico de preparar o ânimo da nobreza e do clero a pagar impostos para sustentar as guerras da Restauração contra a Espanha. Para Vieira, era justo “que os que se sustentam[vam] dos bens da Coroa não faltem[ssem] à mesma Coroa com seus próprios bens”¹⁵¹. O sermão foi dedicado a Santo Antônio, o “Santo do Sal”, sal da terra “que conserva os bens conquistados”¹⁵² e que “preserva da corrupção da fé católica” o povo português, chamado de príncipe por Vieira, por despender do que tinha e do que não tinha pela causa do Reino luso. Assim, Santo Antônio afirmar-se-ia, progressivamente, como o santo da Restauração portuguesa, quer na linguagem da Corte e do Estado, quer no imaginário popular, encontrando no Padre Antônio Vieira o principal arquiteto desta politização do “divino seráfico”:

Deus para formar o Martelo das Heresias foi buscar o ferro às minas de Portugal, porque a dureza natural do ferro português é para quebrantar e converter os infieis, para vencer e batizar os vencidos e torná-los parte viva do corpo místico de Cristo¹⁵³.

¹⁴⁹ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., pp. 90-91.

¹⁵⁰ *Idem*, pp.149-223.

¹⁵¹ *Idem*.

¹⁵² *Idem*.

¹⁵³ *Idem*, pp. 75-76.

No dizer do padre Antônio, Santo Antonio se destaca na recuperação de objetos e/ou bens perdidos, como *membra resque perditas*. O jesuíta o caracteriza como “deparador”¹⁵⁴, palavra em desuso hoje, que significa aquele que encontra o perdido. Os milagres de Santo Antônio, na visão do Padre Antônio Vieira, são maiores e mais importantes que as obras do próprio Cristo, pois, segundo o pregador, se é Deus quem dá, é por obra de Santo Antônio que se recupera. Deparar o perdido para o santo não é só graça, mas dívida. Para Vieira, o maior milagre de Cristo foi abrir os olhos de um cego de nascença¹⁵⁵, fazendo um pouco de lodo com os dedos, pondo nos olhos do cego, e depois mandando que se lavasse na fonte de Siloé. Segundo Vieira, Cristo fez o milagre, mas não conseguiu fazer com que o lodo se desfizesse. Santo Antônio fizera milagre ainda maior. Quando uma senhora ia ouvir sua pregação e caiu no lodo, o santo disse-lhe que se levantasse, que suas vestes estavam limpas, “desenlodadas”. Ainda no âmbito dos milagres, o caso da ressurreição de Lázaro por Jesus¹⁵⁶ é comparado com a salvação do pai do santo por ele mesmo através do dom da bilocação, onde conclui que “Cristo deixou morrer a Lázaro para ressuscitá-lo, enquanto Antônio não deixou morrer seu pai, para reabilitá-lo moralmente. Assim, ressuscitou o morto, para que não morresse o vivo. Cristo deu uma vida para remediar uma morte, Antônio deu uma vida para conservar outra vida”¹⁵⁷. Ainda comparando Jesus e o santo, padre Vieira alega que Jesus foi traído por um ladrão e, na hora de sua morte, desejou converter a os dois ladrões, oferecendo-lhes todo o seu sangue, mas só conseguiu converter a um. Santo Antônio, por sua vez, “em um só dia, e com uma só pregação, ou parte dela, converteu vinte e dois ladrões, quase sem notícias de Deus, [a]costumados a viver de roubos e homicídios”¹⁵⁸. Segundo Vieira, ser devoto dos outros santos era devoção, sê-lo de Antônio era uma obrigação.

Os sermões do Padre Antônio Vieira abarcam uma enorme gama de situações, sempre seguindo as manifestações do neotomismo, ou da segunda escolástica, efetivada pelos Dominicanos e Jesuítas durante o período da Contra-Reforma. Entre os nove sermões dedicados a Santo Antônio, destacam-se os temas dirigidos aos moradores da Colônia, desconfiados e irados com suas atitudes em relação ao apresamento dos índios, como é o caso dos dois sermões de Santo Antônio, pregados em 1653 e 1654, em São Luís do Maranhão. Anos antes, em 1638, o jesuíta pregou sobre a responsabilidade divina nos lances da guerra contra os holandeses na Bahia. Em 1642, no contexto da convocação das cortes, no período

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ A Bíblia de Jerusalém, João 9,32, *op. cit.*

¹⁵⁶ *Idem*, João 11, 25.

¹⁵⁷ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, *op. cit.*, pp.130-134.

¹⁵⁸ *Idem*, pp. 135-137.

inicial do reinado de D. João IV, pregou na Igreja das Chagas, em Lisboa, destacando-se ainda os sermões pregados em Roma, destinado aos portugueses que lá residiam, que tratam do destino universal dos portugueses e da ingratidão da pátria, como os de 1670 e 1672¹⁵⁹.

Os sermões, mesmo não dando conta da devoção de todos, de certa forma alcançavam quase todas as camadas sociais, podendo ser considerados como um discurso situado entre o ouvir e o ver, marcando um momento de participação mais efetiva dos fiéis no culto. O ouvinte é convidado a interagir com o sermoneiro, deixando-se persuadir pela ação proposta no púlpito¹⁶⁰.

Santo Antônio seria objeto da interação dos circuitos escritos e oral. Pouco antes da Restauração de 1640, uma quadrinha popular exprimia a missão do santo como novo campeão português da fé e da devoção:

Santo Antônio é bom santo,
que livra o pai dos arganos
também nos há de livrar
do poder dos castelhanos¹⁶¹.

De santo “deparador” de coisas perdidas na miudeza do cotidiano, Santo Antônio seria elevado a “deparador” da soberania portuguesa contra os usurpadores castelhanos, recuperador pelo dom de “deparar o perdido” e conservador das conquistas e reconquistas por ser “Sal da Terra”.

Nas *Décimas ao Sereníssimo Rey D. Affonso VI*,¹⁶² em 1665, Jeronymo Vahia¹⁶³, espelhava o profundo sentimento de devoção ao santo e o orgulho pela independência reconquistada nos seguintes versos:

Alto rei, fatal excesso
De valentia maior,
Que nisto de ter valor
Sois Rei, que não tendes preço:
Vós, que, com feliz sucesso,
Rompendo as quatro linhas,
Fazeis que as gentes vizinhas,
Quando vem mais insolentes,

¹⁵⁹ Cf. PÉCORA, Alcir. *Teatro...*, op. cit.

¹⁶⁰ SANTOS, Beatriz C. C. “O Pináculo do temp(l)o: o sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII”. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994.

¹⁶¹ MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, apud REIS, J. e GOMES, F. (orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp.110-138, p.121.

¹⁶² *Décimas ao Sereníssimo Rey D. Affonso VI*, quando mandou alistar por soldado ao glorioso Santo Antônio de Lisboa, feitas por Jeronymo Vahia, Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor Del Rey nosso senhor, anno de 1665, apud MELLO E SOUZA, Laura de, *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 pp. 118-119.

¹⁶³ Monge beneditino nascido na cidade de Coimbra. Foi pregador do Rei D. Afonso VI e afamado orador e poeta. Cf. SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*, op. cit.

Não choquem como valentes
Mas choquem como galinhas.

Deixai mais listas, pois já
Santo Antônio se alistou,
Que, como seu pai livrou,
Sua Pátria livrará
Ele somente fará
Com estrago, e com ruína,
Castela sempre mofina
Pois tem para vencedor
Como português valor
Como Santo disciplina

Ele só será bastante
A vencer nosso inimigo,
Porém não só, pois consigo
Traz sempre o melhor infante:
Já foi do mundo triunfante
Este infante que conduz,
Fazendo espada da Cruz,
Este pode o que quiser
E quer o que Antônio quer,
Por ser o seu “ai Jesus”

Pois que? Com tal valentia
Não vencerá Portugal,
Quando tem soldado tal,
E mais em tal companhia?
Castela de medo fria
Tema tão grande invasão,
Que não pode escapar, não,
Empenhando Antônio o braço
Nem praça do seu cordão.

Fará cousas nunca ouvidas
Em favor dos Lusitanos,
Não sendo dos Castelhanos
Com ser das cousas perdidas:
Tingirá, cortando vidas,
De vermelho o burel pardo,
E com ímpeto galhardo
Triunfando em todo o risco,
Posto que é frade Francisco
Brigará como um Bernardo.

Com hábito, e fidalguia
Será de Castela açoite,
Se como frade de noite,
Como fidalgo de dia:
Cante a Lusa Monarquia,
Chore a contrária nação,
Pois ambas nele terão
Para glória, e para dor
Huma nas mangas favor,

Outra nas bragas prisão.

No contexto da Guerras da Restauração, Santo Antônio apareceria para os portugueses como um santo belicoso. Este momento resgataria o seu ardor do santo na luta contra os inimigos, encarnado nos castelhanos. As ações destacadas por Jeronymo Vahia demonstram esta intencionalidade de mostrar um santo que “se alistou”, tendo um “português valor” para “vencer o inimigo”. É, portanto, uma imagem militarizada do santo. Para o autor, Portugal não havia de perder a batalha “quando tem[tinha] soldado tal”, demonstrando um profundo sentimento de devoção diante de “tão grande invasão”. Santo Antônio seria o santo dos lusitanos e não dos castelhanos, sendo providencial protetor do reino luso e “de Castela açoite”.

Através do jogo retórico que associa o santo ao sal e à luz do mundo, Vieira critica, porém, a credence que envolve a devoção popular ao santo, exemplificada no caso de um português, no Maranhão¹⁶⁴. O jesuíta relata em seu sermão que um homem mandara a testemunha jurar em falso, enquanto oferecia uma missa, vindo esta a morrer na mão dos índios. Assim, Vieira fala da própria sociedade maranhense, onde imperava a violência para com os pobres, a ambição das promoções, o luxo no vestir, a ganância dos comerciantes reinóis e a rapina sobre os bens dos náufragos¹⁶⁵.

Santo Antônio estava sempre presente nos mais variados sermões, sempre dando “bons exemplos” aos maus costumes dos viventes, sendo considerado universal para todos, singular para si mesmo e particular para sua cidade de Lisboa.

2.2) Defensor Português

*Pára o sol e pára a lua
Parai divino Antônio,
pára o estandarte real,
defensor de Portugal.*

(Religiosidade popular transmontana – Portugal)

A devoção que o povo português dispensava a Santo Antônio na época Moderna era uma das mais marcantes. Poucas igrejas ou capelas não tinham uma imagem do santinho, que era constantemente adulada com promessas e orações, que traziam consigo uma grande carga de emoção, angústia, ou outra inquietação. Mas todas expressavam a confiança na capacidade

¹⁶⁴ *Sermão de Santo Antônio*, pregado no Maranhão, em 1653. Cf. VIEIRA, Antônio. *Sermões*, *op. cit.*

¹⁶⁵ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, *op. cit.*

do santo em garantir a recuperação da saúde, dos bens e mesmo a Restauração da soberania portuguesa.

A religiosidade popular portuguesa fazia coro com o culto dispensado pelos nobres nos pedidos ao santo para que pudesse recuperar o que se perdera. Assim, nos romanceiros populares transmontanos, por vezes, o santinho lisboeta era exaltado em seus feitos milagrosos para invocar mais milagres para seus conterrâneos, como ocorre na alusão ao milagre que fizera em Lisboa, estando em Pádua, demonstrando ser santo e lisboeta:

Ó meu padre santo Antônio / Nascestes da flor da malva, / Prega, prega, ó Antônio, / Que vás acudir teu pai, / - Inocente não há de ir / Por olhar um homem morto / - Levanta-te daí homem morto / Diz-me quem te matou / - O homem que a mim me matou não foi este, / Nem por mim teve sinais / O homem que a mim me matou / Mas, não quero, ó rei da glória / - De onde sois, ó meu Padre / Esta gente que vendes / - Muito me admira meu pai / Sou Fernando vosso filho / Para livrar as criaturas / Estas graças e louvores / Adeus meu pai e minha mãe, / que da glória fostes rei! / para defender a vossa lei. / Que eu te direi brevemente / que vai preso inocente / nem por isso fui culpado / que no seu quintal foi enterrado / da parte do omnipotente / desengana-me esta gente. / Foram testemunhas falsas, ou inimigos imortais / no ajuntamento vai / que o descubra a ninguém / que vindes para me livrar? / vinha para me matar / não me terdes conhecido pelo traje que me vedes / mudei o nome para Antônio / da tentação do demônio / a Deus as vamos dar / que eu vou para Itália meu sermão acabar¹⁶⁶.

Santo Antônio circula entre todos os estratos sociais, seja entre os letrados que o associavam com a própria Restauração do reino, seja como entre os mais humildes devotos que o queriam para solucionar as mais diversas querelas cotidianas. Assim, a forma encontrada pelas pessoas mais simples e modestas de invocar o santo para que este pudesse conceder mais graças era exaltando seus feitos milagrosos. Os populares colocavam Santo Antônio como santinho próximo, que estava sempre pronto a realizar mais milagres em favor daqueles que exaltavam seus principais exemplos de santidade.

Santo Antônio era, para os mais devotos, como um membro da própria família, alguém bem próximo do cotidiano e da vida dos fiéis que conheciam a sua lenda e, principalmente, esperavam seus milagres em prol de seus interesses e dos interesses reinóis.

Segundo Amadeu Amaral, a formação de um forte culto ao redor de Santo Antônio fez-se animada por crenças e lendas, ressaltando o *Divinus Antonius* como um herói popular simpático e com algo dos gênios familiares benfazejos e brincalhões, onde as quadras e as orações são por vezes resquícios de orações de origem culta, que o povo repetia e cantava em

¹⁶⁶ AFONSO, Belarmino. “Santo Antônio de Lisboa na poesia e na religiosidade popular Transmontana”, in Congresso Internacional Pensamento e Testemunho, *Actas*, Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Braga:Família Franciscana Portuguesa, 1996, p. 816.

suas cerimônias. As quadras são saborosamente adoçadas de vida e poesia, entronizando o santo em todas as casas num nicho vitalício, passado de pais para filhos, fazendo do santo alguém da própria família¹⁶⁷, como nos versos a seguir.

Santo Antônio é meu pai,
São Francisco meu irmão,
Os anjos são meus parentes
Ó que linda geração!¹⁶⁸.

Como santo presente no cotidiano devocional, intercedendo nas querelas dos populares, defendendo-os nas miudezas, e, ao mesmo tempo, dando seu valimento nos embates régios, não seria de se admirar que Santo Antônio fosse alistado para combater à frente das fileiras portuguesas os inimigos do Reino. Deste modo,

Santo Antônio não foi em Portugal, apenas o santo dos cravos em flor; foi também herói nas guerras nacionais. Quando a história nos diz que o nosso santo sentou praça, como soldado, no exército português, e que foi subindo de postos até chegar ao de Tenente-General, pode isto afigurar-se a algumas pessoas loucura do tempo ou comédia risível. E todavia que mesquinha concepção seria esta! *Quando Santo Antônio foi feito soldado do nosso exército [português], Portugal continuava a sua luta épica contra os Espanhóis na Europa; e, no Brasil, lutava heroicamente pela unidade nacional dessa província imensa* – verdadeiro milagre que pôde realizar-se à custa de quanta coragem, de quanta inteligência, de quantos sacrifícios! – unidade assaltada com violência pelos holandeses. Foi nesta situação histórica tão grave, quando se estava jogando a integridade do império português nos cinco continentes, que Santo Antônio veio favorecer, como camarada e padroeiro dos nossos soldados uma nova rajada de fé e de bravura. O decreto real que tornava o santo português, e soldadinho raso como os do povo humilde, foi um ato admirável de inteligência política e patriótica e aí está a nossa crônica militar para o atestar em páginas que nenhum homem digno da Pátria poderá ler sem comoção¹⁶⁹ (grifo meu).

Como justifica Afonso Lopes Vieira, o pacífico Santo Antônio passou a patrono das hostes portuguesas nos dias em que Portugal continuava a sua luta épica contra os espanhóis na Europa; e, no Brasil, lutava heroicamente pela unidade nacional desta província imensa. Assim, o santo que, segundo Vieira, ocupava lugar de destaque nos graus e nas hierarquias celestes, podendo ser “Patriarca, Profeta, Mártir, Confessor, Virgem e Apóstolo”¹⁷⁰, acompanharia seus fiéis também contra os aqueles que não se alinhavam com os interesses de Portugal. Embora “sendo um só era todos os santos juntos”¹⁷¹. Revestido da armadura da fé

¹⁶⁷ AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*, op. cit., pp.357-358.

¹⁶⁸ AFONSO, Belarmino. “Santo Antônio de Lisboa...”, op. cit., p. 804.

¹⁶⁹ VIEIRA, Afonso Lopes. “Santo Antônio” (Jornada do Centenário), apud AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit.

¹⁷⁰ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., p. 36.

¹⁷¹ *Idem*, pp.37-38.

popular e militarizado, transmutou-se em soldado para defender o Reino que o fez luzir para o mundo.

No Velho Testamento e na hagiografia católica, inúmeros personagens estão vinculados às artes marciais: Javé tinha entre seus títulos o de Deus dos Exércitos¹⁷². São Miguel Arcanjo, que traz sempre a espada na mão, tornou-se o capitão das milícias celestes ao desbaratar a revolta de Lúcifer. São Sebastião era soldado romano, São Martinho de Nantes, valoroso militar, Santo Inácio de Loyola lutou na armada castelhana e São Jorge, o militar por excelência da milícia celestial, era, inclusive, padroeiro português. Mas em Portugal, e no Brasil Colonial na época da Restauração, é a figura de Antônio que se destaca como militar na corte celeste¹⁷³.

Ao se incorporar Santo Antônio ao serviço militar, ora como intercessor dos interesses da Coroa portuguesa em sua luta contra os calvinistas holandeses e os corsários franceses, ora como advogado dos colonos do Brasil, na recuperação de seus escravos fugidos, ou na destruição dos quilombos, os devotos estavam atualizando seu carisma original de “pavor dos infiéis” e “martelo das heresias”. Neste processo, o “Santo casamenteiro” se tornaria no Brasil Colonial o “divino sargentão”, levando os exércitos ao saque e à matança, defendendo fortalezas e cidades:

Santo Antônio de Lisboa,
não quiere que o chamem de santo,
quiere que lhe chamem soldado
general, mestre de campo¹⁷⁴.

O pobre franciscano, que santamente morrera havia mais de quatro séculos no eremitério de Arcella, era agora chamado a intervir em assuntos de Estado, tão grande era a confiança na sua proteção. Em Portugal, após o movimento de 1640, o santo esteve presente no processo de consolidação da Independência do reino, porque, em torno de sua imagem, se concentrara o espírito anticastelhano. A crença em sua intercessão deu origem, logo após a Restauração, a uma série de relatos milagrosos e relacionados com os atos da guerra, o que reforçou o desejo de incorporá-lo ao Exército Português.

¹⁷² A Bíblia de Jerusalém, I Samuel 1,3, *op. cit.*

¹⁷³ Santo Antônio não era o único santo a receber os postos e as patentes militares. São Bento e São Francisco estiveram alistados como soldados rasos na Capitania da Paraíba, pertencendo o primeiro à Companhia do Capitão Inácio Diogo de Caminha e o segundo, à guarnição da Fortaleza de Cabedelo. A imagem do Senhor Jesus dos Quartéis, que se venera em Viana do Castelo (Portugal), acompanhou o Regimento de Infantaria nº 9 nas Campanhas da Guerra Peninsular; São José teve a patente de Alferes-de-Infantaria no 2º Regimento de Bragança e a São Jorge eram prestadas as honras devidas aos Marechais-de-Campo e aos Generais em Lisboa, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Cf. AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.* As demais partes do Império português serão exploradas posteriormente, no Capítulo III.

¹⁷⁴ “Linguagem e tradição popular da vila de Serpa” (Festas de Santo Antônio), *Revista Lusitana*, vol. IV, 1938, p. 110, *apud* MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, *op. cit.*, p.119.

A intervenção portuguesa na guerra de sucessão espanhola consumou a idéia. O rei português que a princípio apoiara o Duque de Anjou, aclamado com o nome de Filipe V, colocou-se depois ao lado do Arquiduque Carlos que, a fim de tomar parte nesta guerra, chegou a Lisboa, numa poderosa armada, em 7 de março de 1704. Décadas mais tarde, em 1730, o autor anônimo da *Description de la ville de Lisbonne*, escreveu que os portugueses, preocupados com a escolha de um chefe militar, que fosse da sua nacionalidade, elegeram Santo Antônio, patrono da cidade de Lisboa, a quem passaram a considerar seu generalíssimo¹⁷⁵.

Desde então, afirma Manuel Bernardes Branco que o santo é protetor do Reino português. A nação lhe devia a ele o bom êxito na Restauração e, em reconhecimento, os portugueses pediram então ao seu novo rei – D. João V – que o santo fosse nomeado para sempre generalíssimo de seus exércitos¹⁷⁶. Para tanto, foi convocado conselho com o fim de, e segundo consta, todos serem foram unânimes em afirmar que Santo Antônio tinha realmente salvado o Reino, mas que, não tendo este santo servido no exército português durante sua vida, não se lhe podia conferir um tal posto depois de sua morte. Então o rei, muito devoto do santo, e para diminuir as dificuldades que se colocavam, resolveu passar Santo Antônio por todos os postos militares. Para tanto, fez uma promoção na qual o santo foi nomeado Brigadeiro. Depois, na segunda promoção, Marechal-de-Campo, numa terceira, Tenente-General, depois do que foi declarado Generalíssimo para sempre. Sua imagem passou a preceder sempre as tropas e lhe são prestadas as honras devidas à dignidade de que se achava revestido.

Tal fato carece de provas mais substanciais, pois a única referência se encontra nesta fonte francesa, citada por Manuel Bernardes Branco. Se deixa dúvidas quanto ao momento histórico em que ocorreu exatamente a militarização de Santo Antônio, revela, por outro lado, a exacerbação da fé de um povo que recuperou sua independência e que o viajante registrou. Porém, devemos dizer que o santo alcançou vários postos militares comprovados documentalmente.

A primeira aparição do santo lisboeta alistado devidamente como soldado ocorre, segundo a tradição popular, no terço da Câmara de Lisboa, antes da batalha de Montes Claros (1665), reinando em Portugal D. Afonso VI (1656 – 1667):

¹⁷⁵ BRANCO, Manuel Bernardes. *O padre Santo Antônio de Lisboa Thaumaturgo e official do exército português*. Lisboa: Tavares Cardoso, 1887.

¹⁷⁶ Manuel Bernardes Branco refere-se a um artigo publicado à pagina 71, volume III, do jornal francês *Magasin Pittoresque*, onde se diz que D. João IV, a instâncias dos portugueses, promoveu Santo Antônio ao posto de Generalíssimo de seus exércitos. Cf. AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

Se Antônio assentado estais
Não façais na guerra falha,
E se eis de ir para batalha
Como assim vos assentais?

Se Portugal vos conduz
Ide a ser português Marte
Tendo as armas de uma parte
Tendo da outra parte a Cruz

Neste terço de Lisboa
Desta vez ide alistado;
Que um terço com tal soldado
Segurar pode a Coroa

Bem podeis lançar a quadra
De vossa esquadra o troféu
Pois das esquadras do céu
Sois sempre cabo de esquadra¹⁷⁷.

A partir deste momento, o santo não mais deixou seus companheiros de fardamento. Logo depois, assentou praça no Segundo Regimento de Infantaria, por alvará de D. Pedro II, de 24 de janeiro de 1668, recebendo soldo de 10\$000, sendo sua fiadora¹⁷⁸ a Rainha dos Anjos¹⁷⁹,

Que a 24 de Janeiro de 1668, por ordem de SM D. Pedro II, então príncipe regente do Reino de Portugal, foi Santo Antônio alistado como soldado raso n'este regimento de Infantaria de Lagos, logo no princípio que se formou, por ordem do mesmo príncipe; e de tal entrada no serviço militar se formou um registro do regimento, folhas 149-v. e onde deu por fiadora a Rainha dos Anjos Maria Santíssima, que se tornou responsável em como não havia de desertar do seu regimento, mas pelo contrário se conservaria sempre como bom soldado junto das suas bandeiras e assim santo continuou a servir, e afazer serviço na qualidade de soldado raso no regimento até 12 de setembro de 1683, no qual dia o mesmo príncipe regente foi elevado a Rei de Portugal, pelo falecimento de seu irmão D. Afonso VI; e neste mesmo dia SM promoveu Santo Antônio ao posto de Capitão do regimento, por se ter pouco antes posto corajosamente à frente dum destacamento do regimento, que estava marchando de Jorumenho para a guarnição de Olivença, ambas na província do Alemtejo, e posto em fuga um forte corpo de castelhanos em número quatro vezes maior do que a gente do referido destacamento, o qual

¹⁷⁷ Versos de Sebastiam da Fonseca e Paiva. *Redondilhas a Santo Antônio alistarse por soldado na occasiam da Campanha do Alem-Tejo no anno de 1665, s.d., apud* AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit.

¹⁷⁸ Cada distrito estava obrigado a fornecer um certo número de recrutas, os quais deveriam ser filhos de mercadores, negociantes, camponeses, lavradores, etc. Habitante do distrito, o pai, o irmão, algum parente, ou outra pessoa idônea ficaria responsável pelo bom comportamento de cada recruta e, se ele desertasse, era obrigado a apresentar outro, pelo qual também ficaria responsável. É este o motivo que é aceito para que Santo Antônio tivesse dado por seu fiador a Virgem Maria.

¹⁷⁹ PEREIRA, Vital Prudêncio Alves. "Um livro de escripturação militar do século XVIII", in *Revista militar*, vol. XXXVI, 1884, pp. 565s.

corpo tinha sido posto prisioneiro para Badajoz, tendo o inimigo por meio de espões obtido esclarecimentos a respeito de sua marcha¹⁸⁰.

Podemos afirmar que, em 1702, ao serem aprovados os estatutos da Irmandade de Santo Antônio do mesmo regimento, já a guarnição o tinha por padroeiro e que, a partir de 2 de dezembro de 1733, lhe começou a ser abonado o soldo de capitão, como resulta da Carta Régia dirigida por D. João V ao juiz e presidente da referida Irmandade¹⁸¹. Ainda em Lagos, recebe um aumento em seu soldo, conforme consta de dois mapas do regimento da cidade, que dizem respeito aos anos de 1778 a 1784. Assim, a partir de 1780, é possível verificar através destes documentos que “vence o senhor Santo Antônio como protetor do regimento 15\$000 réis”¹⁸².

Em 1762, Santo Antônio reapareceria para dar seu valimento. O local agora era nas muralhas da Praça de Almeida, animando a resistência ao invasor espanhol e francês ao recusar Portugal a sua adesão ao Pacto de Família. Na Biblioteca da Escola do Exército encontra-se um manuscrito intitulado *Notícias dos Sucessos da Guerra de Hespanha e França contra Portugal no anno de 1762, reynando em Portugal o Fidelíssimo e Augustissimo sr. D. Joze I brevemente compiladas por M.P. Presbítero da Congregação do Oratório*, onde, ao se referirem aos dois ataques das tropas espanholas contra Almeida, se lê, em relação ao primeiro, que “presidiu a esta ação Santo Antônio que estava nas muralhas da praça” e, pouco depois, ao descrever o segundo, “também presidiu da muralha o nosso generalíssimo Santo Antônio”¹⁸³.

Em comemoração pelos sucessos alcançados nesta heróica defesa e pela proveitosa intervenção de Santo Antônio, logo nos primeiros dias do reinado de D. Maria I, lhe foi entregue pelo Major do Regimento de Lagos, D. Hercules Antonio Carlos Luiz José Maria de Albuquerque e Araújo de Magalhães Homem, uma petição, solicitando a promoção de Santo Antônio ao posto de Major agregado do mesmo Regimento, estando esta petição acompanhada de 59 certificados, que descreviam os milagres e os serviços prestados pelo

¹⁸⁰ Atestado entregue a D. Maria I pelo Major do Regimento de Lagos, D. Hercules Antonio Carlos Luiz José Maria de Albuquerque e Araújo de Magalhães Homem, solicitando a promoção de Santo Antônio ao posto de Major agregado do mesmo regimento, *apud* AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

¹⁸¹ ROCHA, Manuel João Paulo. *As forças militares de Lagos nas guerras de Restauração e Peninsular e nas Pugnas pela liberdade* [s.n.], 1910, p. 145.

¹⁸² Carta Régia de 7 de agosto de 1780, dirigida pela Rainha D. Maria I ao Governador interino do Reino do Algarve.

¹⁸³ *Apud* LIMA FERREIRA, Henrique de Campos. *Santo Antônio militar* – Boletim do Arquivo Histórico militar, Vol. IX, 1939, pp. 236-237.

Capitão Santo Antônio, e ainda por um atestado no qual se certificava não existir nota alguma de mau comportamento ou irregularidade pelo Santo praticada¹⁸⁴.

Segundo o documento, Santo Antônio não havia sofrido com açoite, prisão e não havia sido punido de qualquer modo, durante o tempo que serviu como soldado. O santo servira como capitão por quase “cem anos” e cumprira, constantemente, com suas obrigações, com muito prazer em todas as ocasiões, tanto na paz como na guerra. Por isto, dizia o documento, os que serviram com o santo soldado podiam dar testemunho dos feitos milagrosos e de seu bom comportamento como fidalgo e oficial. Portanto, o santo era merecedor do posto de Major agregado ao regimento e de quaisquer outras honrarias que pudesse S.M. conferir ao santo protetor¹⁸⁵.

O pedido teve resposta favorável, a rainha o promove a Coronel, porém com o mesmo soldo marcado por D. Pedro II: 300\$000 réis. Não cessaria por aí a carreira castrense de Santo Antônio, que seria presença constante nas jornadas militares, já que, no Regimento de Infantaria nº 19 de Cascais, Santo Antônio foi padroeiro e protetor, cabendo-lhe loas pela vitória na Batalha do Bussaco, na guerra Peninsular, onde sua proteção mais se evidenciou. Segundo os soldados, o santo foi feito prisioneiro pelos franceses, que se haviam se espantado com tal soldado que sobraçava um “menino formosíssimo”¹⁸⁶. Revoltados, seus amigos e companheiros de farda do Regimento nº 19, indignados com a prisão do destemido santo que sempre esteve ao lado dos portugueses, deram uma carga tão pesada e violenta sobre os franceses, que passou este fato à história militar portuguesa como uma das suas melhores e mais vitoriosas páginas. Assim, a força para a vitória teria vindo do próprio Santo Antônio, que mais tarde seria promovido ao posto de Tenente-Coronel.

Antônio, o santo português que conseguia transitar pelos vários espaços e estratos sociais, também faria crescer sua auréola em outros territórios. Empenhados em conquistar novas terras, os portugueses não abandonaram o ideal missionário. Santo Antônio seria um dos principais santos escolhidos para patrocinar as viagens e inspirar os conquistadores. Assim, a devoção ao santinho lisboeta se expandiria juntamente com o Império português. Ele poderia agora luzir para o mundo e se tornar, realmente, santo de todo o universo.

¹⁸⁴ No Regimento de Infantaria de Peniche, que, a partir de 1808, passou a ser denominado de Regimento de Infantaria nº 13, também teve Santo Antônio como padroeiro, mandou-se erigir, à sua custa, uma famosa ermida, próximo à Capela. Por uma provisão de D. Pedro II, e a pedido dos oficiais e soldados do Regimento, foi concedido a Santo Antônio o posto de Alferes, vencendo soldo mensal de 6\$000 réis.

¹⁸⁵ Atestado entregue a D. Maria I pelo Major do Regimento de Lagos, D. Hercules Antonio Carlos Luiz José Maria de Albuquerque e Araújo de Magalhães Homem, solicitando a promoção de Santo Antônio ao posto de Major agregado do mesmo regimento, *apud* AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

¹⁸⁶ BRANCO, Manuel Bernardes. *O padre Santo Antônio...*, *op. cit.*

Capítulo 3 **Santo Universal**

(...) porque Santo Antônio sendo um só é todos os Santos.
(Padre Antônio Vieira)

O poder real português em fins do século XV e início do XVI era cristalizado e tivera legitimação no processo de expansão, a partir da cruzada contra os infiéis e pela reconquista do território. A condução da palavra de Deus aos pagãos que não a conheciam se tornou a grande justificativa ideológica para a dominação dos povos que seriam conquistados como elemento que reforçaria o poder real. Segundo o padre Antonio Vieira,

(...) os outros homens tem por obrigação ser católicos, mas o português tem obrigação de ser católico e de ser apostólico, ou seja, os outros cristãos tem por obrigação de crer a fé, e os portugueses tem obrigação de crer e mais de a propagar¹⁸⁷.

A propagação da fé católica estava então vinculada diretamente à grande empreitada de devassamento do mundo, e o exemplo vinha de cima, do próprio rei. Segundo Antônio Vieira¹⁸⁸, em seu célebre sermão,

‘(...) todos os reis são de Deus feitos pelos homens: o rei de Portugal é de Deus e feito por Deus e por isso mais propriamente seu’, o próprio Deus também dava exemplo ao eleger os portugueses dentre os demais povos, como numa repetição da história de Israel, a formação de um novo império católico sob a égide de Portugal, onde o seu monarca seria também o chefe deste novo Reino, anunciado pelos profetas, o Quinto Império que Vieira associaria ao rei esperado D. João IV em suas profecias¹⁸⁹.

Neste sentido, a fé católica associava-se intimamente à empresa ultramarina, formando uma união entre a cruz e a espada, traço típico da colonização portuguesa, segundo Boxer¹⁹⁰. O direito do padroado português, que tendeu a servir, sobretudo, de instrumento para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa, traduziu-se na transferência para as ordens regulares da maior parte das obrigações em relação à manutenção do culto, o que permitia a utilização da receita dos dízimos para outros fins¹⁹¹. Juntos, missionários e soldados cruzaram oceanos em prol da dilatação da fé, da colonização e do fortalecimento do poder monárquico.

Nestes tempos, naus portuguesas eram um espaço onde a fé se manifestava como elemento de dissipação dos males causados pelas longas travessias marítimas, quando os homens por vezes tinham de disputar os alimentos entre si e com os ratos e as baratas que também habitavam aquelas embarcações. Daí, a obrigatoriedade da disciplina rígida a bordo, para que não houvesse possíveis violências. É neste contexto que as comemorações dos santos padroeiros ou dos santos diários encontravam amparo como forma de sociabilidade,

¹⁸⁷ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., p. 66.

¹⁸⁸ *Idem*, pp. 66-67.

¹⁸⁹ *Idem*, *De profecia e Inquisição*. Brasília, Senado Federal, 2001, p.35. A profecia aqui destacada é a interpretação que fez Daniel do sonho do rei Nabucodonosor sobre o quinto reino que, segundo a profecia, aniquilaria todos os outros reinos. (A Bíblia de Jerusalém, Daniel II, 29-45.)

¹⁹⁰ BOXER, C.R. *A Igreja e a expansão ibérica*. Trad., Lisboa: Edições 70, 1981.

¹⁹¹ VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, op. cit., pp. 466-467.

quebrando as hierarquias e promovendo um momento de “elevação mental a Deus”, pois nos navios a rotina maçante e repetitiva só era quebrada pelos jogos de azar, proibidos pelos clérigos embarcados, mas tolerada pelos oficiais. Assim, a única diversão permitida e consentida era exatamente o festejo dos santos, que eram utilizados, segundo Fábio Pestana Ramos, primeiramente para a proteção divina nas viagens contra os possíveis infortúnios que pudessem assolar as embarcações, mas também como forma de dissipar e dispersar a violência, mantendo a ordem necessária sem perder o espírito de fé¹⁹².

A expansão portuguesa, primeiro em direção à África, depois ao Oriente e por fim à América, esteve desde cedo vinculada àquele espírito missionário, já destacado por Vieira, e que estaria, em última instância, associado à fundação do reino, que estava carregada de legitimação divina ao poder real.

Santo Antônio apareceria, então, intimamente ligado a este processo de expansão, viajando junto com os portugueses de modo a protegê-los dos perigos do indômito mar e a ajudar a dilatar a fé entre os povos¹⁹³. Entre novos povos e gentes, é na função de deparador que Santo Antônio mais se destaca, recuperando e restituindo aos legítimos donos seus objetos e bens perdidos, defendendo os interesses lusos, auxiliando os que necessitavam de proteção divina, protegendo as cidades portuguesas e as conquistadas por Portugal de todos que as quisessem usurpá-las.

3.1) Devção antoniana no Império português na África

Segundo Gomes Eanes Zurara, Portugal possuía cinco razões principais que motivaram D. Henrique, em fins do século XV, na busca pela Guiné: conhecer mares envoltos em histórias obscuras; encetar comércio com povos cristãos que lá houvesse ou com portos que o aceitassem; avaliar o poder dos mouros sobre aquelas terras; saber se lá havia príncipes cristãos que pudessem ajudar na luta contra o inimigo e trazer à fé cristã todas as almas que se quisessem salvar¹⁹⁴.

¹⁹² RAMOS, Fábio Pestana. “Os festejos dos santos a bordo das embarcações portuguesas dos séculos XVI e XVII: sociabilização ou controle social?”, in JANCÓS, Istvan & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3), pp. 905-918.

¹⁹³ Como santo de todo o mundo, não deixa de auxiliar nem mesmo o maior rival português, sendo investido como Almirante de Espanha. Cf. KLEINSCHMIDT, Frei Beda. *Antonius von Pádua*. Düsseldorf, 1931, p. 359, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 108.

¹⁹⁴ Cf. ZURARA. *Crônica do Descobrimento e da conquista de Guiné ou Crônica dos feitos de Guine*, v. II, Cap. VII. Edição com introdução e notas do Visconde de Santarém, Paris, 1841.

As crônicas régias tinham por objetivo justificar ideologicamente as conquistas portuguesas. Enquanto cronista oficial da corte, Zurara (c.1420-1473/74) perpetua a glória dos que praticaram grandes feitos, de modo que eles ou seus descendentes recebam por estes feitos as merecidas recompensas régias. O estilo de Zurara estava de acordo com o caráter panegirista da sua história, e exprime as preocupações de vida luxuosa e requintada da corte de D. Afonso V, que, a exemplo dos duques de Borgonha, se adornava já com as primeiras influências da Antigüidade greco-latina, sendo recheado de hipérboles e citações.

É Marina de Mello e Souza quem nos diz sobre o esforço missionário dos portugueses nas costas africanas, pois,

Apesar do esforço dos missionários e do empenho da política real portuguesa, a cristianização da costa africana então conhecida como Guiné, à qual se refere o relato do cronista [Zurara], ficou muitíssimo aquém das expectativas e do que a crônica oficial deixava transparecer. [...] Dessa forma, aprisionando mouros, e quando estes tornaram-se esquivos ao perceber as intenções das expedições, homens das ‘terras dos negros’, os portugueses faziam um ‘santo serviço’ e Deus, em ‘cujo poder está a vitória’, sabia de suas vontades¹⁹⁵.

Ao enveredarmos nos caminhos percorridos pelos portugueses nesta empreitada de desbravamento dos mares e da costa africana, em busca de um caminho para as Índias, onde encontrariam metais preciosos e também almas para converter à santa fé, é que D. João II, em 1485, envia uma expedição marítima ao estuário do rio Zaire, no Reino do Congo, comandada por Diogo Cão. A missão tinha o claro objetivo de fazer contatos pacíficos com os locais. Porém, como relata Marina de Mello e Souza, ao chegarem, enviaram missionários ao interior do continente. Mas, como demoraram estes a retornar, resolveram seus companheiros partir sem eles, levando consigo alguns reféns, que foram introduzidos nos hábitos, na língua e principalmente no estudo da religião católica, o que fez o *mani* congo, em 1489, enviar uma embaixada ao rei português para demonstrar seu interesse em aderir e abraçar a religião oferecida pelos visitantes. Assim, durante o ano seguinte, os enviados do *mani* congo permaneceram em Portugal “aprendendo o português, os princípios do catolicismo e se iniciando nos costumes da sociedade portuguesa”¹⁹⁶.

O Rei português, D. João II, passa então por um processo de “endeusamento” pelos congoleses, que começam a associar sua figura com *Nzambi Mpungu*, entidade associada a um deus em *kikongo*. Os portugueses foram vistos como enviados da terra dos mortos, pois, na cosmologia congolesa, o mundo estaria dividido em duas partes. A primeira seria o mundo

¹⁹⁵ SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: historia da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 40-41.

¹⁹⁶ *Idem*, pp. 52-53.

dos eventos perceptíveis e a segunda, a que se sobressaía pelas causas invisíveis, provocadoras dos acontecimentos percebidos. O mundo visível seria habitado por gente negra, que nele aparece e desaparece através do nascimento e da morte, e que experimenta tribulações provocadas pelas forças negativas e ruins contra as quais se busca a proteção dos poderes voltados para o bem. O mundo invisível seria um espaço habitado por ancestrais e espíritos que afetariam a vida das pessoas do mundo visível, e as duas principais vias de comunicação entre os dois mundos eram a água ou os túmulos. Para os bacongus, os mortos tinham cor branca e requeriam sempre presentes, obediência e poderiam em troca conferir parte de seus poderes aos vivos.

Deste modo, para os congoleses, os brancos portugueses que provinham da água, aparelhados de coisas nunca então vistas pelos africanos, ofereciam uma gama de representações simbólicas que seriam interpretadas pelos africanos como ligadas a um culto vigente. Seria este culto readaptado de acordo com as novas concepções trazidas pelos portugueses, que não se furtaram em introduzir seus objetos sagrados na cultura congolesa, tendo sido prontamente incorporados pelos chefes que acreditavam assim ter seus poderes fortalecidos, acatando também as novas ordens dos clérigos, que trocavam os objetos de devoção denominados *minkisi* pelos africanos por objetos devocionais católicos, como, por exemplo, as cruzes, que foram aceitas por já representarem um símbolo de grande importância para os africanos, pois representava a relação entre os mundos natural e sobrenatural.

Exemplo mais extremado de como este catolicismo foi reinterpretado é o movimento conhecido como “antoniano”, que eclodiu no final do século XVIII e levou à fogueira a sua líder, Beatriz Kimpa Vita, que se dizia possuída por Santo Antônio e freqüentadora assídua do reino celeste, ao qual chegava por meio de sonos catalépticos¹⁹⁷:

Dizendo-se possuída por Santo Antonio e pregando a reunificação e pacificação do Reino, liderou uma retomada de São Salvador, símbolo maior do Congo unificado. Depois de uma doença, Kimpa Vita disse ter morrido e renascido com Santo Antonio em sua cabeça, numa típica manifestação de cristianismo africano no qual símbolos cristãos foram reinterpretados conforme a estrutura religiosa congolesa¹⁹⁸.

Além do caráter político deste movimento, devemos também considerar o movimento religioso que se desenhava por detrás. Quando Kimpa Vita incorporava Santo Antônio, por meio da morte e da ressurreição que aconteciam a cada semana, estava manifestando um cristianismo africanizado, no qual símbolos cristãos foram reinterpretados segundo a estrutura

¹⁹⁷ *Idem.*

¹⁹⁸ *Idem*, p. 81.

religiosa congoleza. A líder africana foi prontamente apontada pelos capuchinhos, que então atuavam no Congo, como herética. Porém, devemos entender esta manifestação no campo da discussão entre a Pregação e a Recepção. Segundo Peter Burke¹⁹⁹, a ênfase não se encontra no doador, ou seja, naquele que prega a ortodoxia. A ênfase está na figura do receptor, pois o que é recebido é sempre diferente do que foi originalmente transmitido, porque os receptores, de maneira consciente ou não, interpretam e adaptam as idéias, os costumes, as imagens e tudo o que lhes é oferecido. Assim, tudo o que é recebido é recebido à maneira do receptor. Desta forma, deixamos de lado a idéia de “reprodução”, pois percebemos que a fé difundida entre os povos africanos foi reinterpretada e relida segundo o contexto e as necessidades, fazendo de Santo Antônio um grande articulador e chefe de um movimento revolucionário, uma vez que Beatriz Kimpa Vita dizia incorporá-lo. Devia evidentemente haver uma grande difusão de seu culto, de imagens e orações que propiciaram tal distorção.

Envolvido nas querelas políticas do reino do Congo, Santo Antônio estaria desde já associado aos negros, que mais tarde também o levariam, à sua moda, para as terras brasílicas. No continente africano, o santo fez devotos também em Angola, onde obteria o posto de Capitão de Infantaria, quando o Conde do Lavradio, Governador e Capitão- General da Província, em carta de 28 de julho de 1749, comunica a el-Rey D. João V que achara naquela cidade (Luanda) o senhor Santo Antônio com praça de Alferes. E mais: que a conseguira muitos anos depois de ter o posto de soldado. Era tão grande a fé nos milagres do santo que a ele se atribuíam todas as vitórias alcançadas nas guerras contra os gentios, o próprio gentio – prossegue o governador – não conhecendo a Deus, venerava Santo Antônio e os do Congo chamavam-lhe Deus, sendo raros os que não traziam a imagem do santo no pescoço²⁰⁰.

Diante de tamanha devoção dedicada ao santo, o governador não teve dúvidas em solicitar ao Rei que aumentasse o posto do santo, fazendo-lhe mercê do posto de Capitão de Infantaria, “com o soldo que tem os do terço pago daquela praça, para que com ele bem possa conservar e aumentar os grandes cultos com que o festejam sempre”. Atendendo a seu fiel vassalo, o Rei português D. José não se furta a declarar, em 16 de setembro de 1750, ser “servido que sente praça de Capitão de Infantaria com o soldo na forma da proposta do governador”²⁰¹.

¹⁹⁹ BURKE, Peter. *Variadas de historia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 248-251.

²⁰⁰ AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa: oficial do exército e herói nacional*. Lisboa, 1952.

²⁰¹ *Apud* AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

Além de Angola, Moçambique também abrigou o poderoso soldado da fé em suas fileiras, assentando praça de Capitão de Fuzileiros²⁰².

3.2) Santo Antonio no Império português do Oriente

Em fins do século XV, D. Manuel I (1469-1521), com o claro intento de aumentar seus domínios, passou ao navegador Pedro Álvares Cabral as instruções, nas vésperas da partida para as Índias: promover comércio com o Oriente e dilatar a Cristandade, pois os mouros oprimiam os cristãos na África e no Oriente, sendo uma constante ameaça para a Península Ibérica. Assim, era o momento de conquistar territórios e apresentar aos mouros o Cristo Salvador²⁰³.

As viagens pelos mares bravios até as Índias foram consideradas durante longo período de tempo como uma das mais árduas. A travessia passava pelo Cabo da Boa Esperança, depois de fazer escala na Bahia, e demorava, em média, de seis a oito meses, devendo os navios sair de Lisboa na segunda quinzena de março ou na primeira de abril, a tempo de dobrarem o Cabo em julho e chegarem a Goa em setembro ou outubro. Esta viagem ganhou grande fama pela imensa quantidade de almas perdidas com os naufrágios, muitas delas descritas pelos sobreviventes na famosa *História trágico-marítima*, compilada por Bernardo Gomes de Brito, no século XVII²⁰⁴. Nesta fonte, encontramos uma enorme gama de desesperados relatos onde vemos

(...) ladainhas, padres a ouvir confissões *in extremis*, batéis superlotados, marinheiros a desafiar capitães, gritos, assassinatos, tentativas, por vezes vãs, de organizar os escolhidos para os batéis, priorizando-se os nobres e clérigos e deixando-se ‘pessoas menos gradas’ para os tubarões²⁰⁵.

Deste modo, D. Manuel I não se limitou apenas a nomear capelães que atenderiam ao bem espiritual de todos aqueles que tomariam parte nas expedições, mas fez serem acompanhados de oito franciscanos e oito diocesanos, que seriam capelães das fortalezas e

²⁰² *Idem*.

²⁰³ SILVA, Carmo da. “Culto de Santo Antônio em Goa”, in Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. *Actas*, Volume II, Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa, Braga, 1996, pp. 937-943.

²⁰⁴ Esta é compilação realizada por Gomes de Brito de folhetos impressos ou manuscritos referentes a naufrágios. Os mais antigos destes folhetos remontam a meados do século XVI. Cf. BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima (1735-1736)*. Nova edição com apresentação de Ana Miranda e introdução de Alexei Bueno. Lisboa: Contraponto, 1998.

²⁰⁵ FARIA, Sheila de Castro. “Navegação”, in VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*, op. cit., pp. 423-424.

das feitorias, enquanto os primeiros se dedicariam ao trabalho missionário. Através destes últimos, espalhou-se na Índia a devoção ao “Santo de todo o mundo”.

É constante na cidade de Goa a invocação a Santo Antônio. A população percebe nele as marcas deixadas por sua hagiografia, que o tornavam um santo capaz de curar enfermidades, que pregou aos peixes, que converteu hereges, que estimulou ricos a socorrer pobres, que assegurava as provisões, que ajudava a encontrar companheiros de vida, futuros companheiros de eternidade, e que, sobretudo, encontra coisas perdidas ou roubadas²⁰⁶. Inúmeros templos, capelas e igrejas foram erguidos sob patrocínio do santo e em quase todos os lares podiam ser encontrados painéis em seu louvor e até por vezes nas esquinas das ruas.

Aos Franciscanos coube a evangelização no concelho de *Bardês*, mas a devoção não se prendeu a estes territórios, espalhando-se por áreas de influência dominicana e jesuítica. Em Goa, Santo Antônio é tornado patrono dos oficiais e soldados bem como dos marinheiros, sendo-lhe conferida a patente de Capitão de Artilharia, mas a Fazenda Pública lhe atribui o salário de Segundo-Tenente, porque não estava em serviço ativo. Assim, era-lhe devida todos os anos a quantia de 552 xerafins, ou seja, 230 rúpias, pagos pela tesouraria das tropas²⁰⁷. Todos os anos, na véspera de sua festa, a imagem do santo era levada à porta da Fazenda Pública e o tesoureiro, respeitosa, punha nas suas mãos o seu soldo²⁰⁸.

Tão enraizado era o costume – cria-se que tantos benefícios trazia para a cidade ter tão venerável soldado – que, em 1738, quando o Governador Barão de Sabroso quis pôr termo a este costume, o povo de Goa previu um sério castigo dos céus pelo não pagamento dos serviços prestados por Santo Antônio. Conta-se que, no mesmo ano, no dia em que devia receber o soldo que fora negado, o mesmo governador sofreu grave acidente que veio resultar na sua morte²⁰⁹.

Em outra ocasião, o Visconde de Vila Nova de Ourém pretendeu acabar com o tradicional feriado de 13 de junho, dia dedicado ao santo, ao que o povo prontamente se pôs a protestar. Conta-se que o feriado só foi restituído após o dito Visconde sofrer uma queda do cavalo que montava, percebendo que não devia levar à frente seus planos. Alguns anos mais tarde, o Contra-Almirante Caetano de Albuquerque acabou novamente com o feriado, mas, como “castigo celeste”, foi substituído pelo Visconde de Paço de Arcos, que o restituiu²¹⁰.

²⁰⁶ SILVA, Carmo da. “Culto de Santo Antônio em Goa”, *op. cit.*, pp. 937-943.

²⁰⁷ AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

²⁰⁸ NAZARETH, J. M. do Carmo. “Soldos de santo Antônio”, in *Revista O Oriente Português*. Nova Goa, 1905, vol. II, p. 202.

²⁰⁹ SILVA, Carmo da. “Culto de Santo Antônio em Goa”, *op. cit.*, pp. 937-943.

²¹⁰ *Idem.*

Assim, todas as capelas dedicadas a Santo Antônio foram muito visitadas e as trezenas em sua honra eram bastante concorridas. Vários milagres lhe são atribuídos, como o caso em que puseram um prelado, Frei Brás dos Anjos, para acelerar as obras de uma Igreja, que estava sendo erigida em honra a Santo Antônio em *Siolim*. Enquanto duravam as obras, os habitantes avistavam sempre uma cobra de capelo, mas não conseguiam capturá-la, pois logo desaparecia entre as folhas. O prelado, disposto a abandonar a obra e retornar ao Convento, fez uma última tentativa, dirigindo-se até o altar do santo e fazendo a seguinte prece:

Eu com muito gosto aceitei este trabalho de correr com as obras desta Igreja por ser vossa, porém já me não atrevo a estar aqui mais porque sendo assombrado com esta cobra de capelo que aqui está; por onde levai-me em conta e perdoai-me, que vos deixo e me vou para o convento²¹¹.

Segundo os relatos, no dia seguinte, pela manhã, viu-se a cobra toda embrulhada no santo, com a cabeça posta entre o seu braço e o Menino Jesus que tinha sobre o livro. Assim, aproveitaram a valorosa ajuda do santo, capturaram o animal e o mataram. Através de milagres como este a devoção ao santo passou a ser mais evidente. Na cidade de Goa, Santo Antônio não era apenas o santo militar, atuava em outros setores, como nos aponta Gomes Teixeira, relatando o santo como acionista de sociedades anônimas e, para lhe serem agradáveis, eram distribuídos pelos pobres os dividendos que lhe competiam²¹². No coração de todos os goeses, Santo Antônio extrapolava a qualidade de santo e, como viria a ocorrer no Brasil Colonial, o santo parecia incorporar-se como membro da família, sendo venerado como poderoso intercessor cotidiano e grande amigo e companheiro nas batalhas diárias.

Ainda no âmbito do catolicismo oriental, percebemos Santo Antônio também com patente militar em Macau, onde teve praça assente de soldado até 1780, quando se determinou que cada fortaleza tivesse de sua guarnição, realmente, vinte soldados efetivos. Mas, três anos depois, foi novamente “recrutado” como capitão, com o título de Capitão da Cidade, através do pedido feito pelo Senado da Câmara em prol do restabelecimento do pagamento do soldo para que não cessasse a sua proteção, alegando ser este o motivo pelo qual se suspendeu o soldo, e a

(...) falta desta praça que se applicava ao culto deste glorioso santo: rogou este Senado que lha fizesse conferir dando-lhe outra vez alta na matrícula como consta da carta que remetemos a V. Ex^a a copia²¹³.

Assim, o mesmo Senado, reconhecendo a necessidade da proteção do santo e

²¹¹ *Idem*.

²¹² TEIXEIRA, F. Gomes. *Santo Antônio de Lisboa*. Lisboa, 1931, p. 5.

²¹³ Carta do Leal Senado de Macao de Vinte e sete de dezembro de 1780. Arquivo do Leal Senado de Macau – X, *apud* AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

(...) para se ter atenção ao mesmo glorioso santo português se lhe mandou assentar a sua praça com o vencimento do soldo de Capitão cõ o título de – Capitão da Cidade – do qual acórdão se fez termo que them remetemos a cópia a V. Ex^a. Espera este Senado que por intercessão deste glorioso santo ter muitos aumentos e felicidades esta cidade e que V. Ex^a a lhe confirme esta tão santa e justa resolução que tomou a este respeito²¹⁴.

Do mesmo modo, a poderosa intercessão do “glorioso santo” era motivo mais do que importante para que fosse aceito o pedido e para que Santo Antônio pudesse gozar do soldo que lhe cabia pelos prestimosos serviços que eram prestados em prol dos que acreditavam no seu poder. O soldo do santo, motivo das desgraças que recaíam sobre a cidade, desde que tinha sido suspenso, passou então a ser religiosamente pago e solenemente entregue ao Capitão Santo Antônio. O pagamento era levado pelo tesoureiro da Câmara em uma bolsa com o seguinte letreiro: **“Soldo de Capitão da Cidade que tem vencido athe o dia treze deste mez o glorioso Sr. Santo Antônio o que lhe remete o nosso Senado”** [grifo meu]. A bolsa, contendo o soldo, era entregue ao porteiro da Igreja para que este então o conduzisse até o cruzeiro, onde também se encontrava a imagem de Santo Antônio. Ali, o tesoureiro, acompanhado do vigário da igreja, pegava novamente o soldo das mãos do porteiro e o depositava aos pés do santo. Nesse momento, os sinos repicavam em honra ao Capitão Santo Antônio. O tesoureiro e os demais membros da Câmara que o acompanhavam faziam suas orações, ainda aos pés do santo, e só se retiravam após lhes ser entregue o recibo do pagamento, saindo acompanhados do vigário até a saída, onde se encontrava

(...) a Companhia de Militar a porta da mesma Igreja com as armas ensarilho e não houve obstáculo algum para passar em cadeiras, os mesmos condutores athe se apiarem a porta; e esta hí a forma com que se fez este serio acto²¹⁵.

Entidade presente na vida comunitária, Santo Antônio conjugou, segundo os devotos, a função de prestimoso militar nas batalhas e nos embates diários, ultrapassando as barreiras impostas por costumes diversos nas regiões anexadas pelo Império luso. Salvo Nossa Senhora, talvez nenhum outro santo tenha alcançado tal plasticidade nos domínios ultramarinos. Como grande ícone de devoção e fé, Santo Antônio atravessaria também o Atlântico, dando seu valimento aos que no Novo Mundo o invocassem como protetor, penetrando na crença popular das gentes da América portuguesa.

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ *Declaração da forma com que foy entregue o soldo de Santo Antônio ao vigário da sua Igreja no dia da vespora de sua festa.* Arquivo do Leal Senado – XVIII, apud AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit.

Parte III

Santo Antônio do Brasil Colonial

Capítulo 4

Imaginário e Colonização: entre Deus e o Diabo na Terra de Santa Cruz

*E não nos exponha à tentação,
Mas livra-nos do Maligno.
(Mateus, 6, 13.)*

A conquista da América foi sem dúvida o mais surpreendente e espantoso fato da história dos homens, pois inaugurava um novo tempo, diferente de todos os outros, já que os europeus não ignoravam por completo a existência da África, da Índia ou da China, mas a América trazia o elemento da totalidade, já que os homens descobriram esta totalidade de que faziam parte, pois até então formavam uma parte sem todo²¹⁶. Desta forma, todo um universo imaginário se descortina neste novo fato, sendo simultaneamente fecundado por ele. Os olhos europeus procuravam a confirmação do que já sabiam através dos relatos de viajantes que nunca dantes haviam navegado por estes mares, e numa época em que ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvia dizer, onde tudo era filtrado pelos famosos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas e de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido²¹⁷.

É neste sentido que se desdobra o processo de conquista do continente americano. Como união do real com o imaginário, que ocupava lugar de destaque no ocidente cristão, que acreditava na existência do Equador, dos trópicos, de cinco zonas climáticas, três continentes, três mares e doze ventos, o que deslocava a Europa setentrional e o Atlântico para o imaginário. Assim como o Índico, porém com a familiaridade adquirida com as viagens dos exploradores medievais neste grande mar, os países lendários e as humanidades monstruosas foram sendo empurrados para as regiões mais afastadas e distantes, deslocando os mitos índicos para o universo Atlântico, que passa a ser visto como fantástico²¹⁸, reduto derradeiro das humanidades monstruosas, do Reino do Preste João ou no reino do próprio demônio, que aqui travaria embate contra a Cruz de Cristo²¹⁹.

A lenda do Preste João demonstra um movimento de migração geográfica no imaginário europeu que decorre do grande devassamento de terras desconhecidas, relacionando-se desta maneira estreitamente com as navegações portuguesas e com os descobrimentos.

Assim, Sérgio Buarque de Holanda²²⁰ acreditava que a lenda do Reino do Preste João, que unia as noções de reino perfeito associado ao paraíso terrestre e que foi colorido com elementos edênicos, como a abundância alimentar, a inexistência de trabalho humano para a obtenção de alimentos, a superioridade do rei com relação a seus inimigos e as fontes que garantissem a eterna juventude dos habitantes, teria sido simplificado e desbotado pelos

²¹⁶ Cf. TODOROV, T. *A conquista da América – a questão do outro*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, pp. 6-7.

²¹⁷ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp. 21-22.

²¹⁸ *Idem*, pp. 25-26.

²¹⁹ Cf. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*, São Paulo, Melhoramentos, s.d., p. 15.

²²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, São Paulo: Publifolha, 2000, p.140.

portugueses, que a inscreveram na gênese da empresa de devassamento do mundo. Deste modo, com o deslocamento para o universo Atlântico do mito do Paraíso Terrestre, o descobrimento do que hoje conhecemos como Brasil ocupou no imaginário europeu posição análoga à ocupada anteriormente pelas longínquas terras do Índico. Deslocando os mitos terrestres para o Atlântico, empreendendo e impulsionando as navegações, o Brasil passa a fazer parte do imaginário europeu, onde o bom e o ruim podiam aqui tender à polarização. Isto revelaria uma grande tensão entre o racional e o maravilhoso, entre o pensamento laico e o religioso, entre o poder de Deus e o do Diabo, embate, enfim, entre o bem e o mal, marcando concepções diversas acerca do Novo Mundo, onde o plano religioso ocupava lugar de destaque, mostrando-se presente nos mais diversos setores da vida cotidiana²²¹.

A expansão ocidental caracterizava-se, assim, pela bifrontalidade. Por um lado, incorporando novas terras, sujeitando-as ao poder temporal dos monarcas europeus, e, por outro, atraindo novas “ovelhas” para o rebanho papal.

Os portugueses se imbuíram de um papel missionário, já que, segundo Vieira, os outros homens “tem[tinham] por obrigação ser católicos, mas o português tem[tinha] obrigação de ser católico e de ser apostólico, ou seja, os outros cristãos têm[tinham] por obrigação de crer a fé, e os portugueses têm[tinham] obrigação de crer e mais de a propagar”²²². A propagação da fé católica estava, então, vinculada diretamente à grande empreitada de devassamento do mundo. O exemplo vinha do próprio rei, já que, segundo o jesuíta Antônio Vieira²²³, em seu célebre sermão, “todos os reis são de Deus feitos pelos homens: o rei de Portugal é de Deus e feito por Deus e por isso mais propriamente seu”. O próprio Deus também daria o exemplo, ao eleger os portugueses dentre os demais povos, como numa repetição da história de Israel, para a formação de um novo império católico sob a égide de Portugal, onde o seu monarca seria também o chefe deste novo Reino, anunciado pelos profetas, o Quinto Império, que Vieira associaria ao rei esperado, D. João IV, em suas profecias²²⁴.

Neste sentido, a fé católica associava-se intimamente à empresa ultramarina, formando uma união entre a cruz e a espada, típica da colonização portuguesa, segundo Boxer²²⁵ e também marcadamente presente em Santo Antônio, tanto no que se refere ao seu nascimento,

²²¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Infêrno Atlântico – demonologia e colonização sécs. XVI – XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 23.

²²² VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., p. 66.

²²³ *Idem*, pp. 66-67.

²²⁴ VIEIRA, Antônio. *De profecia e Inquisição*, Brasília, Senado Federal, 2001, in *Sermões*, op. cit., p.35. A profecia aqui destacada é a interpretação que fez Daniel do sonho do rei Nabucodonosor sobre o quinto reino que, segundo a profecia, aniquilaria todos os outros reinos. (A Bíblia de Jerusalém, Daniel II, 29-45).

²²⁵ BOXER, C.R. *A Igreja e a expansão ibérica*, op cit.

em fins do século XII, como nos embates contra bárbaros e árabes e também no que diz respeito à sua providencial atuação militar, defendendo os interesses luso-brasileiros²²⁶. Assim, as caravelas portuguesas eram de Deus, e a cruz de Cristo acompanharia os portugueses, com a espada do rei na tessitura do império colonial e nelas navegavam juntos missionários e soldados em prol da dilatação da fé, da colonização e do fortalecimento do poder monárquico.

O descobrimento é percebido, sobretudo pelos clérigos, como ação divina. Desvendando aos portugueses a natureza edênica que muito se aproximava do Paraíso Terreal, uma vez que a presença divina também se fazia perceber na natureza, reiterando esta presença no universo, tudo, enfim, a manifestava. Por outro lado, a natureza selvagem e indômita e os hábitos ameríndios aproximavam a nova terra do diabólico, já que, para alguns historiadores, Deus e o Diabo viajaram juntos nos porões das caravelas²²⁷. Deslocando os embates entre o bem e o mal para o Novo Mundo, onde nada está dado e tudo pode ser construído e imaginado, ressaltando uma posição onde a nova terra descoberta poderia ser concebida tanto como “visão do paraíso” ou verdadeiro “inferno atlântico”, onde Deus e o Diabo povoavam a Terra de Santa Cruz, travar-se-ia em terras brasílicas um interessante combate pelas almas. Para Rocha Pita²²⁸, o Brasil não era apenas a melhor porção do Novo Mundo, mas era verdadeiramente o Paraíso Terreno.

A presença demoníaca na nova terra estava associada aos hábitos tidos como gentios dos seus habitantes. Era uma humanidade anti-humana, no dizer de Laura de Mello e Souza, que se manifestava no estado de pecado em que viviam os naturais da terra, em comparação com os católicos europeus, caracterizando o Brasil como local por excelência do pecado, formando, portanto, uma grande “colônia pecadora”.

A cobiça, os pecados da carne e a preguiça caracterizavam alguns dos “pecados” dos naturais e mal vistos pelos conquistadores portugueses. A Colônia passava a ser então vista como grande Purgatório, a região onde se pagavam as culpas, pois para tantos pecados não haveria melhor caminho senão o da dureza e do castigo. As terras brasílicas passavam neste caso à “colônia-purgatório” e é Antonil que melhor define a situação vivida, caracterizando o Brasil como inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos. Podemos

²²⁶ Neste sentido, Roberto Ruiz (*Antônio: um santo..., op. cit.*) percebe o contexto de final do século XII, onde os cristãos rogavam ao Salvador que os socorresse, acreditando os fiéis que o Invocado os atendeu, pois é deste período que se registra o nascimento de Santo Antônio.

²²⁷ VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de todos os Santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000, p.12.

²²⁸ PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1950. p. 45.

inferir que, como demonstra Laura de Mello e Souza, o céu do colono branco era o regresso à metrópole, o do escravo negro era a salvação pela fé e, na vigência do estatuto colonial, o purgatório de ambos poderia metamorfosear-se em inferno para o branco, caso recusasse o trabalho sistemático e abraçasse o confronto com a metrópole; a rebelião, para o negro, caso se fechasse no seu universo cultural, aquilombando-se, voltando as costas à cristianização e ao endosso dos valores culturais e políticos do colonizador, matando senhores, almejando a liberdade. Sair do inferno ou mesmo do purgatório implicava romper com a condição colonial. Formava-se aqui, então, uma nova realidade, multifacetada e sincrética. A nova religiosidade, formada pela especificidade da religião vivida pela população colonial, eivada de reminiscências folclóricas européias e colorida pelas contribuições culturais de negros e índios, surgia como ponto fundamental na formação de um catolicismo tipicamente colonial e específico, onde o “viver em colônia” devia muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu²²⁹. Desenhava-se o modelo multifacetado e sincrético do domínio religioso português, organizado pela instituição do padroado, anterior à descoberta e que fazia da Coroa o patrono das missões católicas e das instituições eclesiásticas também no Brasil. Para este catolicismo colonial, percebemos, no dizer de nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, que o Brasil, Colônia portuguesa, surgia sob o signo do Demônio e das projeções do imaginário do homem ocidental²³⁰, principalmente ao explicar o nome Brasil relacionado à madeira cor de brasa e, portanto demoníaca, aludindo ao eterno combate entre o bem e o mal, sendo razão para as desgraças da terra, já que se substituía a cruz de Cristo – Terra de Santa Cruz – pelo tridente demoníaco cor de brasa. Desta forma, a Colônia poderia ser o Paraíso terreal e, ao mesmo tempo, estar intimamente ligada ao jugo demoníaco. A Cruz, fincada sob a chancela de Pedro Álvares Cabral, acompanharia os portugueses, juntamente com a espada do rei no embate contra Satã. Neste contexto, o catolicismo já multifacetado teria por principal função ser o elemento catalisador das cerimônias e dos rituais públicos, funcionando igualmente como eficiente mecanismo de controle social e manutenção da rígida hierarquia da “igreja militante”, tendo nos jesuítas os primeiros organizadores deste catolicismo.

Acerca deste novo catolicismo forjado na Colônia, podemos perceber que, para Eduardo Hoornaert²³¹, existem três características fundamentais para defini-lo e entendê-lo, destacando primeiro sua originalidade, pois era em sua maioria formado por “pretos, mulatos

²²⁹ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa. Edições 70, 1997.

²³⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil...*, *op. cit.*

²³¹ HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro, 1550 – 1800*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 20-24.

e mestiços” que viviam a religião católica de maneira própria, com pouca ou nenhuma influência da Igreja romana; outra característica é o afastamento da hierarquia eclesiástica e a concentração da vivência católica nos engenhos, nas fazendas e nas arraias, onde se destacava a figura do capelão, e que estava relacionado com a fluidez da organização eclesiástica, que teria deixado espaço para a atuação do referido capelão, enfatizando o papel das famílias, resultando num “catolicismo de família”, segundo Gilberto Freyre²³², em que a religiosidade se subordinava à força aglutinadora e organizatória dos engenhos de açúcar. E, por derradeira característica, destaca Hoornaert, um catolicismo marcado pelo conflito, pois admitia a escravidão africana, embora se voltasse com frequência contra o cativo indígena.

A fluidez característica do catolicismo vivido e praticado na Colônia deveu-se ao movimento de sua individualização. Domesticando-o e reinterpretando-o segundo os novos rumos da prática religiosa, pois esta prática e o cotidiano na Colônia se distanciavam cada vez mais da tradição judaica do cristianismo, que designava um duplo caminho para a salvação, sendo necessário primeiro um exercício individual e privado de atos de piedade e comunicação mística direta da criatura com Deus e, por conseguinte, uma prática pública e comunitária dos sacramentos e das cerimônias sacras²³³. Assim, as cerimônias teriam função catalisadora, juntamente com os rituais públicos, funcionando como mecanismo de controle social e manutenção da rígida hierarquia da Igreja, como já foi destacado. Porém, no âmbito colonial, como os centros urbanos eram raros e com débil tradição associativa, as ruas inóspitas pela muita poeira no verão e lama na estação chuvosa, as praças ameaçadoras pela presença inesperada de animais selvagens, índios e negros indômitos, muitas das celebrações religiosas que, no Velho Mundo, tinham lugar ao ar livre, na América Portuguesa ou foram abandonadas ou tiveram de se transferir para dentro dos templos ou ficar restritas à celebração doméstica. Isto dificultava a prática associativa já descrita nos evangelhos: “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome aí estou eu no meio deles”²³⁴.

Para compensar a dispersão espacial e o isolamento social dos colonos na imensidão da América portuguesa, houve, por parte do clero, a necessidade de estímulo à vida eclesial comunitária para manter a hierarquia eclesiástica e controlar seu retil, “um só rebanho, um só pastor”²³⁵. Era necessário exaurir dos fiéis as cobiçadas esmolas, os dízimos e as demais benesses materiais indispensáveis para manter a riqueza do culto e a boa vida dos clérigos, de

²³² FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992, pp. 37-38.

²³³ MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”, in *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²³⁴ A Bíblia de Jerusalém, Mat 18, 19-20, *op. cit.*

²³⁵ *Idem*, Ezequiel 34, 1-30.

modo que algumas obrigações públicas foram mantidas, como a missa obrigatória aos domingos e nos dias santos de guarda, os noventa e oito feriados estabelecidos pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707²³⁶. Foram também mantidas a desobriga pascal e a freqüência aos sacramentos que mantinham os fiéis mais tempo em contato com Deus e principalmente com sua Igreja, que também incentivava e aconselhava a prática das cerimônias e das devoções públicas dentro e fora dos templos, tais como as celebrações da Semana Santa, as freqüentes procissões, as bênçãos do Santíssimo, as trezenas, as novenas e os tríduos dedicados aos múltiplos oragos, as romarias e as Santas missões, onde o apego desmedido à exteriorização designava um catolicismo mágico, afeito antes à imagem do que à coisa figurada, ao aspecto externo mais que o espiritual.

O grande vazio deixado pelo papel tridentino ante a Colônia e os visíveis descaso e despreparo dos clérigos, que, por vezes, chegavam a ignorar a ordem das pessoas da Santíssima Trindade, a maneira certa de se persignar e não sabiam se Cristo ressuscitara ou não, levavam a um cristianismo que se caracterizava por um profundo desconhecimento dos dogmas, pela participação na liturgia sem a compreensão do sentido do sacramento e da própria missa²³⁷.

O mau exemplo e a falta de compostura nas igrejas é um fato amplamente documentado pelos cronistas e viajantes, que percebiam o descaso inclusive dos curas e dos celebrantes. Ora displicentes no trajar, ora irreverentes nos olhares e nas risadas, clérigos e leigos ávidos por aproveitar aqueles preciosos momentos de convívio inter-sexual para fulminarem olhares indiscretos, trocarem bilhetes furtivos e, os mais ousados, tocarem maliciosamente o corpo das donzelas, o que nos demonstra como os locais públicos – e de modo privilegiado o Templo – passam a ser espaço não só para práticas religiosas, mas também ponto de encontro e convívio social entre os colonos nem sempre bem comportados, que desrespeitavam as legislações eclesiásticas. As igrejas, que deveriam servir para se exercitarem nelas atos de devoção e humildade, tornavam-se palco de vaidade e ostentação e, quanto mais importantes as pessoas, tanto maior seria a obrigação de darem bons exemplos²³⁸.

Num catolicismo profundamente marcado por um grande “hibridismo cultural”, segundo Ronaldo Vainfas, ou por um movimento de “colonização do imaginário”, de acordo

²³⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXX.

²³⁷ SIQUEIRA, Sonia. *A inquisição Portuguesa e a sociedade colonial*, São Paulo: Ática, 1978, p. 87.

²³⁸ MOTT, Luiz,. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”, in *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1997., pp. 159-163.

com Gruzinski²³⁹, as muitas influências se manifestaram, montando um grande mosaico religioso. A influência judaica, também existente em Portugal, persistiria e cresceria na Colônia, que se tornara o grande refúgio de judeus e cristãos-novos, depois da intensificação dos trabalhos do Santo Ofício em Portugal. Percebemos, então, que traços católicos, negros, indígenas e judaicos se misturavam, pois, tecendo uma religião sincrética em si mesma e especificamente colonial, uma povoação pecadora por natureza, demoníaca no nome, mas também Santa, de santos católicos interpretados e reinterpretados por todas as culturas, demonstraria a pluralidade que não tardaria a se insinuar na terra de todos os Santos²⁴⁰. Crescia uma tensão entre o múltiplo e o uno, entre o transitório e o vivido na formação de uma religiosidade híbrida e sincrética.

A Colônia vivia sob o signo do provisório, entre dogmas e símbolos que caracterizavam uma religiosidade nova, permeada de incertezas e irreverências, onde era necessário festejar, sempre que possível. Ressaltando o lado alegre do catolicismo vivido no Brasil, já que exprimia uma face importante da Reforma Católica, surgiria uma devoção massiva à base de imagens, de procissões, de espetáculos incitadores da sensibilidade religiosa. Provas do apego à exterioridade como marca pujante do nosso catolicismo, que se expressaria na profusão de capelas, no espaço teatral, no culto a santos, na afeição maior ao externo, à imagem, mais da coisa figurada que do espiritual. As festas eram utilizadas como recurso catequético pelos jesuítas, tanto com indígenas como com os colonos, e as procissões tinham, para além da função celebrativa, a função tranquilizadora e piedosa, seguindo fundamentalmente o calendário religioso, mas por vezes também requeridas para combater um perigo, doença ou malefício que afligisse os seus habitantes. Assim, serviam para tranquilizar os colonos em busca de proteção, mas também para disciplinar e controlar as populações, buscando reforçar os laços de subordinação e obediência à Igreja, ao mesmo tempo em que se reforçavam os laços entre os membros da comunidade²⁴¹.

Tendo sua organização, via de regra, por parte da Igreja Católica, as festas comemoravam motivos religiosos e políticos e, portanto, oficiais, mas não deixavam de retratar aspectos lúdicos e muito de um prazer profano, expressando a singularidade do espaço colonial. As festividades envolviam o tríduo, a missa pontifical, a procissão, a iluminação da cidade e das casas, as touradas e cavalhadas, as congadas, as óperas e danças, onde o luxo e o barulho se associavam a elementos pitorescos para, num espetáculo visual, seduzir o público

²³⁹ POMPA, Cristina. “As muitas línguas da conversão: Tupi e ‘Tapuia’ no Brasil Colonial”, in *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, nº 11, pp. 27-44.

²⁴⁰ VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de todos os Santos*, op. cit., p. 10.

²⁴¹ *Idem*, pp. 50-52.

com a promessa de divertimento. Para tanto, era comum que as Câmaras Municipais patrocinassem as festas e as procissões, além de recomendar que os moradores caiassem e limpassem a frente das casas, enfeitando-as. Nas festas, costumavam estar presentes representantes do reino, que marcavam não só a presença do Estado português na Colônia, mas os laços entre a população, a Monarquia e a Igreja, além de revestir as comemorações de caráter oficial. As festas foram, por excelência, lugar de sociabilidade. Um espaço que permitia tanto reafirmar laços de solidariedade quanto demarcar especificidades e diferenças entre os indivíduos e os grupos.

As comemorações festivas da Colônia também possuíam um caráter marcadamente transgressivo, uma vez que o seu momento também era o momento para bebedeiras, acertos de contas, vinganças e crimes que deixavam transparecer as fraturas da sociedade. Ainda havia os que não respeitavam o interior dos Templos, utilizando-o como local para encontros e negócios, inclusive amorosos, transparecendo as “moralidades brasílicas”, assim como lugar de sociabilidade, de circulação de informações, de lazer, de suspensão das tensões, de revivificação de tradições, de piedade católica e de práticas mágicas, da ordem e da desordem, do controle e dos excessos. As festas religiosas coloniais foram palco da vivência da fé, para colonos e colonizadores, num momento de exercício da piedade, mas também podia ser o momento para a transgressão da ordem²⁴².

Além da vida festiva, os colonos também tinham de conviver cotidianamente com um clero que se mostrava no mínimo displicente, pois eram comuns as discussões, por exemplo, sobre o celibato clerical e a superioridade da condição do eclesiástico sobre a dos leigos, o que servia como justificativa para o descrédito em relação àqueles, conhecidos pelos maus exemplos dentro e fora do púlpito, envolvidos com rixas, defloramentos, concubinatos, raptos, jogatina, bebedeiras e desacatos aos fiéis. Porém, era no confessionário que os sacerdotes mais esbarravam na disciplina eclesiástica, descumprindo a regulamentação e tornando público o que lhes fora confiado em absoluto sigilo, além de servir como espaço primordial para pôr em prática suas ousadas batinas, “solicitando” os fiéis para atitudes torpes, apalpando o seio das mulheres, enfiando suas mãos por debaixo das saias, beijando-as e agarrando-as, utilizando por vezes expressões chulas para a sedução confessional²⁴³.

Como já percebemos, a religiosidade forjada na Colônia era de cunho predominantemente familiar, encontrando nas casas de moradia um espaço privilegiado para o

²⁴² DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 15-20.

²⁴³ VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”, in *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 262-270.

exercício desta religiosidade privada que, distante das Igrejas, também estava distante de sua ortodoxia. Mesmo longe do controle eclesiástico, apesar de as casas serem constantemente visitadas pelos sacerdotes, que garantiam o bom futuro religioso da moradia, os fiéis mantinham suas orações como um ato de virtude cristã, em que as horas das rezas se baseavam nas horas canônicas, sendo as três principais marcadas por badaladas dos sinos das igrejas e das casas pias, lembrando dos momentos de maior significado simbólico do dia.

Os fiéis não se contentavam apenas com as igrejas erguidas por vezes perto das grandes fazendas, mas quase sempre se podia ver uma cruz de madeira pendurada na entrada, ou um mastro com a bandeira de um santo, revelando aos visitantes a preferência da devoção familiar e, dentro das casas, uma série de imagens, quadros e amuletos que sinalizavam a presença do sagrado no espaço privado do lar²⁴⁴. No Brasil colonial, desde o despertar o cristão se via rodeado de lembranças do Reino de Deus. As famílias um pouco mais abastadas possuíam um quarto especial para os santos, onde estavam os oragos de devoção para quem eram relatadas todas as alegrias e tristezas entre preces e pedidos; os oratórios funcionavam como uma espécie de relicário, onde eram conservados, além de eventuais relíquias “verdadeiras” do Santo Lenho, da coluna onde Cristo foi açoitado, pedacinhos de osso de algum santo e demais talismãs tolerados pela igreja, como a rosa-de-jericó, a palha benta do Domingo de Ramos, as cartas de tocar, escapulários, bentinhos, livros de oração e ladainhas.

Apesar de os oratórios e demais relíquias serem bentos e abençoados pelo vigário ou missionário em suas visitas residenciais, nem sempre a relação com o sagrado era a recomendada pela ortodoxia católica. O desejo de resolver rapidamente os problemas cotidianos levava os fiéis a uma humanização de Deus, dos Santos e da Virgem Maria, tornando-os mais próximos, considerando-os por vezes como membros da família, pois, para a maioria esmagadora dos habitantes da Colônia, as doenças e as forças da Natureza apresentavam-se como indomáveis e de difícil solução sem a poderosa intercessão divina.

Desta forma, a fé mostrava contornos tradicionais, onde a demanda de bens materiais e de vantagens concretas assumia grande importância como uma espécie de contrato do tipo “toma-lá-dá-cá”. Uma grande economia de favores, onde o poder divino deveria conquistar o que o homem não conseguiria sem a poderosa intercessão, pois a religiosidade popular levava a uma intimidade cada vez maior com os santos e os oragos que percorriam um caminho de amor e ódio, incluindo louvores, adulação, rituais propiciatórios, intimidação e até agressão física explícita.

²⁴⁴ MOTT, Luiz, “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”, in *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 163-170.

O não atendimento por parte da corte celestial aos pedidos dos humildes cristãos, sobretudo em questões amorosas e conjugais, podia acarretar alternativas pouco ortodoxas. O santo que se venerava e se adorava e com quem se trocavam confidências é também aquele que se pode atirar num canto, xingar, odiar, em rompantes de cólera ou de insatisfação. Esta violência contra os simulacros dos santos que o próprio Padre Antônio Vieira não condena “pelo que tem de piedade”²⁴⁵, freqüentemente chegava às raias do sacrilégio e da iconoclastia e o grande alvo desta prática foi Santo Antônio, o campeão da fé e da devoção popular em todo o Reino e no Brasil, tanto pela sua nacionalidade portuguesa como pelo seu “talento” em deparar o perdido.

Santo Antônio é assim uma das grandes vítimas de seus devotos, principalmente os do interior, onde a tradição popular é mais forte que a verdadeira e respeitosa tradição ortodoxa, levando-o a situações inusitadas, amarrado de cordas, mergulhado na água das cacimbas, alvo de surras ou levando presa à tonsura, por meio de cola, uma moeda com que o pedinte deseja suborná-lo²⁴⁶, sendo esta relação de amor e ódio para com o santo analisada no capítulo seguinte, que retrata a devoção antoniana na América portuguesa.

Objetos de veneração popular, patronos de cidades, vilas, grêmios, ofícios, regedores do dia-a-dia dos fiéis na ordenação do calendário, os Santos tiveram importância maior nesta época do que na Idade Média, pois o seu culto, fortemente criticado ou mesmo execrado pelas várias igrejas reformadas, após a ruptura provocada pelo luteranismo na Europa, que nela via sinais inequívocos de idolatria e aviltamento do “puro cristianismo”, se tornou um dos baluartes da Reforma Católica. Dentre os vários oragos destinados às mais diversas situações e pendengas cotidianas, o culto e a devoção preferencial por Maria Santíssima era marcante, como nos aponta Juliana de Souza²⁴⁷, ligando a devoção mariana à própria fundação de Portugal, como já vimos, e às Cruzadas, onde a Senhora dos cruzados e dos mártires da Reconquista se tornaria doravante a Senhora das Conquistas e das missões, estando presente no imaginário, nos sermões, nas preces, como titular das igrejas e capelas, como madrinha dos neófitos, nas dezessete festas anuais à Virgem consagradas e em todo o Império português.

A intimidade com a Rainha dos Céus começava desde o nascimento dos colonos, quando muitos recém-nascidos tiveram por madrinha a própria Mãe de Deus. Além da particular devoção das grávidas a Nossa Senhora do Parto, as imagens da Virgem como as dos santos prediletos eram tratadas com piedosa adulação, sendo confeccionadas capas e vestidos

²⁴⁵ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, *op. cit.*, p. 318.

²⁴⁶ RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo...*, *op. cit.*, p. 20.

²⁴⁷ SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. “Senhora dos sete mares...”, *op. cit.*

com ricos bordados para cobrir as estatuetas; brincos, colares e broches preciosos enfeitavam as imagens, numa clara manifestação da “religião afetivizada”, descrita por Gilberto Freyre²⁴⁸, que ressaltava mais ainda a intimidade que por muitas vezes levava à humanização da Virgem por seus devotos.

Santos e Santas tiveram no Brasil espaço privilegiado para atuarem, fossem eles reconhecidos ou não pela Igreja de Roma. Como nos mostra Luiz Mott, muitos fiéis morreram no Brasil com “odor de santidade”; tratava-se de homens e mulheres com fama de santidade, que foram objetos de devoção, que davam supostas provas desta santidade desde a mais tenra idade, que tinham poderes sobrenaturais e eram capazes de ter visões, além das mortificações por que se faziam passar, não merecendo processos de beatificação e nem reconhecimento oficial pela Igreja Católica.

Protetores das cidades, aliados em batalhas, guardiães de conquistas portuguesas, os santos se espalhavam por toda a Colônia, invadindo a vida cotidiana nos detalhes mais íntimos. Tudo ou quase tudo na vida diária da Colônia era acompanhado pelos santos, santas e pelo próprio Cristo, inclusive as intimidades amorosas. Percebemos com nitidez este tratamento na crença difundida de que as palavras da consagração da hóstia, se proferidas em latim na boca do marido ou amante e, de preferência, em pleno ato sexual, podiam fazer com que este “quisesse bem” às mulheres que as proferissem ou as “tratasse bem”, ganhando um encantamento temperado de erotismo²⁴⁹.

A piedade devocional da sociedade colonial contrariava as determinações da Igreja e freqüentemente era desviante e heterodoxa. Podemos perceber isto nas orações que apelavam aos santos, mas que podiam com idêntico propósito apelar aos demônios, estabelecendo uma rigorosa equivalência entre Céu e Trevas na religiosidade popular. O *Sanctorum* Colonial tinha na fluidez sua grande característica, já que com ou sem os demônios à espreita, os santos e as santas estavam por toda parte, nos oratórios, nas capelas, nas orações, nas promessas, nas imagens, no canto das casas, nos bilhetes e até nos lábios dos amantes, nas relações estabelecidas entre eles e as pessoas conhecidas.

A religiosidade colonial tinha por característica a convivência entre o sagrado e o profano, onde tudo ou quase tudo se vinculava ao plano espiritual bastante fluido, o que possibilitava um caráter afetivo e de maior intimidade com a simbologia. O ato de fornicar, pondo um crucifixo ao pé da cama ou embaixo da mulher marcava esta fluidez, chegando por

²⁴⁸ FREYRE, Gilberto, *Casa grande e Senzala*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. pp. 340-343.

²⁴⁹ VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas...”, *op. cit.*, pp. 262-270. As palavras eucarísticas em latim são: *Hoc est enim corpus meum*.

vezes à sensualização do sagrado, principalmente com a figura da Virgem, freqüentemente sexualizada e cobiçada pelos homens²⁵⁰. A Igreja, por sua vez, buscava separar, em todos os níveis, o sagrado do profano, aproximando este último do diabólico. Porém, a população colonial caminhava no sentido contrário, misturando cópulas e orações, beijos e liturgia, Deus e o Diabo numa clara e ampla erotização do sagrado, onde o sexo poderia invadir sem cerimônias o Céu, conferindo-se atributos eróticos ao divino, onde o Cristo poderia ser “mijador e fálico” e a Virgem, “mulher e puta”. Cartas de tocar e orações amatórias também eram comuns como artifícios de magia erótica, invocando Santos e demônios para a satisfação dos desejos de conquistar, seduzir e apaixonar. Todo este universo de erotização do sagrado, onde o “baixo corporal” associa-se, segundo Bakthin²⁵¹, ao espírito, leva a uma intervenção por parte da Igreja, visando conter estas “heresias” contra o sagrado para manter o divino fora dos “lugares do prazer”.

Espelhos das almas viventes, os santos mais populares formam a grande corte celestial da América Portuguesa, destacando-se Santo Antônio, o mais completo dos santos²⁵², o “Santo Universal”²⁵³ por seus diversos milagres e pela célebre função de “deparador” do perdido, seja de um escravo fujão, ou do reino perdido para os castelhanos, o Santo Antônio de Lisboa, de Pádua e também do Brasil ocupa lugar de destaque na devoção popular, já que, na Colônia, vivendo-se sob o signo do provisório, todos tinham algo a deparar e a extirpar na luta contra os hereges. Principalmente as terras, constantemente visadas por estrangeiros, de modo particular no período do fim da União Ibérica. O santo mais popular e de maior plasticidade na Colônia, padroeiro de Portugal, patrono dos iletrados, guardião de coisas perdidas, objetos, afetos, amantes desaparecidos, maridos sumidos, noivos desejados, seria “adotado” pelos colonos como principal protetor contra as agruras da vida cotidiana e como intercessor dos que tinham algo a deparar.

Dessa forma, de boca em boca, de escrito em escrito, a tradição foi aumentando a auréola de Santo Antônio, invocado como “cupido” celeste, onde a humildade do frade Franciscano se transforma numa legenda de realizações, em que o real se cruza com o imaginário, e a religião enfrenta a credice, exaltando a figura de Antônio, se não como santo, como personagem histórico onde a História se cruza com a lenda.

²⁵⁰ *Idem*, pp. 246-253.

²⁵¹ BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. SP: Hucitec, 1996, pp. 110-126.

³⁸ AMARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. SP: Hucitec, 1976.

³⁹ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, *op. cit.*

4.1) Iconografia antoniana no Brasil

As imagens dos santos católicos têm a sua origem genérica nos retratos dos mártires cristãos, retratos que era hábito colocar ao lado dos seus restos mortais nas catacumbas, nos primórdios do Cristianismo.

Originalmente, as imagens eram retratos realistas e fiéis dos santos, eram registros iconográficos pintados e venerados por aqueles que os tinham conhecido e deles preservavam a memória²⁵⁴. Com o decorrer dos tempos, o número de santos foi aumentando e tiveram os artistas de recorrer à imaginação e à fantasia para retratar personalidades que tinham vivido há longo tempo e, por vezes, em lugares longínquos. Com a escassa informação disponível, não era viável fazer retratos reconhecíveis. Por outro lado, era essencial identificar estas figuras imaginárias e individualizá-las de forma a fazê-las inconfundíveis com as outras. Optou-se então por lhes inscrever o nome na auréola que já por tradição lhes circundava a cabeça em sinal de santidade.

Com o decorrer dos séculos, o número de santos e santas foi crescendo cada vez mais e por todas estas razões desenvolveu-se um sistema de identificação que foi sendo aceite. A imagem do santo passou, assim, a ter facetas individualizantes que, no seu conjunto, a distinguiam de todas as outras. Era, de fato, um eco do esquema de figuração usado nos tempos clássicos para identificar as divindades pagãs – pelo aspecto físico, pela roupagem e armas, pelos animais favoritos e outros símbolos.

Surgiram, assim, as características de cada santo e os seus atributos. As características são, basicamente, o seu aspecto físico e a indumentária, tradicional ou não. Os atributos são elementos de várias ordens, acrescentados à imagem e têm a ver com a personalidade, a condição, a profissão, a vida ou o martírio. As características e os atributos permitiram aos artistas criar as diferentes imagens da maioria dos santos, sem margem para equívocos ou confusões.

A iconografia antoniana surge, sobretudo a partir de fins da Idade Média, ligada a representação do livro, que ocupa lugar privilegiado como atributo deste santo. A primeira pintura, que constitui uma representação do santo na presença e na posse do livro e que data

²⁵⁴ MATOS, Manuel Cadafaz de. “Ideologia e práticas de representação antonianas na cultura ocidental do Renascimento. A imagem de Santo Antônio na iconografia e na história do livro quinhentista”, in Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. *Actas*, Volume II, Universidade Católica Portuguesa, Braga: Família Franciscana Portuguesa, 1996, pp. 1233-1276.

do período final da vida do santo português, ou das décadas que se sucederam à sua morte, em 1231, demonstra este aspecto²⁵⁵. A cruz também faz parte dos seus atributos. O livro, representando a palavra de Deus e a cruz de Cristo, acompanharia o taumaturgo português juntamente com o Menino-Deus, que aparece nas suas representações, ora substituindo o crucifixo, ora segurando-o, como a indicar o caminho a ser percorrido (figura 02). Em Portugal, as imagens de Santo Antônio, de um modo geral, são de aparência simples, porém carregadas de ideologia. A substituição da flor, símbolo de castidade, pela cruz que, principalmente nas imagens populares, vai acompanhada na mesma mão com a flor, indica o santo como homem de Deus, casto e puro, acrescenta o seu significado como pregador, como herói valente e corajoso ao serviço de Cristo e da igreja²⁵⁶.



Fig. 02. *Santo Antônio do altar-mór do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.*

A representação com a cruz não apareceu em Portugal, mas foi criada desde o período da Idade Média italiana, porém a cruz era sustentada pelo Menino Jesus. Em outras

²⁵⁵ *Idem*, pp. 1233-1276.

²⁵⁶ BRUNETTO, Carlos Javier Castro. “A iconografia portuguesa de Santo Antônio e sua difusão no Brasil”, in Congresso Internacional Pensamento e Testemunho, *Actas*, Volume II, Universidade Católica Portuguesa, Braga: Família Franciscana Portuguesa, 1996 pp. 1187-1193.

representações, o menino aparecia sobre o livro que o santo trazia na mão, além daquela em que era apresentado no peito do santo. Este último modelo iconográfico passou para Portugal e povoou as igrejas portuguesas dos séculos XV e XVI.

Assim, a imagem de Santo Antônio, que passa a Portugal já com a cruz, representa uma forma de articular um sentimento de criar uma comunicação com o povo que vai ter a capacidade de compreender o seu significado. O santo passa a encerrar a verdadeira imagem da identidade portuguesa, o novo herói espiritual da Restauração, pelo fato de auxiliar o seu povo frente aos inimigos, intercedendo junto a Deus e dando seu pronto valimento nas querelas políticas. Neste mesmo sentido, podemos citar o poema de Francisco Lopes,

Vedes aqui pátria amada
Lisboa ilustre e famosa
Esta pedra tão preciosa
Que estava em vós encerrada
De Deus amada e mimosa

Este que venceu o demônio
Em desafio mil vezes,
Italianos e francezes,
Bem conhecem que é Antônio
Honra e Luz dos Portuguezes²⁵⁷.

Deste modo, Santo Antônio passa a ser constantemente representado entre os portugueses, demonstrando sua eficácia pelas múltiplas representações. Neste sentido, os portugueses encarregaram-se de difundir o seu culto por todos os territórios, inclusive o Brasil. Os Franciscanos, que acompanharam os portugueses na empreitada de devassamento do Novo Mundo, se encarregariam de difundir as devoções populares lusitanas entre os habitantes das novas conquistas. Fundaram conventos nos principais pontos de assentamento, donde propagavam a fé. Percebemos não ser coincidência que a primeira Província Franciscana em terras brasílicas surgisse sob a proteção e o auxílio de Santo Antônio, que também lhe emprestaria o nome²⁵⁸.

A iconografia “brasileira” de Santo Antônio ganharia contornos próprios, diferindo da imagem portuguesa em sentido, pois em terras brasílicas, longe dos castelhanos, o santo perde um pouco da conotação política para ganhar uma devoção mais religiosa e popular. Passa a ser despojado do conteúdo da erudição e, mesmo sendo reproduzido nos moldes portugueses,

²⁵⁷ LOPES, Francisco. *Sancto António de Lisboa: Primeira e segunda parte do seu nascimento, criação, vida, morte e milagres*. Lisboa: Imprensa de Pedro Craesbeek, 1610.

²⁵⁸ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe seráfico brasílico (...)*. Lisboa: Officina de António Vicente da Silva, 1761.

apresenta-se aos cristãos brasílicos como poderoso taumaturgo e protetor das agruras cotidianas.

Desta forma, a imagem de Antônio, mundialmente conhecida por seus atributos e distintivos que acompanhavam todas as representações dos sacrificados pela Igreja, assim como a Cruz, sempre presente durante sua vida e como estímulo aos devotos nos embates contra as forças demoníacas, estava presente em todos os estratos sociais, tornando-se como um amigo próximo e palpável, um parente com lugar sempre reservado dentro de casa, levando-o além da aura de santidade, a bem mais próximo de seus devotos, que não foram poucos.

A curiosa devoção dedicada ao santo “deparador” nos leva a perceber as várias facetas de quem estava presente como protetor de perseguidores e perseguidos, como podemos notar na sua intercessão como capitão-do-mato, por exemplo, estando intimamente ligado às que detinham o poder e na recuperação das que eram suas “propriedades”, restituindo-os aos seus “legítimos” donos; Santo Antônio estava também de forma muito forte ligado ao que se convencionou denominar de “catolicismo africano”, o que o vinculava aos negros vindos da África.

No âmbito do catolicismo africano, de modo particular o dos chefes bacongos²⁵⁹, no que se refere ao período após a chegada dos portugueses à região do baixo Zaire, temos a penetração do cristianismo com cruzes, santos e ostensórios, chamados de *minkisi* pelos próprios missionários, buscando equivalência no universo religioso bacongo. Exemplo mais extremado de como este catolicismo foi reinterpretado é o movimento conhecido como “antoniano”, que eclodiu no final do século XVII e levou à fogueira a sua líder, Beatriz Kimpa Vita, que se dizia possuída por Santo Antônio e freqüentadora assídua do reino celeste, ao qual chegava por meio de sonos catalépticos, como já mencionado²⁶⁰. Percebemos então, através do estudo de Marina de Mello e Souza, a grande popularidade alcançada por Santo Antônio entre os bacongos, que dele faziam estatuetas mágico-religiosas (Toni Malau) e de Nossa Senhora (Nsundi Malau), conforme padrões simbólicos próprios, representando amuletos mágico-religiosos. Segundo alguns autores, como os antonianos, os bacongos foram mandados como escravos para o Brasil, no contexto da repressão à seita, no início do século XVIII, percebendo-se, portanto, uma conexão do culto ao santo entre a África e o Brasil, que ocasionaria a proliferação em terras brasílicas das estatuetas “santas”.

Marina de Mello e Souza percebe a incorporação de elementos cristãos pela religião tradicional dos bacongos na região do Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, onde eram

²⁵⁹ SOUZA, Marina de Mello e. “Santo Antônio de nó de pinho e o catolicismo afro-brasileiro”, in *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. n° 11 “Religiosidades na História”, RJ: Sete Letras, 2001 pp. 171-188.

²⁶⁰ *Idem.*

confeccionadas imagens de Santo Antônio e Nossa Senhora preferencialmente em nó de pinho, o que, segundo Robert Slenes²⁶¹, poderia ligar os amuletos aqui produzidos aos *minkisi* africanos.

No Vale do Paraíba, Santo Antônio era majoritariamente escolhido para ocupar posições de intermédio entre homens e espíritos, sendo a imagem do santo tratada como algo vivo e, como na relação com os “brancos”, caso realizasse os pedidos que lhe endereçavam, recebia recompensas, como flores, adereços e roupa nova, sem falar nas rezas e nas festas em seu louvor, mas, se não ajudasse, o seu proprietário na graça almejada, ela seria castigada, mergulhada de ponta cabeça dentro d’água, relegada a um canto escuro, ou veria seqüestrado o menino Jesus que trazia ao colo.

Na religião bacongo, os santos eram apenas receptáculos do poder da divindade, associando determinados orixás e vudus a partir das suas representações com as lendas de santos católicos, porém esta dissociação não ocorria com a imagem de Santo Antônio de nó de pinho, que, ao mesmo tempo que representa o próprio santo, aloja seus poderes de proteção e de portador de boa sorte, resultando numa forma particular de vivenciar a religião que era estimulada pelos senhores e administradores e aceita pelas comunidades negras; assim as estatuetas de Santo Antônio são os exemplos que podem associar e aproximar Portugal, África e Brasil, principalmente na influência banto no catolicismo popular brasileiro, que vai diluir-se na medida em que cessa o tráfico de africanos, deixando de se renovarem os laços com a cultura de origem africana.

Percebemos então o culto difundido do “Santo Universal”, presente, como vimos, tanto entre os negros como entre os senhores brancos, utilizado como protetor dos negros “antonianos” e perseguidor dos “fujões”, na sua função de capitão-do-mato.

²⁶¹ SLENES, Robert. “‘Malungo, Ngnoma vem!’ África coberta e descoberta no Brasil”, Revista USP, nº 12 (dez/jan/fev, 1991-2), *apud* MELLO E SOUZA, Marina de, “Santo Antônio de nó de pinho...”, *op. cit.*, pp. 171-188.

Capítulo 5

Santo Soldado do Brasil

*Santo Antônio é grande santo
É de todos o primeiro
Foi nascido português
Hoje em dia é brasileiro.
(Frei Urbano Plentz*)*

* PLENTZ, Frei Urbano. *Santo Antônio no folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Cefepal, 1995.

O Império português preocupou-se desde cedo com uma política de fortificação em territórios africanos, asiáticos e americanos. O avanço dos portugueses para fora da Europa demonstrava a manutenção de uma atitude expansionista que se articulava com a distribuição do poderio militar ostentado por edificações militares que se tornavam a forma mais visível da soberania lusa. Os terços portugueses, ou regimentos, dividiam-se em companhias comandadas por capitães, auxiliados por um sargento e um alferes, centúrias, comandadas por um cabo-de-cem ou centurião, esquadras, comandadas por um cabo-de-esquadra e, por último, as fileiras, comandadas por um cabo-de-fileiras²⁶².

Santo Antônio galgaria então em território brasílico postos e patentes militares. Sua carreira póstuma como glorioso santo e valoroso defensor da soberania lusa encontraria no Brasil cenário favorável. Com defesas ainda em desenvolvimento e constantemente ameaçado pelos estrangeiros, que, desde inícios do século XVI, faziam tremular suas bandeiras por estas costas, era necessário contar com todo auxílio possível. Deste modo, Santo Antônio torna-se no Brasil um santo guerreiro e valente, que estava sempre pronto para o combate contra os estrangeiros, associados também como inimigos da santa fé católica. Santo Antônio atualizava desta forma seu carisma de “martelo dos hereges”, ao ser invocado e recrutado para defender o território conquistado por Portugal dos usurpadores estrangeiros e hereges. Mais uma vez associavam-se a cruz e a espada na figura de Santo Antônio. A cruz de Cristo, símbolo máximo do cristianismo, guiaria os portugueses até a vitória contra os estrangeiros através da espada de seus defensores. A espada do rei garantiria a manutenção do território, quando posta em favor do defensor celestial Santo Antônio (figura 03).

Para a militarização de Santo Antônio no Brasil, dispomos de uma grande quantidade de documentos. As principais fontes são as Cartas Régias, nas quais o monarca português confirmava os postos e as patentes militares solicitados pelos Requerimentos ao próprio rei ou ao Conselho Ultramarino, que, por sua vez, emitia seus pareceres. Estes documentos oficiais constituem uma gama considerável de fontes que contribuem para a formação da militarização de Santo Antônio nas terras brasílicas. A maior parte destes documentos se encontra compilada pelo professor e advogado José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), membro da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupou a cadeira número 12, e do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, em sua obra *Santo Antônio de Lisboa militar no Brasil*, publicada em 1942 e que se tornou importante fonte para os estudos antonianos entre nós²⁶³.

²⁶² BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.). *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 50-52.

²⁶³ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*



Fig. 03 Interpretação de Santo Antônio Militar, reproduzido da edição do Jubileu de 1925, do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. Reproduzida de Roberto Ruiz. "Antônio: um santo que falava português". Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 .p.129.

A carreira militar de Santo Antônio no Brasil seria prodigiosa em postos militares e soldos, além de galhardias e objetos a ele ofertados em agradecimento aos constantes serviços prestados. Para iniciar sua vitoriosa carreira, não poderia ter escolhido melhor local – a religiosa Bahia de Todos os Santos.

5.1) Santo Antônio da Bahia

Trezena de junho é tempo sagrado na minha Bahia.
(J. Velloso – Música Santo Antônio)

Escolhida por El-Rei D. João III para ser a capital do Brasil a partir de 1594, a cidade de São Salvador²⁶⁴, fundada no litoral sudeste da Bahia de Todos os Santos, e de quase todos os pecados, como ressaltaria Gilberto Freyre²⁶⁵, foi o primeiro cenário para a militarização de Santo Antônio em território brasílico²⁶⁶. Com o crescimento das povoações, foram-se alargando os interesses nestas terras. Como ressalta Rocha Pitta²⁶⁷, ao mesmo tempo em que os soldados conquistavam as novas terras para Portugal em nome de seu monarca, estes novos ganhavam guerreiros as almas. Armas e almas eram colocadas em acordo para a construção do afervorado catolicismo, composto pela diferença entre gentios e colonizadores. Os primeiros eram convidados a abandonar suas barbaridades e aderir ao catolicismo que defendia uns do cativo, outros das vexações e a todos curando das enfermidades do corpo e principalmente da alma.

A Bahia era marcada pelo amplo contraste entre sagrado e profano. De um lado, estavam as mortes e os acertos de contas e a mais libidinosa licença sexual que escandalizava quase todos os viajantes que visitaram a cidade. Porém, no outro extremo desta dicotomia, estava a Bahia das igrejas e dos conventos, todos ricamente ornamentados. Construídas em sua maioria no período entre 1650 e 1750, como nos aponta Boxer²⁶⁸, eram preferencialmente baixas e com formatos retangulares.

A primeira manifestação de Santo Antônio, demonstrando seu intuito de defender também as terras brasílicas, como defendera os portugueses, ocorre em razão do milagre que se acredita estar relacionado à imagem de Santo Antônio de Arguim. Este episódio nos é

²⁶⁴ O nome da cidade era São Salvador, porém a designação mais imprecisa de Bahia era habitualmente empregada até mesmo pela correspondência oficial. Cf. BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 153.

²⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados*. Recife, 1926.

²⁶⁶ Sobre a fundação da cidade de Salvador existem divergências quanto à data oficial. As mais prováveis seriam 1º de maio, 13 de junho, 24 de junho, 6 de agosto e 1º de novembro. Em 1923, em reunião da Câmara, estabeleceu-se o 13 de junho, sendo considerada a data menos errônea. Esta data marcara na cidade fundada e construída por Tomé de Souza, uma “solene” procissão de *Corpus Christi*, descrita por Manoel da Nóbrega em carta de 9 de agosto de 1549 ao Padre Simão Rodrigues, provincial dos jesuítas em Portugal. Esta sugestão de data provocou entre os historiadores grande discussão e, em 1945, estabeleceu-se oficialmente o dia 29 de março, relacionado à chegada da expedição de Tomé de Souza à Bahia, sendo aceito pelos poderes públicos. Porém, a primeira procissão da Bahia teria ocorrido mesmo em 13 de junho, dia dedicado a Santo Antônio. Cf. CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª ed. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

²⁶⁷ PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, op. cit., pp. 114-115.

²⁶⁸ BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*, op. cit.

apontado por Jaboatão²⁶⁹, cronista dos Frades Menores em terras brasílicas, retratando os principais acontecimentos entre os Franciscanos, sendo esta obra por ele iniciada em 1755, concluída em 1757 e publicada pela primeira vez em 1761.

De acordo com o cronista da ordem, no Convento Franciscano da Bahia, construído fora dos muros da cidade, num altar lateral ao lado do Evangelho achava-se uma imagem de Santo Antônio, que era tida em grande veneração pela defesa contra os hereges.

Conta-se que, no ano de 1595, uma armada francesa, composta por 12 velas, tinha por objetivo tomar e arrasar a cidade da Bahia. Capitaneada pelo comandante “Pão de Milho”, passou navegando pela costa africana, atingindo a ilha de Arguim, situada na baía com o mesmo nome, no litoral da Berbéria, atual Mauritânia. Ao tomar a fortaleza portuguesa estabelecida nesta ilha, os hereges franceses passaram a fio de espada todos os soldados portugueses que a guardavam. Após saquearem o local e a torre, destruíram todos os templos e as imagens de Jesus, de Maria e de outros santos que ali encontraram. A única exceção foi em relação a uma imagem de Santo Antônio, que se encontrava em uma das capelas e que o comandante pediu para que fosse levada à sua embarcação, para que servisse ao escárnio e à gozação dos seus comandados. Atitudes depravadas e sacrílegas mãos tomaram-na por maldades que, segundo o cronista, eram indignas até mesmo de luteranos, escarnecendo da imagem e dos cristãos que criam em tais simulacros. A imagem sofreu diversas agressões entre golpes e cravos fincados nas costas, além das cordas que lhe foram amarradas. Os franceses, por zombaria, espalharam os pedaços da imagem pelo navio e diziam “Antônio, Antônio, guia, guia o navio pra Bahia”²⁷⁰.

De fato, o navio aportaria na Bahia, mais ou menos 50 léguas distante da costa, para providenciar água. Neste local, no entanto, foram surpreendidos e presos pelo comandante da terra. Uns poucos que ainda se encontravam nas embarcações, levantaram âncoras e foram para o alto mar, porém, sem terem abastecido os navios, resolveram retornar e se entregar aos cristãos, mas não antes de jogar ao mar os pedaços da imagem de Santo Antônio, que fora maltratada.

Como por milagre, a imagem veio dar à parte norte, chegando à praia e parando em pé sobre a areia, esperando o comandante e seus companheiros que, levados presos à Bahia, deveriam passar por lá, em frente dela. Conta-se que, ao passar pela imagem e vendo-a intacta, o comandante francês admirou-se e confessou que a imagem fora roubada da fortaleza de Arguim. Para descartar a possibilidade de alguém ter posto a imagem de pé sobre a areia,

²⁶⁹ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico...*, op. cit.

²⁷⁰ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico...*, op. cit.

fez-se uma investigação, porém não encontraram nas areias nem sinal de pegadas humanas ou de animais. Segundo o relato, o corsário teria dito, dirigindo-se à imagem: “Enfim, Antônio, tomaste vingança de nós; na verdade, contra nossa vontade, fizeste o que de ti exigimos: conduziste-nos para a Bahia, para sermos castigados”²⁷¹.

A imagem foi tomada por grande veneração entre os católicos. Com as marcas da agressão, lembrava o martírio desejado pelo santo, que o fez trocar de ordem em busca deste ideal medieval, de certa forma cumprido nesta imagem. A 23 de agosto de 1595, a imagem foi conduzida da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, chamada dos mercadores, para o Convento de São Francisco, em procissão, com a maior pompa e solene assistência da Câmara e do Cabido.

As procissões na Bahia, como ocorriam em Portugal, ganhavam destaque na exterioridade. Mesclando o sagrado e o profano e reforçado pela reinterpretação do catolicismo feito pelos africanos, e como os divertimentos públicos eram escassos, as procissões ocupavam destacado meio de convívio social. Contavam com a assistência da Câmara, eram organizadas pelas irmandades e associações voluntárias de fins piedosos e caritativos. Nestas associações e irmandades, as mais diversas categorias sociais estavam representadas, indo dos brancos puros, pertencentes às mais nobres famílias, até aquelas em que só eram admitidos os escravos negros.

Toda a cidade aclamara o santo como padroeiro. Segundo Jaboatão, foi escolhido por patrão e primeiro desta cidade ao glorioso santo e, por eleição da sua Câmara, como consta da ordem do Governador do Estado, Rodrigo da Costa²⁷². Dando parte ao rei, que a este momento era Filipe II (III de Castela), este ordenou que se continuassem, todos os anos, na Quarta Dominga do Advento, o mesmo dia em que se transferiu a imagem da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda para o Convento Franciscano, a festa e a procissão, com assistência da Câmara, antes da missa solene, em devoção e agradecimento ao santo: Santo Antônio de Arguim passava a ser o primeiro padroeiro da cidade da Bahia, alcançando também o soldo de praça de soldado intertenido na Fortaleza de Santo Antônio da Barra²⁷³.

Em 1623, os holandeses que desde o final do século XVI se haviam engajado diretamente no comércio com a América portuguesa, fazendo sentir sua presença no mercado açucareiro, decidiu pela conquista do Brasil. Os alvos foram as prósperas capitânias açucareiras do nordeste. Os holandeses esperavam que os lucros obtidos fossem suficientes

²⁷¹ *Idem.*

²⁷² *Idem*, pp. 90 e 322.

²⁷³ *Idem*, pp. 86-87.

para arcar com os custos da conquista e da ocupação. O primeiro ataque se desencadeou contra a capital da Colônia do Brasil, a Bahia de Todos os Santos²⁷⁴.

Em maio de 1624, uma armada de 26 navios holandeses adentrou a baía. Fizeram cerco aos fortes e desembarcaram os soldados nos entornos da cidade de Salvador. Apesar dos esforços do Governador D. Diogo de Mendonça Furtado e do Bispo D. Marcos Teixeira, a Bahia foi conquistada pelos holandeses. A situação parecia difícil, já que os reforços vindos do sul e comandados por Salvador de Sá não chegariam a tempo. Verificou-se, então, uma grande conjugação de esforços da população com a contribuição, inclusive, de cristãos-novos influentes. Para o Padre Antônio Vieira, a vitória fora alcançada por Santo Antônio,

E se me perguntardes de que modo se repartiu a vitória da Bahia entre o senhor e o servo, entre o Salvador e Santo Antônio, digo que na mesma Bahia temos razão da semelhança, e tão semelhante, que não pode ser mais natural, nem mais própria. A cidade da Bahia é cidade do Salvador, e Bahia de todos os Santos, e assim como enquanto cidade do Salvador, pertence a defesa da cidade ao Salvador, assim como Bahia de todos os Santos pertence a defesa da Bahia a Santo Antônio. E porque? Mais admirável ainda é o porquê, que a mesma resposta. Porque sendo a Bahia, Bahia de Todos os Santos, a todos os santos pertencia a defesa dela. Logo se a todos os Santos pertencia a defesa da Bahia, por isso a defendeu Santo Antônio, porque Santo Antônio sendo um só é todos os Santos²⁷⁵.

Em 1645, a Câmara da Bahia encomendou oficialmente ao Vigário Felipe Vinezes que rezasse missa no altar de Santo Antônio na Igreja do Convento dos Padres de São Francisco, em ação de graças e para lhe pedir pelos Senadores falecidos e pela fartura para as necessidades presentes. Assim, fez-se voto perpétuo de realizar a procissão saindo desta Igreja dos Franciscanos. Tal procissão, no entanto, só seria efetuada nove anos mais tarde, para depois ser esquecida²⁷⁶. A Câmara ainda obrigou-se junto ao santo padroeiro a, caso restaurado o domínio português em Pernambuco, que estava a esta época ocupado pelos holandeses, realizar, como voto perpétuo, festa solene todos os anos, no próprio dia em que se recuperasse o Recife. Efetivamente, foi cumprido o prometido e, a 27 de janeiro de 1654, restaurado Pernambuco, houve entre os baianos festa solene em honra de Santo Antônio, com a assistência da Câmara.

Diante dos feitos realizados em prol do Brasil e, mais destacadamente, da Bahia, foi feito um pedido de promoção para o santo defensor. A Câmara da cidade de Salvador, a 10 de junho de 1705, representou ao Governador D. Rodrigo da Costa o pedido de promoção do

²⁷⁴ PUNTONI, Pedro. “As guerras no Atlântico sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)” op. ci., pp. 255-267.

²⁷⁵ VIEIRA, Antônio. *Sermões*, op. cit., p. 36.

²⁷⁶ CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*, op. cit., pp. 195-196.

então Soldado Santo Antônio ao posto de capitão. O governador, atendendo ao pedido, ordenou que

(...) por ser o dito santo o primeiro protetor desta cidade [Salvador] (...) mandasse assentar praça ao glorioso Santo Antônio de Capitão intertenido do forte de Santo Antônio da Barra, donde tinha a de soldado raso, até se dar parte a S.M. (...) e se entregará todos os anos ao síndico do Convento de São Francisco desta cidade o mesmo soldo que se costuma pagar aos mais capitães intertenidos desta praça²⁷⁷.

O novo posto militar alcançado por Santo Antônio seria confirmado por Carta Régia de 1707. D. João V, rei de Portugal no período de 1706-1750, resolveu que “se continue[asse] com a dita praça, como se assentou neste senado”²⁷⁸. Porém o monarca português recomendou que o soldo fosse aplicado na festa em que se celebrava o santo ou que fosse destinado para o ornato de sua capela. E termina advertindo os oficiais da Câmara da cidade da Bahia. Segundo D. João V, “não deveis fazer semelhantes despesas pela vossa autoridade, sem primeiro me dares conta, pois os efeitos que administrais são da Fazenda Real, que não poderá distribuir sem permissão minha”²⁷⁹. Assim, o rei parecia estar preocupado com uma possível proliferação de pedidos para a militarização de outros oragos com o soldo pago pela Real Fazenda.

D. João V, no entanto, era um grande protetor da Província Antoniana no Brasil. Atendendo à súplica feita pelos Franciscanos, assina a Carta Régia de 30 de agosto de 1707 em que declara estar tal província debaixo de sua real proteção, visando mostrar os efeitos de sua boa vontade e sua veneração a São Francisco e a Santo Antônio²⁸⁰.

Como percebemos, na Bahia Santo Antônio poderia formar sozinho um verdadeiro batalhão com os postos militares que galgou em sua carreira militar. Também no bairro da Mouraria, Santo Antônio receberia as honras militares²⁸¹. No governo de D. Pedro Antônio de Noronha, Marquês de Angeja e terceiro Vice-Rei (1714-1718), começaram a desembarcar no Brasil os primeiros grupos de ciganos que foram degredados para a Bahia pelo mau procedimento no Reino, conforme está redigido na Carta Régia de expulsão de 11 de abril de 1718²⁸². Chegando ao território da cidade da Bahia, foram, por ordem da Câmara, habitar o

²⁷⁷ Portaria do Governador D. Rodrigo da Costa, promovendo Santo Antônio de Lisboa a capitão, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 29-30.

²⁷⁸ Carta Régia de 7 de abril de 1707, confirmando o posto de capitão a Santo Antônio de Lisboa, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 30-31.

²⁷⁹ *Idem.*

²⁸⁰ Carta Régia de 30 de agosto de 1707, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 31.

²⁸¹ Cf. ARAGÃO JUNIOR, José Garcia Pacheco de. *Memória Histórica da Capela de Santo Antônio da Mouraria*. Bahia, 1926, e SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 16-18.

²⁸² *Idem.*

bairro de Palma, que ficava na freguesia de Sant'Ana. Por este motivo, ficou conhecido como bairro da Mouraria²⁸³. Os novos habitantes propagaram-se de tal forma que o local ficou pequeno. Em vista deste fato, a Câmara tomou a decisão de designar outro bairro, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, para a moradia deles. Ainda no reinado de D. João V, e governando o Brasil Conde de Sabugosa, D. Vasco Fernandes Cezar de Menezes (1720-1735), foi erigida a capela de Santo Antônio da Mouraria. Devido ao forte culto prestado pelos novos habitantes ao santo português, recebeu também ali um posto militar. Foi agraciado com o título de Alferes de Infantaria²⁸⁴. Em setembro de 1800, já sob o reinado de D. Maria I a louca, e sob a regência do príncipe D. João, é fixado o soldo do santo da Mouraria em 120\$000 anuais, sendo recebido pelo responsável pela Igreja do mesmo bairro até 1907, pois, como nos aponta Macedo Soares, em 1908 foi impugnada a sua inclusão na folha de pagamento pelo então Delegado Fiscal²⁸⁵.

Ao estipular o soldo que deveria ser entregue ao santo da Mouraria D. João, mais tarde D. João VI, demonstrava e deixava transparecer sua predileção e devoção pelo santo lisboeta. Atribuindo a Santo Antônio o sucesso em seus esforços, entendeu que deveria promovê-lo ao posto de Sargento-Mor, por atribuir ao céu ter abençoado os seus grandes esforços para “salvar a Monarquia da grande e difícil crise” a que estava exposto o Reino de Portugal frente às ameaças napoleônicas. Para a completa restauração do reino, continua o monarca recorrendo à intercessão do mesmo santo. Assim, pelo decreto de 13 de setembro de 1810, eleva o “glorioso Santo Antônio” ao posto de sargento-mor, ou seja, de major de infantaria, vencendo o soldo correspondente a esta patente, pago “pelas reais ordens”. Em 14 de fevereiro de 1811, D. João expediu a Carta Patente que elevou o Capitão Santo Antônio ao posto de Sargento-Mor de Infantaria²⁸⁶.

Não satisfeito com esta promoção e entendendo que o santo padroeiro da Bahia deveria galgar mais postos militares, D. João, por decreto de 25 de novembro de 1814, eleva ao posto de Tenente-Coronel “ao glorioso Santo Antônio, que se venera na cidade da Bahia e a quem o povo da mesma cidade consagra a mais viva devoção”²⁸⁷. Esta elevação do santo, feita pelo regente D. João, seria confirmada por Carta Patente de 22 de outubro de 1816,

²⁸³ SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia, 1837, Vol. I, Tomo IV, pp. 153.

²⁸⁴ ARAGÃO JUNIOR, José Garcia Pacheco de. *Memória Histórica da Capela...*, *op. cit.*, p. 40.

²⁸⁵ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 16-18.

²⁸⁶ Carta Patente de 4 de fevereiro de 1811, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 32.

²⁸⁷ Carta régia de 25 de novembro de 1814, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 33.

observando que o soldo deveria ser pago aos seus tempos devidos. Esta Carta Patente já leva assinatura de D. João como Rei do Reino Unido de Portugal e dos Algarves (figura 04).

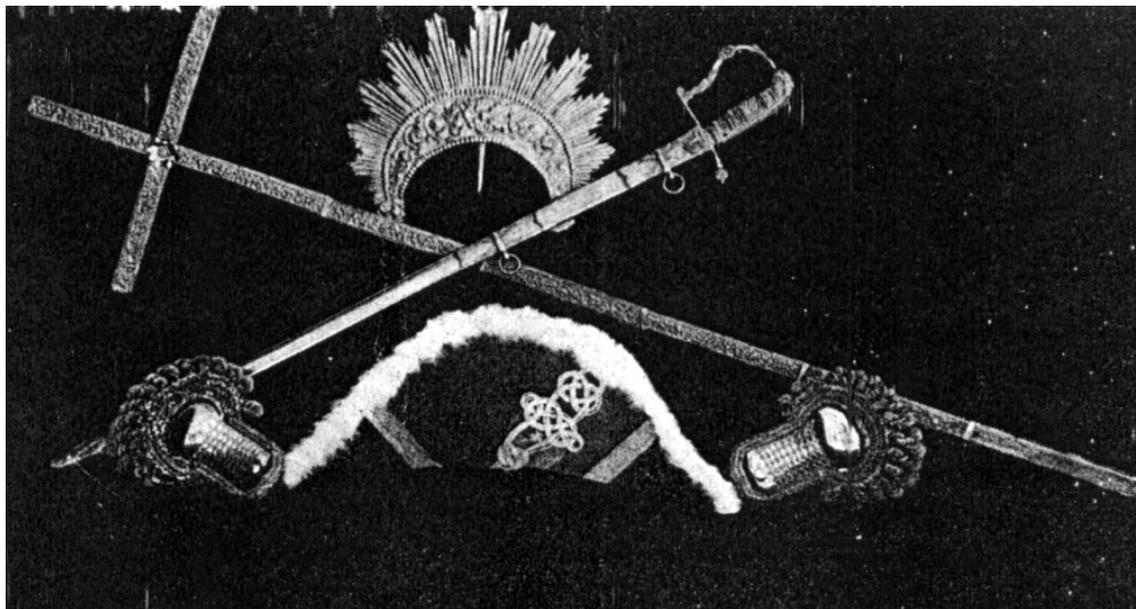


Fig. 04. *Insígnias militares da imagem de Santo Antônio da Igreja de São Francisco na Bahia. Foto reproduzida de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 72.*

Quando gozava do posto de Sargento-Mor, foi Santo Antônio processado e condenado no município de Santo Antônio das Queimadas, arraial modesto, situado à margem do rio Itapicurú-Assú, pertencente ao distrito de Vila Nova da Rainha e à Comarca de Jacobina, na Província da Bahia, no começo do século XIX. Queimadas possuía pequena capela de Santo Antônio, que havia sido edificada em fins do século XVIII pela proprietária da Fazenda das Queimadas, que doou ao orago Santo Antônio muitas terras e numerosa escravaria²⁸⁸.

De acordo com o código criminal do Império²⁸⁹, quando um escravo se tornava criminoso e fugia, o senhor do negro respondia pelo foragido até o valor deste. Por este motivo Santo Antônio teria sido processado e condenado.

²⁸⁸ CAMPOS, João da Silva. *Tradições Bahianas*, *op. cit.*, p. 21.

²⁸⁹ CÓDIGO Criminal do Império, Art. 28, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 131-136.

Conta-se que um “escravo de Santo Antônio” cometeu um crime de morte e fugiu. Tendo sido iniciado o processo, o santo teria sido retirado do altar, amarrado com cordas e transportado no lombo de um burro para a Vila de Água Fria, onde respondeu a júri e foi condenado a perder seus bens²⁹⁰.

A longa carreira militar de Santo Antônio na Bahia se encerraria com este posto alcançado de tenente-coronel. Os soldos referentes ao santo soldado foram sempre pagos segundo as reais ordens durante todo o período do império brasileiro, sendo respeitados os títulos de nomeação e as promoções por ele alcançadas. Porém, em 1858 o Ministro da Guerra, em Aviso de 29 de julho, declara que o soldo do santo que era pago aos Franciscanos pelo Ministério da Guerra não poderia ser pago pelo Ministério da fazenda sem a aprovação do poder legislativo²⁹¹. Assim, como percebemos, o soldo foi pago até 1907, quando, em 1908, o Delegado Fiscal, homônimo do santo, Antônio de Pádua Mamede, impugnou a sua inclusão na folha de pagamento. Em abril de 1909, Frei José Pohlmann, guardião do convento, faz um requerimento, solicitando o pagamento do soldo. Recebeu como resposta do referido Delegado Fiscal a argumentação de que o soldo não poderia ser pago com a separação da Igreja e do estado pela constituição da República. O processo relativo ao pagamento do soldo do Tenente-Coronel Santo Antônio foi parar nas mãos do Ministro da Fazenda que, indiferente ao culto dispensado ao santo, resolveu, em 18 de maio de 1912, aprovar o ato do Delegado Fiscal da Bahia, indeferindo a reclamação feita pelo guardião²⁹².

A militarização de Santo Antônio na cidade da Bahia, principalmente no século XVIII, não ocorre de forma desassociada do contexto pelo qual passava o Brasil. Com a deportação em massa dos “elementos indesejáveis” de Portugal para as terras brasílicas, o problema da segurança se agravava, pois já contavam com os ocasionados pelos índios, por vezes indômitos, e pela escravaria, que estava sempre propensa a fugas e rebeldias. Não era tarefa das mais fáceis para as autoridades manter a ordem e a paz. Apesar da vigilância dos soldados, todas as manhãs eram encontrados vários cadáveres de pessoas recentemente assassinadas²⁹³.

Aliado a estes problemas sociais, estava a relutância entre os habitantes em se alistarem como soldados voluntários, como podemos perceber nas constantes queixas feitas

²⁹⁰ CALMON, Pedro. “Santo Antônio no banco dos réus”, in *Revista da Semana*, 13 de junho de 1931, apud SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit., pp. 132.

²⁹¹ Aviso de 29 de julho de 1858, publicado no *Jornal do Commercio* de 23 de setembro de 1858, nº 262.

²⁹² Diário Oficial da União ano LI - 24º da República – nº 132, de 2 de junho de 1912, p. 7237.

²⁹³ BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil...*, op. cit., pp. 163-165.

pelos vários vice-reis²⁹⁴. Os habitantes da Bahia e de todo o Brasil não tinham o serviço militar como algo almejado, pois as demais oportunidades de ganhar a vida traziam mais lucros. Além disto, o pagamento de um soldado era miseravelmente pequeno e quase sempre estava em atraso. Os que se dedicavam à vida soldadesca, por vezes aproveitavam os grandes espaços vazios e as imensas distâncias na América portuguesa para as deserções. No período da exploração aurífera, muitos conscritos que haviam sido enviados de Portugal fugiam em busca do precioso metal. Deste modo, era praticamente impossível manter uma guarnição adequada para defender o território. Para tentar solucionar estes problemas, algumas medidas foram tomadas. Um soldado raso, posto mais baixo na hierarquia militar, só poderia dar baixa com a aprovação pessoal do rei, e a promoção ao posto de sargento no ultramar passava a ser assunto de competência da Coroa. A partir de 1731, os soldados que se apresentassem como voluntários para o serviço militar só precisariam ficar dez anos na Colônia, depois poderiam pedir transferência para Portugal, desde que não tivessem casado neste tempo.

Além dos problemas com o recrutamento de novos soldados, também existiam as dificuldades para o pagamento dos fardamentos, de responsabilidade da Câmara Municipal. Não eram raras as discussões sobre o material do fardamento e se este deveria ser entregue pronto ou feito sob medida à custa do soldado.

Assim, podemos perceber que a militarização de um santo com o alcance social de Santo Antônio tinha por objetivo não só entregar a defesa da cidade e de seus habitantes à proteção divina, mas também incentivar o recrutamento de novos soldados, que se poderiam espelhar no santo português que, em território baiano, é também associado ao orixá guerreiro Ogum.

Santo Antônio torna-se militar em terras brasílicas num momento de grandes dificuldades tanto externas, pela presença constante de estrangeiros nas costas, como internas, pela fragilidade das armas portuguesas. A militarização atendia a estes dois aspectos e incentivava os soldados a lutarem pelo rei e por Cristo. Era a manifestação do providencialismo divino que, ante os problemas em que estava envolvido o Reino, colocava um santo “guerreiro” para defender os portugueses dos seus inimigos.

²⁹⁴ *Idem* e cf. COSTA, Fernando Soares. “Recrutamento”, in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.). *Nova história militar...*, op. cit., pp. 50-52.

5.2) Pernambuco antoniano

Após serem expulsos das terras baianas, os holandeses desembarcaram em terras pernambucanas. De acordo com Rocha Pitta²⁹⁵, os pernambucanos viviam com grande opulência, com grandes vantagens em relação aos demais habitantes do Brasil, porém não estavam em dia com suas obrigações religiosas. Por este motivo, relata-nos o autor da *História da América Portuguesa* que, certa vez, um religioso, pregando em uma de suas freguesias, repreendia os vícios e os abusos daquela terra e, usando como profecia, disse que Olinda ainda seria escrava de Holanda. E a suposta profecia não tardaria a se tornar realidade.

Aos catorze dias de fevereiro de 1630, surgia na cidade de Olinda uma armada flamenga de setenta velas, contando-se entre elas poderosas naus que conduziam cerca de oito mil homens de guerra. Os navios inimigos,

(...) batendo incessantemente a marinha, fizeram demonstração de desembarcar no rio Tapado; mas por entre o furor da bateria e as sombras do fumo destacou do corpo da armada [o general] Teodoro de Weerdemburgh uma esquadra de naus, e saltou em terra com quatro mil homens em um sítio chamado o Pau Amarelo, três léguas e meia da cidade de Olinda²⁹⁶,

Para defender a cidade, logo surgiu o Governador Matias de Albuquerque, deixando guarnecida a praça com algumas ordenanças e com os moradores que julgou mais prontos para a defesa das próprias casas. Porém, os holandeses triunfariam e entrariam na cidade de Olinda em 16 de fevereiro de 1630, quando já se tinha ausentado da cidade a maior parte dos que ficaram para sua defesa. O próximo objetivo era o Recife.

Para a tomada do Recife, era necessário para os holandeses ganhar o forte de São Jorge, que a este momento era capitaneado por Antônio de Lima. Com pouco mais de trinta homens, defendia-se dos ataques inimigos. A defesa foi heróica, segundo Rocha Pitta, pois enfrentava forte artilharia dos holandeses, mas se renderia ao poderio flamengo. Rendido o forte, marchou o exército holandês a conquistar e tomar o Recife. Careciam os pernambucanos de um socorro mais poderoso e esperavam que as armadas castelhana e portuguesa, como havia ocorrido na Bahia, pudessem triunfar novamente. Iniciava-se a Restauração pernambucana.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a dominação holandesa em Pernambuco pode ser dividida em três períodos. O primeiro, entre 1630 e 1637, caracterizado pelo impasse militar com os holandeses sitiados em Olinda e a resistência lusa, imobilizada pela falta de recursos.

²⁹⁵ PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, op. cit., pp. 182-183.

²⁹⁶ *Idem.*

O segundo período corresponde ao governo de João Maurício de Nassau, entre 1637 e 1645, sendo marcado por um tempo de paz, interrompido pelos ataques realizados pelos senhores refugiados na Bahia contra engenhos e povoações. Coincide com uma “idade de ouro” do domínio holandês. Houve expressivo alargamento do território e Recife tornou-se uma das cidades mais importantes da América. O terceiro e último período da dominação holandesa foi o compreendido entre 1645 e 1654. É o das guerras de restauração até a derrota dos holandeses²⁹⁷.

Para Evaldo Cabral de Mello²⁹⁸, a Restauração pernambucana seria alcançada à custa do sangue, das vidas e das fazendas da gente da terra e se forjara sob a aliança dos grupos étnicos que compunham a população local, não necessariamente em pé de igualdade, mas sob a direção da “nobreza da terra” e dos reinóis radicados em Pernambuco. O imaginário da Restauração pernambucana seria então composto pelos personagens do mazombo André Vidal de Negreiros, do reinol João Fernandes Vieira, do índio D. Felipe Camarão e do negro Henrique Dias, que formariam uma verdadeira tetarquia de heróis nas guerras contra os holandeses.

A vitória dos brasílicos contra os holandeses, preconizada pelo jesuíta Antônio Vieira, guardava evidente parentesco com a restauração mais ampla da soberania portuguesa na Península, da qual o jesuíta seria, aliás, um expoente intelectual e político. Em um de seus sermões dedicados a Santo Antônio, pregado em 1638, em Salvador, o jesuíta pede ao santo lisboeta que liberte Pernambuco dos domínios holandeses, que se lembre “dos muitos templos e altares em que éreis venerado e servido naquelas cidades, naquelas vilas e em qualquer povoação, por pequena que fosse” e lembrava também “da devoção e confiança com que a vós [Santo Antônio] recorriam todos em suas perdas particulares e do prontíssimo favor e remédio com que acudíeis a todos”²⁹⁹.

Para esta vitória existem dois tipos de leituras, de acordo com as crônicas luso-brasileiras. A primeira é a político-militar, que se encontra nos livros de Duarte de Albuquerque Coelho e de Brito Freyre³⁰⁰. A segunda é a leitura providencialista, que é a que se encontra na crônica do Frei Manuel Calado e com matizes nas obras de Diogo Lopes e do

²⁹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Os holandeses no Brasil*. Trad. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1961.

²⁹⁸ *Idem*, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 195.

²⁹⁹ VIEIRA, Antônio. *Sermões, op. cit.*, p. 57.

³⁰⁰ Para uma leitura político-militar da Restauração pernambucana, cf. COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil* (trad.), 3ª ed. Recife, 1981; FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica*. 2ª ed. Recife, 1977.

Frei Rafael de Jesus³⁰¹. Para Evaldo Cabral de Mello, a versão providencialista não eliminava a recapitulação dos feitos bélicos, mas os integrava, subordinando-os ao plano divino³⁰².

A noção de castigo divino, já salientada por Rocha Pitta, aparece também no *Lucideno*, onde a população é punida por Deus pelos seus vícios, que são discriminados por Calado. O providencialismo ressaltado nestes relatos, escritos no calor dos acontecimentos, foi, segundo Cabral de Mello, surto do velho messianismo popular que em Portugal cercou a Restauração.

Na organização do *Lucideno*, a história da guerra pernambucana tem como prólogo lógico e cronológico a restauração portuguesa³⁰³. A salvação do Reino das mãos dos castelhanos serviria como precedente para a vitória contra os holandeses. Esta narração é precedida pelo livro II, capítulo I, que proporciona a leitura providencialista da aclamação de D. João IV, o que já não ocorre com as obras de Diogo Lopes e de Frei Rafael de Jesus, em que a Restauração portuguesa constitui uma peripécia relevante para os acontecimentos do Brasil, porém sem englobá-los em um plano providencial.

É na obra de Diogo Lopes que observamos um paralelo entre o milagre ocorrido em Portugal, durante o período da Restauração, em que um dos braços da imagem de Cristo se despreza de forma misteriosa da cruz, em sinal de que o Senhor tomava para si os destinos pátrios e a defesa da soberania e da liberdade portuguesa, e o episódio em que as portas da capela do engenho de Fernandes Vieira se abrem, o qual deixava patente a intenção de Santo Antônio de ajudar os restauradores pernambucanos³⁰⁴. No entanto, o lado sobrenatural das batalhas encontra-se narrado na obra de Frei Calado, que vivera bem próximo da religião popular. Ao contrário, Diogo Lopes e Rafael de Jesus representavam uma cultura elitista,

³⁰¹ Para a linha providencialista, ver CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triumpho da liberdade*. 2 vols., São Paulo: Edições Cultura, 1943; SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco, op. cit.*, e JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano, parte I, Empresa e restauração de Pernambuco*. Lisboa, 1679, 2ªed., Paris, 1844.

³⁰² MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio...*, *op. cit.*, pp. 241.

³⁰³ É nesta mesma atmosfera ideológica que surge também o profetismo do Padre Antônio Vieira, que se associaria com o providencialismo de Calado para uma vitória dos portugueses frente a seus inimigos como no caso da Restauração Portuguesa de 1640.

³⁰⁴ Segundo a crônica de Diogo Lopes, em meados de 1645, um empregado do engenho de Fernandes Vieira observou certa manhã que as portas da capela de Santo Antônio encontravam-se abertas, mesmo tendo sido deixadas fechadas na noite anterior. O fato ocorreu por vários dias seguidos. Convocou então o empregado pessoas idôneas para constatar o fato. Tendo sido confirmado, resolveram cerrar com sinete a fechadura, o que não foi suficiente, pois, na manhã seguinte, as portas novamente se encontraram abertas. Este prodígio de Santo Antônio comportava diversas interpretações. Para alguns, o santo aconselhava aos rebeldes que saíssem para enfrentar o inimigo. Para outros, ele prometia todo seu apoio aos luso-brasileiros, indicando-lhes que suas portas estariam sempre abertas para tal auxílio. Cf. SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco, op. cit.*

laica no primeiro e eclesiástica no outro, mas ambos assumiram atitude visivelmente defensiva³⁰⁵.

O cronista da ordem dos Frades Menores, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão³⁰⁶ recolhera também algumas informações da tradição oral em que os soldados inimigos teriam por vezes avistado um monge desconhecido, que seria o próprio Santo Antônio, que periodicamente enxotava os animais que se localizavam nas igrejas e nos conventos abandonados e que os holandeses haviam feito de estrebria para seus animais. Jaboatão também relata dois casos em que imagens de Santo Antônio teriam vertido sangue sob os golpes das espadas dos holandeses³⁰⁷.

De acordo com as crônicas sobre a restauração pernambucana, o auxílio divino seria também conquistado através de Nossa Senhora dos Prazeres, a quem os cronistas atribuíram as vitórias. A Senhora dos Prazeres teria auxiliado os luso-brasileiros com uma aparição, sendo avistada pelos próprios holandeses no meio da batalha, como se animasse os portugueses e intimidasse os hereges. A lenda desta aparição, que data de finais do século XVII, se insere no culto que os beneditinos promovem em devoção à Virgem, que teria dado seu primeiro valimento na véspera de seu dia, em 19 de abril de 1648. Porém, o culto a Santo Antônio encontraria maior ressonância entre os pernambucanos e, segundo Evaldo Cabral de Mello,

Deus dera o Brasil a Portugal; o herege flamengo usurpara-o; Santo Antônio lho restituiria. Em vista da devoção geral por Santo Antônio, era mister alistá-lo, mobilizando o ânimo túbio da população luso-brasileira; e para tanto cumpria decifrar os signos da sua proteção sobrenatural à empresa. Ao contrário da devoção à Nossa Senhora dos Prazeres, mas analogamente ao que se verificara com Nossa Senhora da Luz, a escolha de Santo Antônio pressupôs o seu culto no Pernambuco *ante bellum*. O êxito da “guerra da liberdade divina” consolidará sua preeminência no imaginário religioso da capitania, ao conferir-lhe o cariz de santo militar³⁰⁸,

Santo Antônio seria, de acordo com os cronistas, o responsável pela proteção sobrenatural com que contou a restauração. Como percebemos, a ocupação holandesa já encontrou em Pernambuco um culto radicado de Santo Antônio, resultado não só da sua popularidade em Portugal, mas de um esforço empreendido pela custódia franciscana do Brasil, que, como a do reino, foi colocada sob a proteção do santo lisboeta. Assim, de 1585 até 1650, dos quinze conventos fundados na América Portuguesa pelos Frades Menores, oito foram dedicados a Santo Antônio. A sua veneração pode também ser constatada pela

³⁰⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio...*, op. cit., pp. 287.

³⁰⁶ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico...*, op. cit.

³⁰⁷ As imagens pertenceriam à igreja da Casa Forte e à capela do engenho Velho do Cabo. Cf. *Idem*.

³⁰⁸ Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio...*, op. cit., p.312.

frequência com que era escolhido como orago das várias capelas de engenhos e pelas vezes que emprestava seu nome aos recém-nascidos na pia batismal.

Diante de tamanha popularidade, mesmo no período anterior às guerras luso-holandesas, seu patrocínio na insurreição pernambucana seria imposto naturalmente. Santo Antônio era um santo mais que português, ganhava ares de santo da terra e se colocava como protetor natural de lusitanos e brasílicos na luta frente aos invasores heréticos, onde, mais uma vez, atualizava seu carisma de “martelo dos hereges”, combatendo agora os holandeses em Pernambuco.

A crônica de Frei Calado nos traz relato de uma intercessão de Santo Antônio que, segundo *O Valeroso Lucideno*, teria ocorrido na noite de 16 para 17 de agosto de 1645, véspera da batalha da casa Forte. Segundo a crônica, Fernandes Vieira estaria repousando numa esteira no Engenho Curado, quando lhe apareceu em sonho o taumaturgo Santo Antônio, repreendendo-o por não ter prosseguido sua marcha até a Várzea, onde estavam os holandeses. Tachando-o de “descuidado” e de “pouco zeloso do serviço de Deus e das necessidades e aflições de seus próximos”, o santo lhe ordenou que despertasse e partisse no encalço do inimigo, prometendo-lhe “seu favor e adjutório” em recompensa do serviço que Fernandes Vieira fizera, promovendo suas festas ou dotando suas confrarias. Ao despertar, ficou Vieira atordoado, sem saber se era uma inspiração realmente divina. Porém, resolveu obedecer. Bradava: “Santo Antônio me mandou, eu hei de lhe obedecer.” Acordou os demais e partiu para a batalha. Esta precipitação lhe garantiria surpreender e derrotar a tropa holandesa acampada na Casa Forte³⁰⁹.

O episódio do sonho não é mencionado nas crônicas de Diogo Lopes e de Frei Rafael de Jesus, escritas após a expulsão dos holandeses. A explicação para esta ausência pode estar no fato de que, como a crônica de Frei Calado, escrita nos primeiros anos de combate, não passou pela censura de Vieira, este não pôde retirar a revelação em sonho, que, para o catolicismo, é considerada ou inferior à revelação em estado de lucidez ou embuste, ganhando ares de técnica pagã de adivinhação. Assim, Fernandes Vieira pôde expurgar das obras de Diogo Lopes e de Frei Rafael de Jesus os pontos que poderiam soar como ofensivos à ortodoxia; já para com a obra de Frei Calado não teve este tempo, por estar envolvido diretamente com as responsabilidades militares.

³⁰⁹ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno...*, op. cit., pp. 49-50.

Pela vitória contra os holandeses, em 1645, a Câmara da Bahia fazia voto perpétuo a Santo Antônio de Arguim³¹⁰, de comemorar anualmente o aniversário da Restauração. No dia dedicado ao santo, no ano de 1646, Fernandes Vieira promoveu sua celebração e do primeiro aniversário do levante com festa solene, sermão e missa cantada a três coros pelos melhores músicos da terra. Para encerrar as celebrações e os festejos, procedeu-se a uma procissão e uma salva de mosquetes da Artilharia do Arraial Novo. Após a Restauração, a conotação político-militar deste ato foi mantida. A Câmara de Olinda seria responsável por promover tais celebrações na igreja da Sé a cada 13 de junho, precedente que foi seguido pela Câmara de Recife³¹¹. A fortaleza do Buraco, situada no istmo que ligava Olinda e Recife, foi confiada a Santo Antônio, sendo proclamada por uma lápide colocada sobre o portão.

Como é desconhecida a data em que Santo Antônio foi feito soldado raso do Forte de Santo Antônio da Barra, na Bahia, o mais antigo registro de que “sentou praça” nas fileiras militares do Brasil data de 1685 e corresponde ao período dos preparativos da expedição que foi organizada pelo Governador de Pernambuco, D. João da Cunha Souto Maior, contra o quilombo dos Palmares, porém desde pelo menos 1668 o santo já recebia soldo em terras pernambucanas³¹².

A campanha para combater o quilombo dos Palmares se fazia necessária, pois, aproveitando as desordens ocasionadas pela guerra contra os holandeses, negros escravos fugiam dos engenhos e das cidades, refugiando-se em quilombos. Para auxiliar no combate contra os negros fujões, o Governador de Pernambuco, por Portaria de 13 de setembro de 1685, mandou que se assentasse praça de soldado ao “glorioso Santo Antônio de Lisboa”, determinando que se pagasse ao síndico do convento dos Franciscanos em Olinda o soldo a que o novo soldado tinha direito e mais a importância do fardamento que lhe competia³¹³.

Quando em Pernambuco governava D. Lourenço de Almeida (1715-1718), promoveu Santo Antônio ao posto de tenente. Este ato seria confirmado por El-Rey D. João V, tendo o Conselho Ultramarino expedido provisão, em 30 de abril de 1717, confirmando o posto e fixando o soldo mensal em 2\$700. Santo Antônio passa a ser considerado como um dos padroeiros de Pernambuco. Nos estandartes dos regimentos que tomaram parte na campanha nacionalista contra os holandeses, figurava sempre uma imagem do santo padroeiro.

³¹⁰ Esta era uma devoção claramente baiana, como pudemos observar na seção anterior. Cf. CAMPOS, João da Silva. *Tradições Bahianas*, op. cit.

³¹¹ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno...*, op. cit.

³¹² SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit., p. 121.

³¹³ *Idem*.

O culto ao santo lisboeta em terras brasílicas como protetor das possessões e do povo português seria traduzido no seu “alistamento” e nas conseqüentes “promoções” dentro da hierarquia militar, tendo o soldo pago pelo Tesouro Real à Ordem Franciscana para a manutenção das igrejas e organização dos festejos do santo. A questão do pagamento ao santo soldado também podia gerar atritos entre o clero e o poder secular. Segundo Fernando Pio dos Santos, os frades de Recife, a título de esmola, tentavam elevar a patente de Santo Antônio para Sargento-Mor, porém lhes foi negado em 1819, pois

(...) a esmola que esses religiosos pedem de soldo de sargento-Mor, parece-me [Luis do Rego, governador de Pernambuco] excessiva e muito mais porque sendo pedida a título de postos conferidos a Santo Antônio, oficial que nunca morre, hão de necessariamente chegar, um dia, a gozar debaixo deste título o soldo de Marechal do Exército e do que mais poderem inventar e então serão sustentados à custa da Real Fazenda, o que não me parece preciso³¹⁴.

No contexto da campanha de Palmares, Santo Antônio aparece como soldado que não abandona seu posto na trincheira. Na petição de um soldado, que solicitava graça do Conselho Ultramarino, podemos perceber a atuação do santo:

Ao Conselho Ultramarino, que tão justiceiro é,
Zebedeu, praça de pé, filho de Braz Victorino,
Bem moço, quase menino, para Palmares marchou,
Pelo que lá se estrepou, sendo um dos desgraçados,
Que voltaram aleijados, e por fim nada ganhou.

Ali de arcabuz na mão, dia e noite combatendo,
de fome e frio morrendo, descaçlço de pés no chão,
ao lado do valentão, Félix José dos Açores,
Que apenas viu dos horrores o painel desenrolar-se,
Foi tratando de moscar-se, com grande sofreguidão.

Do que venho de narrar, apesar de ser bolônio,
Pode o padre Santo Antônio, muito bem corroborar:
O que não é de esperar, proceda d’outra maneira,
Atenta a sua fieira, sua afeição, sua valentia,
Pois junto a mim noite e dia, não desertou da trincheira.

Ele viu bem como eu, quando o combate soou,
Quando a corneta tocou, a gente que então correu!
A essa foi que se deu, como garbosa e valente,
Terras, dinheiro, patente, com grande injustiça e agravos,
Pra aqueles que aos vis escravos, não trataram como a gente.

A vós Conselho afamado, que a justiça visais,
Para que não amparais, o pobre do aleijado?
Que no mundo abandonado, sem ter quem lhe estenda a mão,

³¹⁴ *Apud* SANTOS, Fernando Pio dos. “Santo Antônio: o santo e o militar”. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1989.

Tem por certa a perdição da vida, pois quase morto,
Só poderá ter conforto, se o fizerdes capitão³¹⁵.

A presença de Santo Antônio na trincheira sem desertar se torna testemunho para a valentia do jovem soldado e aumenta a confiança que os colonos depositavam no santo. A petição ao Conselho Ultramarino nos traz luz sobre cenas dramáticas de Palmares, onde o santo lisboeta efetivamente esteve. Sua imagem foi confiada ao Frei André da Anunciação, religioso Franciscano, que marchou para a batalha como capelão.

O culto de Santo Antônio estava intimamente ligado às terras pernambucanas. Tendo seus atributos de defensor dos fiéis contra os hereges e de deparador do perdido freqüentemente atualizados pela devoção do povo luso-brasileiro, que o fazia seu defensor e principal protetor. Os recifenses deram, por este motivo, a alcunha de “Santo Antônio” a Maurício de Nassau, Governador flamengo de Pernambuco entre 1637 e 1644, simplesmente porque Nassau lhes oferecia total liberdade de culto e não cedia às pressões dos ministros calvinistas, sempre prontos a acusar a fradaria pernambucana de idólatra, além de promulgar leis devotadas à inserção dos luso-brasileiros no domínio holandês; assim o povo pernambucano percebia em Nassau as características de Santo Antônio e, mais marcadamente, a característica “deparadora”, que recuperava a liberdade usurpada³¹⁶, chegando a chamá-lo de “Santo Antônio da comunidade luso-brasileira”, de acordo com o *Lucideno* do Frei Manuel Calado³¹⁷.

Seria, porém, em Pernambuco que Santo Antônio passaria de militar a político. O santo, que esteve presente no movimento de Restauração Pernambucana, ou seja, na expulsão dos holandeses em 1654, tornou-se também vereador e protetor da Câmara de Iguaraçu em Pernambuco.

Em 1751, os oficiais desta Câmara, em Pernambuco, fizeram uma petição ao então Rei de Portugal, D. José I, para que o santo fosse alistado como militar. A cidade, porém, não contava com milícias em que se pudesse alistá-lo. Para solucionar este problema, o rei, em 1754, deferiu um requerimento ante o parecer do Conselho Ultramarino, mandando que se alistasse o “glorioso Santo Antônio” como vereador na Câmara daquela cidade, vencendo o soldo de 27\$000 anuais, que era o mesmo que se pagava a cada vereador de Igarauçu. O santo

³¹⁵ COSTA, F. A. Pereira da. *Folk-lore pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. p. 173, *apud* MOTT, Luiz. “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”, *op. cit.*, pp.110-138., p.121

³¹⁶ Cf. VAINFAS, Ronaldo. “Santo Antônio na América portuguesa...”, *op. cit.*, pp. 28-37.

³¹⁷ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno...*, *op. cit.*, pp. 255-256.

passava a ocupar lugar cativo entre os vereadores, sendo também elevado a Protetor da Câmara³¹⁸.

5.3) Santo Antônio militar no Rio de Janeiro

A devoção dispensada a Santo Antônio na cidade do Rio de Janeiro data da chegada e da fundação do convento dos Franciscanos na cidade. Dedicado ao santo lisboeta, foi erigido sobre o morro também dedicado ao santo. Ajudado pelas esmolas dos devotos, o Custódio e primeiro Superior, Frei Vicente do Salvador, pôde dar andamento às obras da “casa de Antônio”, como consta nos documentos³¹⁹. A este tempo, por volta de 1608, o morro de Santo Antônio era uma completa mata virgem e aí formaram as bases do convento, que contava com a vantagem de as pedras utilizadas na construção serem ofertadas pelo próprio morro.

Neste mesmo morro, teria sido operado um primeiro milagre atribuído a Santo Antônio. Conta-se que um leigo curioso entrou pelo meio do mato virgem do morro. Não conseguindo retornar, viu-se perdido. Depois de muito andar e procurar saída, sentou-se e, exausto e com sede, invocou um milagre do santo. Logo apareceu diante de seus olhos um pequeno filete de água da qual bebeu até se fartar e cair sem sentidos. Foi encontrado depois de algum tempo pelos frades que, ao tomarem conhecimento do ocorrido, mandaram fazer no local um poço, ao qual nomearam de “A Providência”.

A pedra fundamental da construção foi lançada em 4 de junho de 1608, em cerimônia realizada com a assistência das altas autoridades e grande concurso do povo. A pedra e uma imagem de Santo Antônio foram colocadas em uma urna, levadas nos ombros pelo Governador da cidade, Afonso de Albuquerque, por seu antecessor Martim de Sá, pelo Reitor do Colégio dos Jesuítas, Padre Pedro de Mello e pelo Vigário da Sé, Padre Martim Fernandes³²⁰.

³¹⁸ Carta Régia de 23 de Novembro de 1754, *apud* SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 127.

³¹⁹ RÖWER, Frei Basílio. *O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Sua história, memórias, tradições com muitas ilustrações*. Rio de Janeiro. 1937, p. 35.

³²⁰ *Idem*.

Inaugurado o Convento em 8 de dezembro de 1616, Santo Antônio passava a fazer parte da vida cotidiana da cidade e sua imagem começou a ser alvo de devoção. Existem entre as tradições do Convento carioca duas imagens importantes. A primeira delas seria a que o Guardião Frei Luiz de Santo André, que ocupava esta posição desde 1620, quis colocar no altar-mor. Para tanto, incumbiu de sua fabricação um religioso da casa, perito nestes trabalhos. O irmão Franciscano pôs-se a cumprir a tarefa. Feito o corpo do santo, não acertava a cabeça. Segundo a tradição do convento, a cabeça do santo teria aparecido na portaria, tendo sido entregue por um anônimo, que a depositou no chão. Procuraram os frades encontrar o autor daquela obra, mas não foi possível. Para espanto dos frades, a cabeça encaixou perfeitamente no corpo da imagem em questão, que possui 1,10 m de altura e é feita de barro queimado. A cabeça foi embutida no corpo de modo que pode ser retirada sem a menor dificuldade. Esta imagem foi colocada no altar-mor e venerada até 1710, quando foi retirada para dar valimento nas invasões francesas que veremos a seguir. A outra imagem de Santo Antônio possui 1,66 m de altura e é feita, como a primeira, de barro queimado, porém forma uma só peça. Esta imagem era ornada pelo guardião do convento com as insígnias militares e com os bastões de comando que o santo recebera. Por ocasião de sua festa, em 13 de junho, era então revestido com o aparato militar.

Sempre pronto a dar seu valimento nos momentos de maior dificuldade para os luso-brasileiros, Santo Antônio reapareceria nas invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, em 1710 por Duclerc e, em 1711, por Duguay-Trouin, já que o Rio de Janeiro contava com precário estado de conservação de suas defesas e de suas fortalezas, além de instável e reduzida guarnição e insuficiência de munições, o que acarretava um verdadeiro desconforto na população apenas com o simples vislumbrar de pavilhões estrangeiros por perto da costa.

Já havia algum tempo, estrangeiros rondavam as costas brasílicas e, de modo particular, a do Rio de Janeiro, que despertava a cobiça de corsários pelo enriquecimento com o ouro. Porém, sem dúvida, os mais assíduos freqüentadores foram os franceses, fazendo do escambo com os nativos, do contrabando com os colonos e dos saques às vilas costeiras, área privilegiada para a prática da pirataria.

Achava-se a França muito queixosa de Portugal, segundo Rocha Pitta, pelo não recebimento de sua união naquele tempo em que tinha poderosos motivos a rejeitar, declarando-se, pelo sereníssimo senhor Rei Carlos III, contra Filipe V, que então empreendia a conquista da monarquia castelhana. O Rei Luis XIV, a partir deste sentimento, então permitiria que os franceses se animassem a invadir o Rio de Janeiro, que, pela sua opulência,

permitiria um saque de muito preço, já que a cidade era considerada um prêmio desejável pela grande riqueza proveniente do ouro de Minas Gerais³²¹.

Assim, na manhã de 17 de agosto de 1710, chegava à Baía de Guanabara a esquadra francesa, comandada pelo corsário francês Jean-François Duclerc, composta de seis navios e mais de mil homens³²², com o objetivo de saquear metais preciosos da cidade, porém mesmo com o porto do Rio de Janeiro contando com débeis defesas, ainda em desenvolvimento, o plano francês malogrou.

Hostilizado pelos disparos da fortaleza da barra, Duclerc desembarcou na praia de Guaratiba, no fatídico 11 de setembro daquele ano, seguindo a pé por matos e serranias até bem próximo à cidade, quando alcançou o engenho dos jesuítas³²³. Após varrerem os sertões e chegarem à cidade, encontraram uma grande resistência, comandada por ninguém menos que Santo Antônio.

O Governador da cidade, Francisco de Castro Morais, preparou-se como pôde, apesar dos limitados recursos de que dispunha, porém não queria prescindir, na defesa da cidade, do auxílio divino, obtendo-o pela intercessão de São Sebastião, padroeiro da cidade, que, em 1567, já havia realizado milagre na expulsão de franceses, quando uma índia da tribo guarani, aliada dos portugueses, teria visto o santo (São Sebastião), que assustara os índios da tribo tamoio, aliada dos franceses, que, por medo, fugiram e levaram os inimigos de Portugal a perderem a guerra, garantindo a Estácio de Sá, com o auxílio do santo mártir, expulsar os franceses; assim, recomendaram-se a este orago as praias na defesa contra os franceses e a Santo Antônio, já com tradição militar em Portugal, constituiu General dos Exércitos de Campo³²⁴.

Desta forma, quando do ataque de Duclerc, Santo Antônio, que já ocupava destacado papel de soldado honorário da guarnição da cidade, é lembrado e retirado do altar para se colocar sobre o muro do Convento Franciscano para deste modo inspirar e guiar na rápida e definitiva vitória sobre o invasor³²⁵.

No mesmo dia 18 de setembro, em que os franceses acamparam no Engenho Velho, o Governador Castro Morais mandou pedir ao Convento de Santo Antônio que, no dia seguinte, fossem celebradas todas as missas pelo feliz êxito na batalha. Além disto, e para garantir a

³²¹ PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*, op. cit., pp. 422-423. Cf. PUNTONI, Pedro. “Lutas ao sul do Brasil. (1680-1777)”, op. cit., pp. 307-316.

³²² BOXER, C.R. “Os franceses no Rio de Janeiro”, op. cit. pp. 89-106.

³²³ *Idem*.

³²⁴ RÖWER, Frei Basílio. *O Convento de Santo Antônio...*, op. cit.

³²⁵ *Idem*.

divina intercessão, enviou à imagem do Santo a patente de Capitão de Infantaria (figura 05), que seria confirmada por Carta Régia de 1711:

Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Havendo visto que me escreveu em carta de 13 de Novembro do ano passado, em como na véspera do assalto que deram os Franceses nessa, achando-se o povo dela em grande confusão, vendo tão vizinho o inimigo intrépido, se recorreu também aos santos, e se mandara nesta ocasião sentar praça de capitão, tendo já de soldado o glorioso Santo Antônio [grifo meu], mostrando-se neste conflito desempenhar bem as obrigações de seu posto. Me pareceu dizer-vos fui servido de aprovar esta Praça que se deu a Santo Antônio de capitão de Infantaria, com declaração que a importância de seus soldos se apliquem para sua festa e ornato de sua capela, cujos soldos hão de ser os mesmos que se pagam a dinheiro aos mais capitães, e por vossa via se fará esta despesa, porque não haja nenhum extravio e esta minha ordem fará registrar nos livros da fazenda e nas mais partes a que tocar, etc.³²⁶.

O provincial Franciscano ainda mandou entregar a Castro Morais o bastão de Santo Antônio, que lhe fora oferecido em 1705 por Sebastião Xavier da Veiga Cabral, então Governador da Colônia de Sacramento, pela intercessão do santo taumaturgo na resistência por mais de seis meses às forças superiores dos castelhanos. Fervoroso em sua crença, Veiga Cabral atribuiu à proteção de Santo Antônio o ter podido sustentar a defesa da Colônia, sem rendição e, para testemunhar a sua gratidão, subiu a ladeira do Convento para entregar à imagem de Santo Antônio o seu bastão de comando, colocando-o sob a responsabilidade das mãos do seu guardião, Frei Manuel de Santa Inês. O bastão possui 118 ½ cm de altura, feito de madeira de lei amarelada, tendo castão com passadeira de ouro cinzelado e ponteira do mesmo metal. No castão acham-se gravadas as armas de guerra³²⁷.

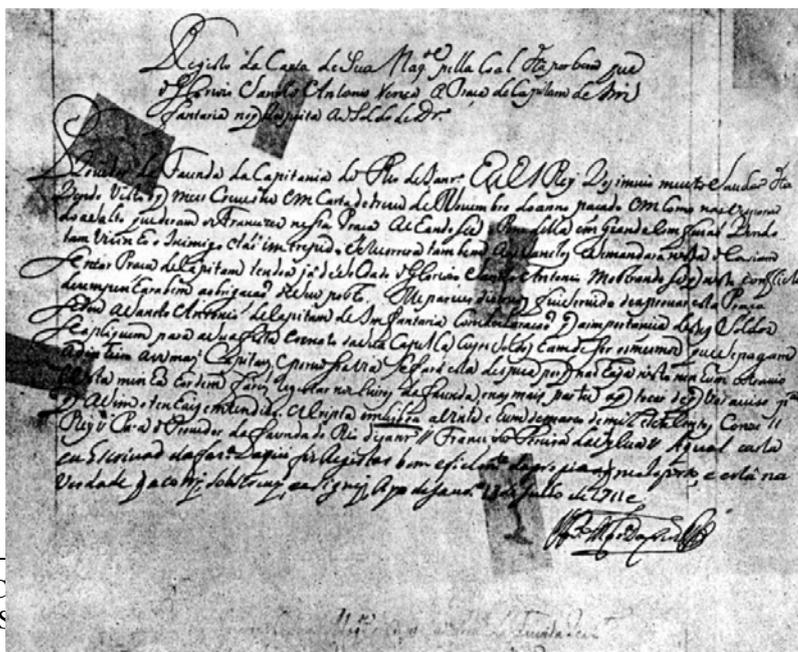


Fig. 05. Fac-símile da carta patente promovendo o soldado Santo Antônio a Capitão no Rio de Janeiro. Existente no Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro. Reproduzido de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 88.

326 Cf. S.

327 RÖWER, Basílio, Frei. O Convento de Santo Antônio..., op. cit.

o soldo de Capitão de Infantaria.

O Governador Castro Morais, porém, após beijá-lo e colocá-lo sobre sua cabeça, o restitui ao Provincial, solicitando que o frade colocasse a imagem de Santo Antônio com o bastão na mão, na muralha do Convento, a fim de, como general, presidir a próxima batalha.

Assim, Castro Morais passava a contar com a mais poderosa das armas para a defesa da cidade em pânico: a Fé.

Em 19 de setembro de 1710, dia dedicado a São Januário, com a certeza da presença espiritual ao seu lado, como o número de milicianos não era suficiente e a maioria destes apresentava duvidosa qualidade de comando, segundo Boxer, incluindo-se aí um dos comandantes do regimento que, de tão velho, doente e gordo, só conseguia alcançar sua montaria quando içado para a sela por alguns oficiais, depois de ter subido a um banco³²⁸, os defensores da cidade (paisanos, operários, clérigos e frades), empurrados pelos estudantes-seminaristas, desprezaram a concentração de forças de Castro Morais e foram ao encontro dos franceses, que avançavam por Mata-Cavalos (atual rua do Riachuelo), desbordando as lagoas do caminho, e quase apontavam na Lapa do Desterro, com patrulhas avançadas já incidindo sobre o Castelo. Deste modo, segundo Eduardo Brazão³²⁹, pouco antes da Ave Maria, os sinos de todas as Igrejas dobravam, anunciando festivamente a vitória³³⁰, pois Duclerc havia sido fragorosamente derrotado, acabando os franceses encurralados no Trapiche da Rua Direita (atual Primeiro de Março).

Duclerc foi então levado para o Colégio dos Jesuítas, que lhe serviu de cadeia provisória, depois foi transferido para uma casa de aluguel, onde desfrutou de liberdade vigiada até ser assassinado por um grupo de homens mascarados. Desbaratados os franceses, Santo Antônio mais uma vez mostrou que era o defensor e o protetor das armas portuguesas³³¹.

Para comemorar a memória da vitória sobre os franceses e da proteção de Santo Antônio, a imagem do santo taumaturgo foi colocada no frontispício da Igreja do Convento e, por estar exposta, o povo, sempre propenso a alcunhar as coisas, chamou-a de Santo Antônio

³²⁸ BOXER, C.R.. “Os franceses no Rio de Janeiro”, *op. cit.*, pp. 89-106.

³²⁹ BRAZÃO, Eduardo. *As expedições de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, 1710-1711*. Lisboa, 1940.

³³⁰ RÖWER, Frei Basílio. *O Convento de Santo Antônio...*, *op. cit.*

³³¹ BOXER, C.R. “Os franceses no Rio de Janeiro”, *op. cit.*, pp. 89-106.

do Relento (figura 06). Durante os meses seguintes, o governador, os soldados e os moradores do Rio de Janeiro promoveram festejos como mostras de sua alegria “em ação de graças a Deus” por retumbante sucesso, recebendo do monarca português, através de Carta Régia de 10 de março de 1711, elogios e mostras de gratidão pelo valor com que defenderam aquela conquista dos seus inimigos³³².

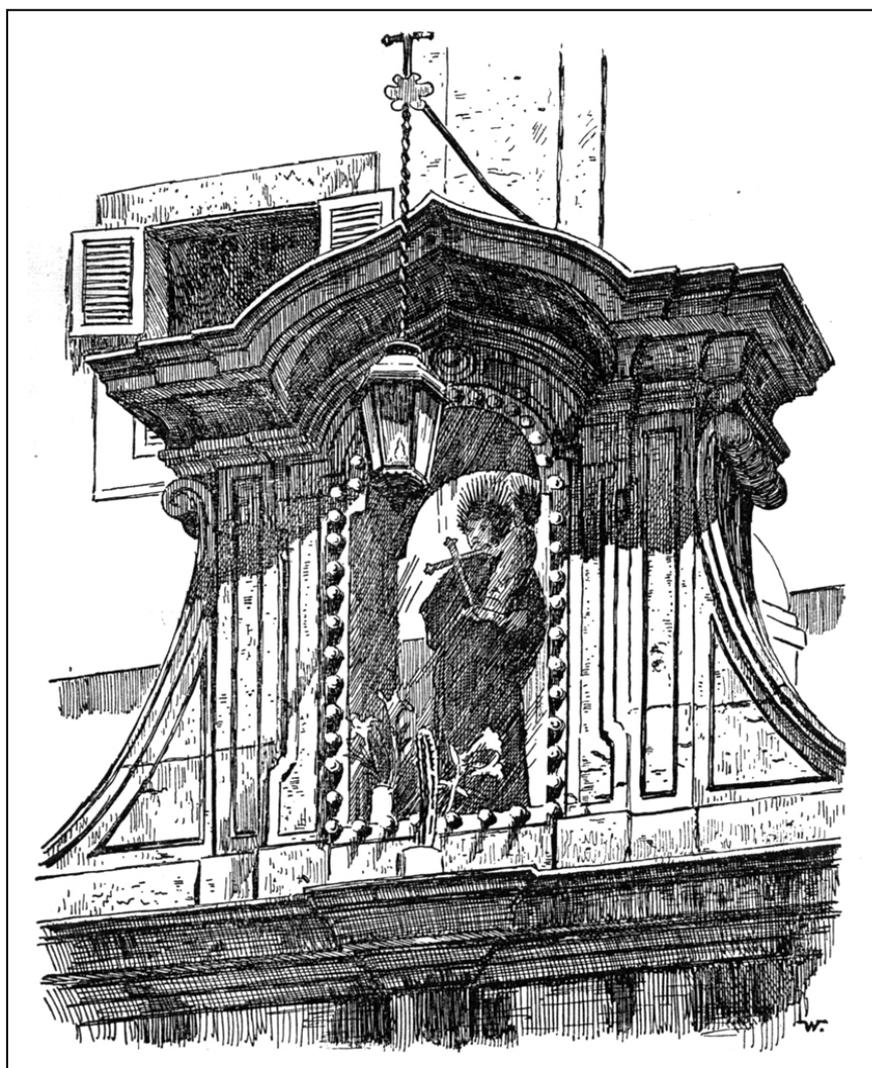


Fig. 06. *Santo Antônio do relento, do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. A lamparina acesa representa a gratidão do povo para com o santo que defendeu a cidade do ataque dos franceses em 1710. Desenho reproduzido de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 67.*

As comemorações e os louros da vitória durariam pouco, pois na França o desgosto era natural pela derrota e pelo tratamento dispensado aos prisioneiros. Assim, aproximadamente um ano após a vitória sobre Duclerc, num lance cinematográfico, no dizer

³³² Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

de Fernanda Bicalho, antes que a névoa da manhã se dissipasse por completo e os portugueses percebessem, a 12 de setembro de 1711, uma esquadra francesa, composta por 18 navios, fez a entrada mais espetacular na barra do Rio de Janeiro de que se tivera notícia³³³, mesmo tendo sido a cidade avisada dos planos de invasão pelos ingleses. Capitaneados agora por René Duguay-Trouin, os franceses invadiram a cidade com um total de 3.300 homens, numa tentativa de vingar o insucesso de Duclerc, não encontrando resistência no confuso e apavorado cenário que se tornou a cidade pelas sucessivas ordens de Castro Morais, desautorizando qualquer contra-ataque e, por fim, determinando o abandono das trincheiras e a total evacuação da cidade³³⁴.

O que nos parece estranho é o fato de que as autoridades não recorreram ao valoroso auxílio de Santo Antônio, em vista dos recentes resultados e do fato de que o mesmo Castro Morais era o Governador, porém, podemos pensar que, diante da enormidade do esforço comandado por Duguay-Trouin, que trazia três vezes mais força que Duclerc, o mesmo Castro Morais não tenha tido tempo de pedir auxílio ao divino militar.

A cidade, tomada pelo medo, ficara inteiramente abandonada pelos seus defensores e entregue ao mais completo saque por parte dos franceses. Durante o terrível bombardeio de 12 para 13 de setembro, o Convento Franciscano, dedicado a Santo Antônio, transformou-se em refúgio de muita gente. Homens, mulheres e crianças misturavam-se com os frades.

Em meio à desorganização geral e ao sentimento de pavor que se alastrava pela cidade, tomada pelos franceses, o Governador Castro Morais, que desautorizara qualquer forma de contra-ataque, não hesitou e ordenou um grande “salve-se quem puder”, ocasionando pânico e confusão, deixando aos invasores uma cidade praticamente deserta, restando apenas alguns poucos velhos, crianças e mulheres que não haviam conseguido fugir. Os franceses se apossariam assim do território urbano até a retirada.

E só se deram conta do ocorrido quando, à luz do dia, perceberam que os únicos ocupantes da cidade eram os sobreviventes da expedição de Duclerc, que tinham fugido da prisão e se animavam em realizar a pilhagem das casas abandonadas, sendo drasticamente repreendidos pelo comandante francês.

Sem mais esperar pelos reforços vindos, sob o comando de Antônio de Albuquerque, de Minas Gerais, Castro Morais começou a negociar a retirada dos franceses da cidade. O Rio de Janeiro pagaria, então, alto tributo para que Duguay-Trouin se retirasse e a urbe não fosse arrasada: 610 mil cruzados em moeda, cem caixas de açúcar e todo o gado julgado necessário

³³³ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

³³⁴ *Idem*.

para o abastecimento dos navios. Assim, satisfeito, o comandante embarca às pressas, antes que o exército de socorro, comandado pelo General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, chegasse da região das Minas, levando consigo alguns desgraçados cristãos-novos que encontrara à espera de deportação para Portugal, onde seriam julgados pela Santa Inquisição. A viagem de regresso, porém, não seria tão tranqüila, segundo Boxer, pois, após abandonar o plano de saquear também a Bahia, quando a frota alcançou a latitude dos Açores, foi de encontro a um grande temporal, em 29 de janeiro de 1712, no qual dois navios afundaram com todos os seus tripulantes, mas, apesar das perdas, a expedição mostrou excelente lucro material.

No Rio de Janeiro, diante da recusa do povo em aceitar o governo do acovardado Castro Morais, Albuquerque assumiu o poder e nele permaneceu, sendo o antigo governador levado a Portugal e julgado, terminando por ser demitido e sentenciado a exílio perpétuo numa fortaleza indo-portuguesa, mas esta sentença seria cancelada trinta anos mais tarde. Após a reconstrução da cidade, Antônio de Albuquerque partiria para “pacificar” o conflito entre “filhos da terra” e portugueses, em Pernambuco.

Um século depois da promoção que recebera como capitão pelos serviços prestados contra os invasores franceses e governando Portugal como regente, o Príncipe D. João, que, como toda família real, mantinha uma firme devoção a Santo Antônio e visitava freqüentemente o Convento dos Franciscanos, promoveu o então Capitão Santo Antônio a Sargento-Mor, por decreto de 14 de julho de 1810. No próprio decreto, o príncipe justificava a promoção:

(...) tendo o céu abençoado a meus esforços para salvar a monarquia da grande e difícil crise a que se tem achado exposta, esperando ainda maior auxílio para a sua final e inteira restauração para o que muito há de concorrer, como devo piamente esperar a intercessão do mesmo Glorioso Santo, a quem tenho particular devoção³³⁵.

³³⁵ Decreto de 14 de julho de 1810, que eleva Santo Antônio ao posto de Sargento-Mor de Infantaria. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, op. cit.

Diante da devoção que tinha ao santo, mandou o Príncipe Regente que se elevasse ao posto de Sargento-Mor (Major de Infantaria) o Capitão Santo Antônio. Ordenou ainda que nenhum emolumento fosse cobrado sobre a patente do sargento-mor, em virtude do decreto de 14 de julho de 1810. De acordo com estas orientações, foi expedido o Aviso de 18 de outubro de 1810 e, a 25 de outubro do mesmo, ano D. João assinava a Carta Patente, promovendo Santo Antônio a Sargento-Mor, vencendo soldo mensal de 36\$000³³⁶.

Não satisfeito com a promoção feita “ao glorioso Santo Antônio”, dois anos mais tarde o mesmo D. João o promoveu ao posto de Tenente-Coronel, por decreto de 26 de julho de 1814. As razões para esta nova promoção são semelhantes às anteriores e, do mesmo modo, encontram-se explícitas no próprio decreto:

Tendo o céu abençoado os esforços dos meus exércitos com a paz que se dignou conceder a Monarquia Portuguesa, crendo eu piamente que a eficaz intercessão do mesmo Santo [Antônio] tem concorrido para felizes resultados. Hei por bem que se eleve ao posto de Tenente-Coronel de Infantaria³³⁷.

A patente de tenente-coronel foi expedida e assinada pelo Príncipe Regente em 31 de agosto de 1814, recomendando que o soldo fosse pago em seus devidos tempos “a quem o povo desta corte incessantemente e com maior fé dedica os seus votos”.

Ainda em 1814 o Santo Antônio do Convento dos Franciscanos do Rio de Janeiro seria agraciado pelo mesmo D. João com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, através do decreto de 13 de agosto de 1814. Segundo Frei Basílio Röwer³³⁸, esta condecoração foi feita por sugestão de Frei Manuel da Conceição, religioso franciscano e amigo pessoal do Príncipe. Esta insígnia religiosa mede 8 ½ cm de altura, 5 ½ cm de largura e é feita de ouro e cravejada por 26 diamantes. No centro, vê-se outra pequena cruz, formada por muitas pedrinhas preciosas. Pende a cruz de uma fita larga de seda encarnada, bordada a ouro³³⁹.

Também foi o príncipe regente D. João que presenteou Santo Antônio com outro bastão de comando e este de seu próprio uso. A bengala de autoridade possui 121 ½ cm de altura e é revestido de tartaruga cor de vinagre. O castão, a passadeira e a ponteira são de ouro e, além disto, o castão e a passadeira são cravejados de pedras preciosas. Contam-se no castão 84 rubis e 72 *chrysolitos*. Este bastão é, portanto, mais rico que o doado por Veiga Cabral e,

³³⁶ *Idem.*

³³⁷ Decreto, promovendo Santo Antônio a Tenente-Coronel de Infantaria no Rio de Janeiro. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 87.

³³⁸ RÖWER, Frei Basílio. *O Convento de Santo Antônio...*, *op. cit.*

³³⁹ *Idem.*

juntamente com a Grã-Cruz de Cristo, eram entregues à imagem de Santo Antônio no dia de sua festa e na trezena precedente³⁴⁰. (figura 07)



³⁴⁰ *Idem*, p. 362.

Fig. 07. *Castões das bengalas de comando de Santo Antônio do Convento do Rio de Janeiro. Entregues em 1705 pelo General Sebastião Xavier da Veiga Cabral e em 1814 pelo Príncipe Regente D. João. Imagem reproduzida de SOARES, José Carlos de Macedo. Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 76.*

5.4 Pagamento dos soldos de Santo Antônio

O pagamento dos soldos referentes às diversas patentes militares de Santo Antônio era expresso pelas Cartas Régias e pelas confirmações e pareceres do Conselho Ultramarino e deveria ser feito pelo Real tesouro, conforme os documentos. Porém, a questão do pagamento gerava alguns atritos entre o clero, no caso, os Franciscanos, e os responsáveis por tal pagamento.

No ano de 1729, o Provincial da Imaculada Conceição da Capitania do Rio de Janeiro, Frei Fernando de Santo Antônio, representou ao Rei D. João V, declarando que, tendo o santo sido matriculado como Capitão de Infantaria da Guarnição do Rio de Janeiro, vencia o soldo de vinte cruzados por mês, enquanto os demais capitães daquela capitania recebessem quarenta cruzados.

Como resposta a esta representação, D. João V, por meio de Carta Régia de 12 de março de 1729, mandou que fossem pagos ao Capitão Santo Antônio “quarenta cruzados de soldo por mês, como se pratica com os mais capitães dessa praça”.³⁴¹ E, por meio da Carta Régia de 13 de março de 1751, o rei D. José confirmava o pagamento ao santo e pedia que o Provedor da Fazenda Real pagasse tudo o que lhe devia. Seria da própria intenção do rei “que o pagamento dos soldos do senhor Santo Antônio prefira a outra qualquer obrigação, assim como se pratica neste Reino”³⁴². Desta forma, a carta punha termo às disputas entre o Síndico do Convento Franciscano e a Tesouraria Real, com o pagamento dos soldos que eram destinados para ornato da capela do santo e para a realização das festas em sua honra.

A questão do soldo devido a Santo Antônio reapareceria no período imperial do Brasil. Durante todo o período colonial e também no imperial, o soldo foi quase sempre pago, com algumas poucas dificuldades criadas, como percebemos.

No Aviso de 13 de agosto de 1833, encontramos uma declaração para que

³⁴¹ Registo da carta de S.M. para o Padre Santo Antônio vencer o soldo de quarenta cruzados por mês, como os demais capitães dessa praça [do Rio de Janeiro]. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp.81-82.

³⁴² Carta Régia de 13 de março de 1751. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, pp. 83-84.

Continue V.M. com os pagamentos do soldo de Tenente-Coronel, interrompidos desde 30 de junho deste ano, ao Glorioso Santo Antônio deste Convento da Corte, que reclama o Síndico do mesmo Convento, Manoel José Pereira do Rego; e quando se lhe ofereça alguma dúvida, me informará a tal respeito³⁴³.

Já em 1858, o Ministério da Guerra levantava uma dúvida sobre por onde deveria ser pago o vencimento do Tenente-Coronel Santo Antônio, declarando que “esse vencimento tendo sido considerado sempre como soldo, e como tal, pago pela repartição da guerra, não pode sê-lo pelo Ministério da Fazenda, como pensão, sem expressa disposição do Poder Legislativo”³⁴⁴. Esta declaração do Ministério da Guerra confirmava o pagamento de soldo a Santo Antônio, porém punha em discussão donde ele sairia.

Diante de tantos impasses colocados frente ao pagamento do santo, o período Republicano começaria com divergências nesta questão. No início da República, deixou-se de pagar o soldo ao Tenente-Coronel Santo Antônio. O Provincial do Convento carioca, Frei João do Amor Divino, dirigiu-se ao próprio Ministro da Guerra para solucionar este impasse, pedindo-lhe que não fosse suspenso o pagamento. Em resposta ao religioso, o então Ministro, Marechal Floriano Peixoto, mandou expedir um Aviso, determinando que continuasse a ser abonada à imagem de Santo Antônio do Rio de Janeiro o soldo a que tinha direito até quando, por ato especial, não fosse anulado o decreto de 26 de julho de 1814, que lhe conferia a patente de tenente-coronel³⁴⁵.

Não tardaria, no entanto, que novamente fosse suspenso o pagamento. Não havendo nenhum ato oficial que anulasse os Decretos e as Cartas Patentes de Santo Antônio, encontramos apenas no Livro 486 nº 5 “oficiais reformados”, na página 311, uma declaração escrita com lápis azul, sem assinatura: “Privado do soldo até segunda ordem”³⁴⁶.

O Provincial do Convento, em 1923, Frei Ignácio Hinte, requereu o pagamento do soldo de Santo Antônio como Tenente-Coronel. O Ministro da Guerra, pelo Aviso nº 7, de 22 de fevereiro de 1923, mandou que se ouvisse o Consultor Geral da República, Rodrigo Octávio de Langard Menezes. Este, diferentemente do Marechal Floriano Peixoto, declarou que não se devia pagar o soldo de Santo Antônio desde que se apurem que as ordens anteriores foram revogadas. O então Ministro da Guerra, Eygdio Dantas Barreto, ordenou o pagamento do soldo, como deve constar do livro 486, fls. 31, existente na Diretoria de contabilidade da Guerra. Desde abril de 1911 o Convento do Largo da Carioca não recebe o

³⁴³ Aviso de 13 de agosto de 1833, publicado no *Correio Oficial*, de 17 de agosto de 1833, nº 40, p. 159.

³⁴⁴ Aviso de 29 de julho de 1858, publicado no *Jornal do Commercio*, nº 262, de 23 de setembro de 1858.

³⁴⁵ Aviso nº 42, de 15 de outubro de 1890.

³⁴⁶ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

soldo de Tenente-Coronel do santo, mesmo sem que os Decretos e as Cartas Patentes fossem revogados.

5.5 Soldado do Brasil

Por todo o território brasílico, Santo Antônio apareceria como prestimoso santo. E, como o fizera no episódio da Restauração portuguesa de 1640, quando deu seu valimento para a recuperação da soberania pelos portugueses, também apareceria como importante ator social nos episódios ligados à sua militarização em territórios d'Além-Mar. Nos territórios portugueses da África e do Oriente, o santo lisboeta seria lembrado e elevado ao posto de soldado para ajudar os portugueses. Também no Brasil, percebemos esta faceta de Santo Antônio. Mesmo morto há mais de cinco séculos, já que falecera em 1231, seria militarizado como forma de aprofundamento de um culto bastante difundido pelos portugueses.

Além das intervenções do santo nas querelas das invasões estrangeiras, como no caso das holandesas na Bahia e em Pernambuco, como também nas francesas no Rio de Janeiro, Santo Antônio seria premiado com postos e patentes militares em diversas áreas da Colônia brasílica.

No ano de 1749, os moradores da Vila Boa de Goiás apresentaram, em nome de Santo Antônio, uma petição ao então Governador e Capitão-General da Capitania, D. Marcos de Noronha, onde pediam que se mandasse “assentar praça de soldado a Santo Antônio, e fazer pagamento do seu soldo como a qualquer outro soldado”³⁴⁷. O governador deu seu parecer favorável ao pedido popular. Porém, condicionava sua decisão à aprovação régia. Para tanto, escreveu, em 28 de dezembro de 1749, ao monarca português D. João V sobre a pretensão dos requerentes; fez-se ouvir o Procurador da Fazenda, que opinou favoravelmente, reconhecendo no que pediam “piedade e graça”³⁴⁸.

Em consulta ao Conselho Ultramarino, o governador dá conta do requerimento que pedia para sentar praça de soldado a Santo Antônio “com o exemplo do que se praticava nos Governos da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco”³⁴⁹. O Conselho Ultramarino

³⁴⁷ *Idem*, pp. 39-40.

³⁴⁸ *Idem*.

³⁴⁹ Parecer do Conselho Ultramarino de 16 de outubro de 1750. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...., op. cit.*

resolveu, de acordo com o Procurador da Fazenda, “que sendo Vossa Majestade servido deferir a este requerimento, entende deve ser com a praça e soldo de Capitão”³⁵⁰.

Com a aprovação da petição, por Carta Régia de 19 de novembro de 1750, expedida sobre Resolução de 29 de outubro do mesmo ano, determinava ao Governador, Capitão-General D. Marcos de Noronha, que assentasse praça a Santo Antônio de Capitão de Infantaria Ligeira, como o soldo que a este posto é dado³⁵¹.

Na Capitania de Goiás, foi registrada na Secretaria da Junta de Administração da Real Fazenda a citada Carta Régia, em 17 de abril de 1751, quando se abriu a praça de Capitão de Infantaria Ligeira a Santo Antônio, vencendo este o soldo de 16\$000 mensais.

Também na Capitania do Espírito Santo houve lugar para a carreira militar do santo lisboeta. A devoção a Santo Antônio tomava quase todos os habitantes da cidade de Vitória, situada na Capitania do Espírito Santo. Entre os devotos, encontravam-se soldados e oficiais que serviam naquela capitania. Devido à tamanha manifestação de confiança, demonstrada para com Santo Antônio, o guardião do Convento de São Francisco da Vila de Nossa Senhora da Vitória, Frei Amaro da Conceição, requereu matrícula de Santo Antônio como soldado raso. Para tanto, reuniram-se, em 21 de fevereiro de 1752, o Capitão-Mor José Gomes Borges, o Provedor do Presídio Bernardino Falcão de Gouvêa e mais oficiais e praças daquela Companhia de Infantaria. Por decisão deles, Santo Antônio teria praça de soldado e venceria o soldo correspondente. Para que não lhes faltasse o auxílio militar do santo, desde aquele momento decidiram que, enquanto o Rei não mandasse que o soldo fosse pago pela Fazenda real, seria pago por subscrição “a razão de um vintém por mês de cada soldado e dois vinténs de cada oficial”³⁵².

Na Capitania da Paraíba, Santo Antônio também esteve assentado como soldado raso³⁵³. O guardião do convento desta capitania representou ao Governador João de Maia da Gama “sobre a limitada praça que este Glorioso Santo vence de um soldado raso”³⁵⁴. O governador passou ao rei a representação do Franciscano. Como resposta, obteve a Carta Régia de 13 de dezembro de 1709, na qual o monarca declarou que foi “servido fazer por bem que o bem-aventurado Santo Antônio vença nessa Capitania [da Paraíba] duas praças de

³⁵⁰ *Idem.*

³⁵¹ Carta Régia de 19 de novembro de 1750. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

³⁵² Certidão da matrícula de Santo Antônio do Convento de São Francisco da Vila de Nossa Senhora da Vitória. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

³⁵³ Para esta primeira praça de soldado raso de Santo Antônio não dispomos de fontes concretas. Sabemos dela pela menção feita na Carta Régia de 13 de dezembro de 1709. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

³⁵⁴ *Idem.*

soldado, dobrando-lhe a que já tem[tinha], para que desta maneira se possam ajudar os seus religiosos para a celebridade e culto do mesmo santo”³⁵⁵. Nesta capitania, Santo Antônio vencia soldo de 30\$720 pelas duas praças ordinárias, sendo este revertido para o guardião do Convento de Santo Antônio na mesma capitania.

Santo Antônio dividia na Capitania da Paraíba as responsabilidades militares com outros oragos. São Bento e São Francisco também estiveram alistados como soldados rasos naquela capitania, pertencendo o primeiro à Companhia do Capitão Inácio Diogo de Caminha e o segundo, à guarnição da Fortaleza de Cabedelo. São Francisco Xavier recebeu assento de praça pela Resolução de 8 de Agosto de 1720, a pedido do Superior Padre Rafael Alves ao monarca português e recebia soldo de 50\$000³⁵⁶.

Na região das Minas Gerais, no século XVIII, os devotos da Irmandade de Santo Antônio da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, na figura de seu Procurador, Capitão João de Souza Benavides, requereu, em 1786, ao Capitão-Geral da Minas Gerais que se mandasse assentar praça ao Santo Antônio de Vila Rica. Obteve como despacho, em 19 de junho do mesmo ano, uma resposta para que se dirigissem à Majestade. Os membros da irmandade de Santo Antônio não desistiram e fizeram o pedido a D. Maria I, Rainha de Portugal, pedindo-lhe a praça e o soldo para o santo. Além de anexarem três cartas régias em que Santo Antônio era promovido a postos militares³⁵⁷, afirmavam os mineiros “não é esta Capitania de Minas Gerais de menos merecimento, antes que se lhe deve reputar vantagem e mais necessidade e proteção, de um braço superior que a defenda pelo pequeno número de seus habitantes”³⁵⁸. Como resposta favorável ao pedido da Carta Régia de 26 de fevereiro de 1799, nomeava Santo Antônio da Matriz do Pilar de Vila Rica como Capitão de Cavalaria, com o soldo de 480\$000 anuais. O soldo de Santo Antônio foi pago até o início do período republicano, deixando de sê-lo no governo do Marechal Hermes da Fonseca.

Na Capitania de São Paulo, Santo Antônio alcançaria a mais alta patente militar no Brasil: Coronel das Tropas.

Por Provisão de 9 de maio de 1748, foram desmembrados da Capitania de São Paulo os territórios que passaram a constituir as novas Capitâncias de Goiás e Mato Grosso. Pela Carta Régia de 6 de janeiro de 1765, foi nomeado D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão,

³⁵⁵ Carta Régia de 13 de dezembro de 1709. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

³⁵⁶ *Idem*, p. 55.

³⁵⁷ Eram as certidões: a de 7 de abril de 1707, nomeando Santo Antônio Capitão-Intertenido do forte de Santo Antônio da Barra na Bahia; a de 21 de março de 1711, nomeando Santo Antônio do Rio de Janeiro a Capitão de Infantaria; e a de 19 de novembro de 1750, nomeando o santo Capitão de Infantaria Ligeira em Goiás.

³⁵⁸ Petição dirigida à Rainha D. Maria I. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

Morgado de Mateus, para Governador e Capitão-General da referida capitania. O restabelecimento desta capitania visava defender a Colônia de possíveis incursões castelhanas. Desta forma, o governo de D. Luiz Antônio de Souza tomou providências para um renascimento do espírito militar. Reorganizou as tropas regulares, criou tropas auxiliares e incentivou os governos locais. Alimentado por este espírito militar, o Provedor da Irmandade de Santo Antônio, ereta na Capela filial da Sé de São Paulo, apresentou ao Governador e Capitão-General um pedido para que Santo Antônio também fizesse parte das fileiras militares. Atendendo à solicitação dos devotos do santo, o governador deu a Santo Antônio a patente de Coronel dos Regimentos da Capitania de São Paulo, pois, segundo o próprio governador, o santo era “singular protetor dos portugueses (...) e muito poderoso para com o senhor dos Exércitos que tem na sua mão”³⁵⁹. A patente foi conferida ao santo para “recebê-los debaixo de sua grande proteção, abençoando-os e fazendo-os triunfar e dilatar os domínios de S. M. Fidelíssima, com a Glória da Nação que lhe deu o ser”³⁶⁰.

Em 1771, o mesmo governador ordenou ao almoxarife que entregasse ao sargento-mor pólvora para as salvas “no dia das celebrações de Santo Antônio, coronel das Tropas da capitania”³⁶¹.

Deste modo, encerrava-se a carreira militar póstuma de Santo Antônio no Brasil, onde devoção e fé transmutaram o santo lisboeta no santo soldado e defensor celestial frente ao caráter híbrido e provisório da Colônia.

³⁵⁹ Patente oferecida a Santo Antônio por D. Luiz Antônio de Souza, Governador e Capitão-General de São Paulo, aos 5 de Janeiro de 1767. Cf. SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*

³⁶⁰ *Idem.*

³⁶¹ SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 44.

Conclusão

“Farol da Igreja”, “Defensor da fé”, “Martelo dos Hereges”, “Chave de Ouro”, “Oficina de Milagres”, “Padroeiro dos Impossíveis”, “Doutor Evangélico”, “Santo dos Casos e Coisas Perdidas”, “Santo Casamenteiro”, são algumas das diversas invocações daquele que foi um dos mais populares santos portugueses. Ganhando em popularidade e carisma tornou-se um verdadeiro campeão da fé e orgulho entre os portugueses, que sublinharam o valor de seu heroísmo e de sua santidade para cimentar o alvorecer e a reafirmação de sua nacionalidade.

Santo Antônio, grande santo nacional português, passa a ser motivo de orgulho num momento difícil em que a identidade nacional precisava ser constantemente reafirmada. Os pedidos de intercessão junto ao santo tanto nas querelas cotidianas como nos embates políticos e militares envolvendo a Coroa Portuguesa se multiplicaram.

Dessa forma, a imagem de Antônio, mundialmente conhecida por seus atributos e distintivos que acompanhavam todas as representações dos sacrificados pela Igreja, estaria sempre presente como estímulo aos devotos nos embates contra as forças demoníacas. Estava presente em todos os estratos sociais, tornando-se como um amigo próximo e palpável, um parente com lugar sempre reservado dentro de casa, levando-o além da aura de santidade, a bem mais próximo de seus devotos, que não foram poucos.

Mesmo militarizado, Santo Antônio seria mais conhecido e invocado pela cultura popular como santo doméstico e mediano das mais variadas necessidades, atendendo a uma religiosidade popular que se identificava nas suas manifestações a elementos de diversas procedências. Os sentimentos religiosos alcançados através de suas expressões culturais e populares seriam o “denominador cultural comum”. Estas também são as marcas do culto antoniano no Brasil.

Desde o início da colonização portuguesa o catolicismo popular mistura devoção com credices e simpatias, despertando desde cedo uma potencialidade criadora através das imagens principalmente. A relação entre o santo e seus devotos é estabelecida quando este tem um pedido ou uma graça alcançada por intermédio da sua intercessão. Santo Antônio, presente no devocionário popular e erudito, alcançaria em terras brasileiras enorme repercussão.

A curiosa devoção dedicada ao santo “deparador” nos leva a perceber as várias facetas de um santo que estava presente como protetor de perseguidores e perseguidos, como podemos notar na sua intercessão como capitão-do-mato. Estando intimamente ligado àqueles que detinham o poder, foi invocado na recuperação dos escravos fugitivos que eram considerados suas “propriedades”. Restituindo-os aos seus “legítimos” donos, Santo Antônio se vinculava à manutenção da ordem escravocrata na sua função de mantenedor da soberania lusitana. Ao mesmo tempo, também se vinculava ao que podemos denominar de “catolicismo africano”, o que o ligava aos negros vindos da África.

Na religião bango os santos eram apenas receptáculos do poder da divindade, associando determinados orixás e vudus a partir das suas representações com as lendas de santos católicos. Porém, essa dissociação não ocorria com a imagem de Santo Antônio de nó-de-pinho, que, ao mesmo tempo em que representava o próprio santo, alojava seus poderes de proteção e de portador de boa sorte. Esta interpretação resultava numa forma particular de vivenciar a religião que era estimulada pelos senhores e administradores e aceita pelas comunidades negras. As estatuetas de Santo Antônio são os exemplos que podem associar e aproximar Portugal, África e Brasil, principalmente na influência banto no catolicismo popular brasileiro. Esta influência se dilui na medida em que cessa o tráfico de africanos para o Brasil, quando não mais se renovavam os laços com a cultura de origem africana.

Percebemos então o culto difundido do “Santo Universal”, presente como vimos, tanto entre os negros como entre os senhores brancos, utilizado como protetor dos negros “antonianos” e perseguidor dos “fujões” na sua função de capitão-do-mato.

A associação de Santo Antônio como capitão-do-mato estava relacionada com as constantes fugas de negros. De modo particular, no início do século XVIII, intensificou-se a utilização deste artifício para a recuperação dos fugitivos. Relacionando-o com a segurança e a tranquilidade pelas intervenções em prol de lusitanos e brasílicos, a carreira de capitão-do-mato seguia sua progressão na hierarquia militar. Quanto mais postos galgava nas fileiras militares mais ganhava prestígio para ser invocado nas querelas escravagistas. No imaginário popular e devocional, foi creditado ao santo a própria rendição do quilombo de Palmares e a rendição de Ganga Zumba.

Antônio, que ao longo dos séculos sempre esteve presente no imaginário e principalmente no devocionário luso-brasileiro ganhou no Brasil particularmente uma representação única. Foi o intercessor e o motivador para grandes jornadas militares defendendo o povo que passou a admirá-lo como importante membro da corte celestial. Declarado “Santo Universal” alcançou prestígio não só entre os católicos, mas também entre os seguidores dos

mais diversos credos. Tendo sua carreira militar reconhecida como valorosa intercessão pelos brasileiros, e tendo seu elo com os escravos vindos da África estreitados, no sincretismo afro-brasileiro foi identificado com o orixá guerreiro Ogum.

Seria, porém, como santo humilde e popular que se tornaria afamado. Santo dos milagres e dos namorados, santo do povo. A devoção antoniana se multiplica com a chegada do mês de junho, no qual “o Santo entregou a alma ao Criador”. Com as “sortes” juninas não só as mocinhas casadoiras se apegam mais ao “Santo Casamenteiro”, mas todos exigiam a sua cooperação, transformando-o em grande celebridade. As festas de junho coincidem com o solstício de inverno, época de frio, véspera das colheitas, início do ano agrícola, quando os devotos sentem mais de perto a necessidade de entrar em contato com forças protetoras, além do âmbito do homem comum. Estas festas, rituais pagãos modificados pelo cristianismo, se tornam grandes momentos para se renovar a fé naqueles que podem trazer abundância ou carência, dependendo dos cuidados dispensada aos oragos protetores. Santo Antônio passa então a ser fonte de inspiração para eruditos e populares. Sobretudo para estes últimos, passa a ser o santo por excelência, lembrado pelos autores do povo em suas querelas cotidianas. A verdadeira imagem do puro e místico frade franciscano, famoso por sua poderosa eloquência, por sua imensa modéstia, por sua castidade sem mancha, por seu desprendimento de cuidados e vaidades mundanas, foi se adaptando a uma nova concepção do sagrado, onde as relações interpessoais passam por profundas modificações e a relação com o sagrado passa da ortodoxia rígida para a intimidade e para a familiarização. O elemento da fluidez religiosa ganha novos traços marcados pela devoção exacerbada e exemplificada no culto aos santos e de modo particular no culto a Santo Antônio. Das raras qualidades intelectuais que o celebrizaram como grande teólogo e pregador, pouco se conservou no âmbito da cultura popular, por se tratar de uma religiosidade mais vivida que conceitualizada. Dessa forma, toda a imagem do santo, de luminosa e impalpável que era tornou-se uma espécie de homem do povo idealizado, uma criatura simples e bonachona, complacente e serviçal, mas, sobretudo, nutrida de características humanas, capaz de orgulho, cólera, de parcialidades e mesmo de malícias e travessuras, sempre pronto a atender seus fiéis devotos.

Bibliografia

Livros e artigos

ABREU, Martha. “Cultura popular: um conceito, várias histórias”. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AFONSO, Belarmino. Santo Antônio de Lisboa na poesia e na religiosidade popular Transmontana. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.

AGUIAR, José Pinto de. Santo Antônio de Lisboa: oficial do exército e herói nacional. Lisboa, 1952.

AMARAL, Amadeu. Tradições populares. São Paulo: Hucitec, 1976.

AMEAL, João. Santos Portugueses. Porto: Livraria Tavares Martins, 1957.

ARAGÃO JUNIOR, José Garcia Pacheco de. Memória Histórica da Capela de Santo Antônio da Mouraria. Bahia, 1926.

ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ARNS, Paulo Evaristo. O que é Igreja. São Paulo: Abril cultural: Brasiliense, 1985.

BARATA, Manuel Themudo. e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). Nova história militar de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BERNARDI, Fr. Orlando. O Franciscanismo de Santo Antônio. Cadernos do IFAN, n. 18, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1986
- BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e Poder*: Petrópolis, Vozes, 1982.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BOXER, C.R. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Trad. Lisboa, Edições 70, 1981.
- _____. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. *O Império marítimo português. (1415 – 1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Cia da Letras, 2002.
- BRANCO, Manuel Bernardes. *O padre Santo Antônio de Lisboa Thaumaturgo e official do exército português*. Lisboa, Tavares Cardoso, 1887.
- BRAZÃO, Eduardo. *As expedições de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, 1710-1711*. Lisboa, 1940.
- BRITO, Bernardo Gomes de. (Org.). *História trágico-marítima (1735-1736)*. Nova edição com apresentação de Ana Miranda e introdução de Alexei Bueno. Lisboa: Contraponto, 1998.
- BRUNETTO, Carlos Javier Castro. *A iconografia portuguesa de Santo Antônio e sua difusão no Brasil*. In: *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho*. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.p. 1187-1193.
- BURKE, Peter. *Varieties de historia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BUESCU, Ana Isabel. *Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique*. In: Bethencourt, F. & Curto, D. R. (orgs) *A memória da nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.
- CAEIRO, F. da Gama. *Santo Antônio de Lisboa*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª ed. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.
- _____. *Tradições Bahianas*. Bahia, 1930.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CANDIDO, Antônio. “Letras e idéias no Brasil Colonial”. In: S.B.de Holanda (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4a.Ed. São Paulo, Difel, 1977, vol.2, pp.91-105.
- CERTEAU, Michel. “Uma variante: a edificação hagio-gráfica”. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. “Revista Estudos Históricos” (Rio de Janeiro), vol. 8, n. 16 (1995).
- COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil (trad.), 3ª ed. Recife, 1981.
- COSTA, A. Fontoura da. Às Portas da Índia em 1484. Lisboa, [s.n.] 1936.
- DAVIS, Natalie Z. Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Del PRIORE, Mary. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. 1300-1800: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- FALBEL, Nachman. Heresias Medievais. São Paulo: Perspectiva. Coleção Khronos, 1976.
- FARIA, Sheila de Castro. A colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRANCO Jr., Hilário. A Eva Barbada: Ensaio de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. Portugal na época da Restauração. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- _____. Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados. Recife, 1926.
- FREYRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica. 2ª ed. Recife, 1977.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- _____. Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- _____. História Noturna. Decifrando o sabá. São Paulo; Cia. das Letras, 1991.
- GRUZINSKI, S. La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI – XVIII. México, FCE, 1991.
- HERMANN, Jacqueline. No Reino do Desejado: construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI – XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.
- _____. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- HOORNAERT, Eduardo. Formação do catolicismo brasileiro, 1550 – 1800. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KANTOROWICZ, E.H. Os dois corpos do rei – um estudo sobre teologia política medieval. Trad. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- KRUS, L., CALDEIRA, A. Oitavo Centenário do nascimento de Santo Antônio. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 1995.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montaillou: povoado occitânico, 1294 – 1324. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- Le GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval. Lisboa. Edições 70, 1997.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira. Santo Antônio militar – Boletim do Arquivo Histórico militar. Vol. IX, 1939.
- MARQUES, Gentil. Lendas de Portugal: Círculo de Leitores, 1997.
- MARQUES, J. F. A tutela do Sagrado: a proteção sobrenatural dos santos padroeiros no período da Restauração. In: Bethencourt, F. & Curto, D. R. (orgs). A memória da nação. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.
- MARQUES, J. F. Santo Antônio na Parenética Seiscentista Portuguesa. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. Ideologia e práticas de representação antonianas na cultura ocidental do Renascimento. A imagem de Santo Antônio na iconografia e na história do livro quinhentista. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.p. 1233-1276.
- MATTOS, Armando. Santo Antônio de Lisboa na tradição popular. Porto, Livraria Civilização, 1937.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana. 2a.ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- _____. Os holandeses no Brasil. Trad. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1961.
- MENEZES, Renata de Castro. A dinâmica do Sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num Convento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

- MORAES Filho, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979.
- MOTT, Luiz. *Santo Antônio, o divino capitão-do-mato*. In: REIS, J. e GOMES, F. (orgs). *Liberdade por um fio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp.110-138.
- _____. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I SP: Cia. das Letras, 1997.
- NAZARETH, J. M. do Carmo. *Soldos de santo Antônio*. In: Revista *O Oriente Português*. Nova Goa, 1905, vol. II. p. 202.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994.
- PÉCORA, Alcir. *Sermões: o modelo sacramental*. In: : JANCÓS, Istvan & KANTOR, Íris (orgs) *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3).
- POMPA, Cristina. *As muitas línguas da Conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. In: *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF. Nº 11 “Religiosidades na História” RJ: Sete Letras, 2001.
- RAMOS, Fábio Pestana. *Os festejos dos santos a bordo das embarcações portuguesas dos séculos XVI e XVII: sociabilização ou controle social?*. In: JANCÓS, Istvan & KANTOR, Íris (orgs) *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001 (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos; v. 3).
- RÖWER, Basílio, frei. *O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Sua História, memórias, tradições com muitas ilustrações*. Rio de Janeiro, Impresso por ordem do Provincialado, 1937.
- RUIZ, Roberto. *Antônio: um santo que falava português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SANTOS, Fernando Pio dos. *Santo Antônio: o santo e o militar*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1989.
- SANTOS, Georgina Silva dos. *A Senhora do Paço: o papel da Rainha na construção da identidade nacional portuguesa. (1282 – 1557)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa. Ed. Colibri.
- SANTOS, Georgina Silva dos. *Padre Antônio Vieira e a Rainha Santa: o paradigma isabelino sob as vestes da Restauração*. In: Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira. Congresso Internacional. Actas. III Volume. Braga, 1999.

- SANTOS, Armando A. dos. *O culto de Maria Imaculada na tradição e na história de Portugal*. Porto: São Paulo: Livr. Civilização Ed. Artpress, 1996.
- SANTOS, Beatriz C. C. *O Pináculo do temp(l)o: o sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade Medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SILVA, Carmo da. *Culto de Santo Antônio em Goa*. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.p. 937-943.
- SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia, 1837. Vol. I. Tomo IV.
- SIQUEIRA, Sônia. *A inquisição Portuguesa e a sociedade colonial*. SP: Ática, 1978.
- SLENES, Robert. *'Malungo, Ngnoma vem!' África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP, nº 12 (dez/jan/fev, 1991-2).
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Senhora dos sete mares: devoção Mariana no império colonial português*. Niterói, UFF, 2002. Tese de Doutorado.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa cruz – Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do rei congo*. Niterói: UFF, 1999. Tese de Doutorado.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: historia da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. *"Santo Antônio de nó de pinho e o catolicismo afro-brasileiro."* In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF. Nº 11 "Religiosidades na História"* Rio de Janeiro: Sete Letras, 2001.
- WEINSTEIN, Donald. *Saints and Society*. Chicago, USA: Library of Congress Cataloging in Publication Data., 1982.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo., Companhia das Letras, 1995.

- _____. *Trópico dos Pecados*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
- _____. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____. *Santo Antônio na América portuguesa: religiosidade e política*. Revista USP, São Paulo, nº 57: pp. 28-37, mar-maio – 2003.
- _____ e SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____ e SOUZA, Marina de Mello e. *Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento Antoniano, séculos XV – XVIII*. In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Nº 6 “Escravidão e África Negra” Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.
- VAUCHEZ, A. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- TODOROV, T. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Obras de Referência

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996.
- CARVALHO, Joaquim de. *História de Portugal*. Barcelos, [s.n.], 1932. Vol.6.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore brasileiro*. 3ª ed. Rev. Aum. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. 2 vols.
- CHEVALIER, Jean. e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio ed. 18ª ed., 2003.
- CONCILIO DE TRENTO. De la invocación, veneración y reliquias de los santos y de las sagradas imágenes. Disponível em:
<<http://www3.rcp.net.pe/IAL/vm/bec/etexts/trento/concil49.htm>> Acesso em: 11 maio. 2004. (trad. Livre).

- CORTESÃO, Jaime e LOPES, David. *História de Portugal* - edição monumental. Minho, Portucalense editora, 1996. Vol. IV.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, v. 12: Mytos/Logos – Sagrado/Profano (1987), v.30: Religião – Rito (1994).
- LE GOOF, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio. Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRÖHLICH, Roland. *Curso Básico de História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- SARAIVA, António José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 8ª ed. Porto: Bloco Gráfico, 1975.
- SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1996. Vols. I e III.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. 7 vols.
- VAINFAS, Ronaldo (dir) *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. RJ: Objetiva, 2000.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, MDCCXX.

Fontes Impressas

- ABREU, Pe. Brás Luis de. *Sol nascido no occidente, posto ao nascer do sol. Santo Antônio português luminar mayor no Ceo da Igreja entre os astros menores na esphera de Francisco*. Epítome histórico e panaryco de sua admirável vida e prodigiosas acções. Coimbra, 1725.
- AGIOLOGIO LUSITANO dos Sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente e S. Antonio, insignes patronos desta cidade de Lisboa. Composto pelo Licenciado George Cardoso. Lisboa: Oficina Craesbeckiana, 1652. Jorge Cardoso. Porto: [s.n.], 2002. ed. Fac-simile.
- ATESTADO entregue a D. Maria I pelo Major do Regimento de Lagos, D. Hercules Antonio Carlos Luiz José Maria de Albuquerque e Araújo de Magalhães Homem, solicitando a promoção de santo Antônio ao posto de Major agregado do mesmo regimento. Apud. José Pinto de Aguiar. Santo Antônio de Lisboa: oficial do exército e herói nacional. Lisboa, 1952.

- BULA DE CANONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO. Dada em Espoleto, 11 de junho de 1232, ano sexto do Pontificado do papa Gregório IX (1227-1241). Apud. NEOTTI, Clarêncio, frei. *Santo Antônio: simpatia de Deus e do povo*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2005. pp. 79-83.
- CALADO, frei Manuel. *O valeroso lucideno e triumpho da liberdade*. 2 vols. São Paulo: Edições Cultura, 1943.
- CARTA APOSTÓLICA em que Santo Antônio de Lisboa é proclamado Doutor da Igreja Universal. Redigida pelo papa Pio XII em 16 de Janeiro de 1946, festa dos protomártires franciscanos.
- CARTA DO LEAL SENADO DE MACAO, de Vinte e sete de dezembro de 1780. Arquivo do Leal Senado de Macau – X. Apud. AGUIAR, José Pinto de. *Santo Antônio de Lisboa: oficial do exército e herói nacional*. Lisboa, 1952.
- Declaração da forma com que foy entregue o soldo de Santo Antônio ao vigário da sua Igreja no dia da vespora de sua festa*. Arquivo do Leal Senado – XVIII. Apud. José Pinto de Aguiar. *Santo Antônio de Lisboa: oficial do exército e herói nacional*. Lisboa, 1952.
- DÉCIMAS AO SERENÍSSIMO REY D. AFFONSO VI, quando mandou alistar por soldado ao glorioso Santo Antônio de Lisboa, feitas por Jeronymo Vahia, Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor Del Rey nosso senhor, anno de 1665. Apud. SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993 pp. 118-119.
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil, ou Diário e uma visita à terra do Cacauero e da Palmeira*. São Paulo: Livraria Itatiaia editora, 1976.
- FONTES FRANCISCANAS. Coord. Geral Dorvalino Francisco Fassini; ed. João Mamede Filho. Santo André, SP: Ed. “O mensageiro de Santo Antônio”, 2004.
- FONTI AGIOGRAFICHE ANTONIANE. Vita Prima di S. Antonio o “ASSIDUA” (c.1232). Introduzione, texto critico, versione italiana e note a cura di Vergílio Gamboso. EMP – Edizione Messagero. Padova, 1981.
- FONTI AGIOGRAFICHE ANTONIANE. Vite “RAIMUNDINA” e “RIGALDINA”. Introduzione, texto critico, versione italiana e note a cura di Vergílio Gamboso. EMP – Edizione Messagero. Padova, 1992.
- I FIORETTI de São Francisco de Assis. Trad. Durval de Moraes. Ed. Livraria Católica, Rio de Janeiro, 1932.
- ILHA, Manuel da, frei. *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil, 1584 –1621*. Ed. Bilíngüe, Petrópolis: Vozes, 1975.

- JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, frei. *Novo Orbe seráfico brasílico (...)*. Officina de Antônio Vicente da Sylva, Lisboa, 1761.
- JESUS, frei Rafael de. *Castrioto Lusitano, parte I, Empresa e restauração de Pernambuco*. Lisboa 1679; 2ªed. , Paris, 1844.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira. *Santo Antônio militar* – Boletim do Arquivo Histórico militar, Vol. IX, 1939, pp. 236-237.
- LEMOS, P. Luis de. *Semam que [...]Pregou na See na festa do glorioso S. Antônio Año 1633[...]* Lisboa, Antônio Álvares, 1637, 1v-2. Apud. J. F. Marques. *Santo Antônio na Parenética Seiscentista Portuguesa*. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.p. 857-8.
- LISBOA, Frei. Marcos de. *Primeira Parte das Chronicas dos Frades Menores do Seráfico Padre São Francisco*. Lisboa, 1556.
- LOPES, Francisco. *Sancto António de Lisboa: Primeira e segunda parte do seu nascimento, criação, vida, morte e milagres*. Imprensa de Pedro Craesbeek, Lisboa, 1610.
- PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc, 1950.
- SALVADOR, Manuel Calado do, frei. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2ª ed., 2 vols., Recife, 1942.
- SALVADOR, Vicente do, frei. *História do Brasil – 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos. s.d.
- SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de pernambuco*. 2ª ed. Recife, 1984.
- TOMAR, Fr. Antônio de . *Sermam que na Santa See de Lisboa em 18 de Setembro de 1628[...]* a Santo Antônio em memória do milagre do Rayo que cahio na rua dos conegos desta cidade no anno de 1624[...]. Lisboa, Antônio Álvares, 1629. Apud. MARQUES, J. F. *Santo Antônio na Parenética Seiscentista Portuguesa*. In: Congresso Internacional Pensamento e Testemunho. Actas. Volume II. Universidade Católica Portuguesa, Família Franciscana Portuguesa. Braga, 1996.p. 856-7.
- *Valasci Ferdinandi utriusque júris consulti, Illustrissimi Regis Portugalliae oratoris, ad Innocentium VIII, pontificem maximum de obedientia oratio*, publicado em fac-simile, com tradução e leitura actualizada de Basílio de Vasconcelos, In: COSTA, A. Fontoura da. *Às Portas da Índia em 1484*, Lisboa, 1936.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1959. Vol.VII.

- _____ . *De profecia e Inquisição*. Brasília: Senado Federal, 2001.

-ZURARA. Crônica dos feitos de Guine, v.II, Cap. VII. Apud. SOUZA, Marina de Mello e. Reis Negros no Brasil escravista: historia da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.